



Criado pela Lei nº 1.552, de 21/08/1959.

Versão digital instituída pelo Decreto nº 3.987, de 14/08/2013.

Sr(s) Usuário(s),

Com o propósito de ampliar o acesso ao Diário e conferir praticidade e economicidade aos meios de sua produção, a Prefeitura de Goiânia coloca à disposição de todos os interessados o Diário Oficial do Município – Eletrônico (DOM-e).

Esta versão está assinada digitalmente, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – Brasil).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e produz todos os efeitos legais pertinentes.

Para consultar os documentos publicados em cada edição, utilize os marcadores/bookmarks disponíveis do lado esquerdo desta página, ou utilize o comando de atalho do teclado ctrl+f.

A validação da Assinatura Digital poderá ser realizada conforme informativo disponível na página da Secretaria Municipal da Casa Civil, no ícone Diário Oficial – Sobre.

PREFEITURA DE GOIÂNIA

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

CLÁUDIA DA SILVA LIRA
Vice-Prefeita

GABRIELA MACHADO SILVEIRA TEJOTA
Secretária Municipal da Casa Civil

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Executivo

KENIA HABERL DE LIMA
Gerente da Imprensa Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Parque Lozandes
Goiânia – GO, CEP: 74.805-010

Fone: (62) 3524-1094

Atendimento: das 08:00 às 12:00 horas
das 14:00 às 18:00 horas

E-mail contato: diariooficial@casacivil.goiania.go.gov.br



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 88/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

No uso da prerrogativa que me é assegurada pelo art. 94, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, restituo a essa Casa de Leis, **vetado parcialmente** o Autógrafo de Lei nº 159, de 12 de agosto de 2025, oriundo do Processo Legislativo nº [00000.001465.2024-63](#), de autoria do Vereador Thialu Guiotti, que "Institui o Dia de Prevenção à Pré-eclâmpsia no âmbito do Município de Goiânia".

Incide o veto sobre o art. 2º, abaixo transcrito:

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Saúde na incumbência de realização de atividades, palestras e campanhas informativas com o intuito de alertar, educar e mobilizar as gestantes para a prevenção e o diagnóstico precoce da pré-eclâmpsia, bem como sensibilizar a imprensa e por meio dela amplificar a disseminação das informações para o maior número de pessoas.

Verifica-se que o referido dispositivo determina atribuições a órgão do Poder Executivo, usurpando, portanto, a competência desse Poder. Nessa senda, a criação de obrigações e atribuições a serem executadas pelos órgãos municipais do Poder Executivo é atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, vinculadas aos Direitos Fundamentais. Assim, privativa do Poder Executivo.

Definir atribuições ao Poder Executivo, fere o princípio da separação dos Poderes, um dos pilares do Estado Democrático de Direito, que preconiza a distribuição das funções do Estado entre três esferas independentes e harmônicas: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Esse princípio visa evitar a concentração de poder, garantindo o equilíbrio e a fiscalização mútua entre as esferas.

Neste sentido a douta Procuradoria-Geral do Município se manifestou no Parecer Jurídico nº 3860/2025(SEI nº 7760999):

.....

Posto isto, mister se faz ressaltar que a proposição contida no art. 2º, encontra-se no âmbito da iniciativa privativa do Prefeito Municipal de Goiânia, a quem compete a gestão dos serviços públicos. Em outras palavras, é de se registrar que o art. 2º viola o princípio da separação dos poderes, na medida em que promoveu ingerência em matéria tipicamente de administração municipal.

Logo, considerando que o art. 2º da proposição de origem legislativa termina por empreender verdadeiro ato de administração, distanciando-se da precípua função do Poder Legislativo de editar normas de caráter geral e abstrato, oportuno se faz, trazer as lições de Hely Lopes Meirelles:

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem

diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo prove '*in genere*', o Executivo '*in specie*'; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões administrativas especiais manifestadas em 'ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental' (Direito Municipal Brasileiro, 14ª ed., Ed. Malheiros, 2006, p. 605/606). A tais razões, no que se refere exclusivamente ao artigo 2º do Autógrafo de Lei, vislumbra-se violação ao princípio da separação dos poderes.

.....

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, tem se manifestado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. **LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES E ESTABELECE OBRIGAÇÃO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE.** PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Acórdão recorrido que se encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que **padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (STF, AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 653041/MG, 1ª Turma, Julgamento em 28.06.2018, Rel. Min. Edson Fachin) (Grifei)

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA À LEI MUNICIPAL Nº 075/2017. INICIATIVA PARLAMENTAR. VÍCIO DE ORIGEM E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES ESTATAIS. INICIATIVA RESERVADA AO PREFEITO. OFENSA AOS ARTS. 2º e 77, inciso V, DA CARTA ESTADUAL. 1. É da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a deflagração de processo legislativo que trate das matérias elencadas no artigo 77 e incisos da Constituição Estadual. 2. A iniciativa para a elaboração de lei é condição de validade do próprio processo legislativo, do que resulta, uma vez não observada, a ocorrência de inconstitucionalidade formal. 3. Nessa perspectiva, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, **evidencia-se a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa,** da Emenda à Lei Orgânica do Município de Goiânia n. 075/2017, que dispôs sobre matéria pertinente a estruturação, **atribuições e funcionamento dos órgãos da administração municipal** (art.77 da Constituição do Estado de Goiás e artigo 89, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Goiânia), por afronta aos artigos 2º, caput, e 77, inciso V, ambos da Constituição do Estado de Goiás, eis que tal matéria é reservada à iniciativa legislativa constitucionalmente outorgada ao Prefeito, e afronta ao princípio da separação dos Poderes. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE.” (TJGO, Órgão Especial, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5061055-11, DJ de 14.06.2019, Relª. Desª. Nelma Branco Ferreira Perilo)

Desta forma, ao conferir ao Poder Legislativo a incumbência de “determinar” ao Executivo as ações necessárias para a execução da lei, há um deslocamento indevido da função legislativa para o campo de atuação exclusivo do Executivo, comprometendo sua autonomia administrativa. A definição e a regulação das medidas executivas são prerrogativas do Poder Executivo, sendo a ingerência legislativa nessa esfera uma violação à separação de competências, o que fragiliza o equilíbrio entre os Poderes.

Esta ingerência do Poder Legislativo nas prerrogativas constitucionalmente conferidas ao Poder Executivo evidentemente configura violação ao princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º, da Constituição da República; no art. 2º, da Constituição do Estado de Goiás; e no art. 60, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, configurando-se motivo para o veto dos mencionados dispositivos, por inconstitucionalidade formal.

Há, portanto, um manifesto vício de inconstitucionalidade formal que macula o art. 2º da proposta, ao afrontar o disposto no art. 77 da Constituição do Estado de Goiás e o art. 89, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, sendo imprescindível reconhecer que referido dispositivo não merece prosperar.

Essas Excelentíssimo Senhor Presidente e nobres parlamentares, são as razões que conduziram ao **veto parcial do Autógrafo de Lei nº 159, de 12 de agosto de 2025**, especificamente do art. 2º, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo, na expectativa de acolhimento.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000175-2

SEI Nº 7783599v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.462, DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

Institui o Dia de Prevenção à Pré-Eclâmpsia no âmbito do Município de Goiânia.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 22 de maio como o Dia de Prevenção à Pré-Eclâmpsia no âmbito do Município de Goiânia.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Thialu Guiotti.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000175-2

SEI Nº 7783588v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.463, DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Municipal de Atenção aos Estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH ou dislexia e dá outras providências.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Atenção aos Estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH ou dislexia.

Parágrafo único. Entende-se, para os fins desta Lei, que o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH é uma condição do neurodesenvolvimento, caracterizada por uma tríade de sintomas envolvendo desatenção, hiperatividade e impulsividade em um nível exacerbado e disfuncional para a idade.

Art. 2º São objetivos da Política instituída por esta Lei, especialmente:

I - possibilitar a garantia do direito à educação e ao atendimento educacional especializado aos estudantes com TDAH ou dislexia;

II - incentivar a promoção de ensino de excelência aos estudantes com TDAH ou dislexia, sempre em um sistema educacional equitativo, inclusivo com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito;

III - incentivar a acessibilidade dos estudantes com TDAH ou dislexia a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades;

IV - valorizar a educação especial como processo que contribui para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e também para a sua participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, no âmbito da cultura, das ciências, das artes e das demais áreas da vida;

V - a promoção do debate sobre o quadro social da pessoa com TDAH, de modo a fomentar o respeito por seus direitos e dignidade.

Art. 3º A Política Municipal de Atenção aos Estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH ou dislexia atenderá as seguintes diretrizes, especialmente:

I - estimular a adoção de educação democrática, que atente aos princípios de oportunidades educacionais equitativas, inclusivas e para o pleno desenvolvimento da criança;

II - incentivar a adoção de medidas de identificação e diagnóstico precoce, além de tratamento e atendimento educacional especializado para estudantes de educação básica com TDAH ou dislexia;

III - incentivar a adoção de medidas de assistência a crianças com TDAH ou dislexia, especialmente em seu processo inicial de aprendizagem, buscando o máximo desenvolvimento possível de suas capacidades pessoais;

IV - incentivar a adoção de medidas de combate ao preconceito e à discriminação;

V - incentivar a qualificação de professores e demais profissionais para atendimento ao estudante com TDAH ou dislexia, de forma a promover a inclusão escolar e cultural;

VI - orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas, maximizando a independência do aluno;

VII - incentivar a adoção de medidas que visem à organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas;

VIII - estimular a realização de parcerias e convênios que visem atender aos objetivos e diretrizes desta Lei, atribuindo-lhe efetividade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Isaías Ribeiro.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000176-0

SEI Nº 7800570v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 90/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

No uso da prerrogativa que me é assegurada pelo art. 94, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, restituo a essa Egrégia Casa de Leis, vetado parcialmente, o Autógrafo de Lei nº 163, de 13 de agosto de 2025, originário do Processo Legislativo nº [00000.003109.2024-84](#), que "Altera a Lei nº 9.844, de 9 de junho de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA e dá outras providências."

Incide o veto sobre a alteração do inciso II do § 2º do art. 4º, e do art. 5º-C e seu parágrafo único, assim transcritos:

Art. 4º

.....

§ 2º

.....

II - ter seus alimentos armazenados de forma adequada, refrigerados ou aquecidos quando necessário, utilizando-se os equipamentos e meios já existentes na escola;

.....

Art. 5º-C. O ingresso e a permanência em qualquer local público ou privado portando utensílios de uso pessoal e alimentos para consumo próprio ficarão condicionados à apresentação de laudo médico e/ou carteira de identificação que ateste a condição de pessoa com autismo.

O presente veto parcial, embora reconheça o elevado mérito da iniciativa parlamentar, fundamenta-se nas manifestações técnicas dos órgãos municipais diretamente afetados pela norma. Ainda que a Procuradoria-Geral do Município tenha se manifestado pela sanção, a prerrogativa do Chefe do Poder Executivo de sancionar ou vetar impõe a análise não apenas da legalidade, mas também do mérito administrativo e da viabilidade de execução da política pública, cuja avaliação compete precipuamente às pastas técnicas.

Por essa razão, este ato alinha-se aos Pareceres da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, que concluíram pela inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público dos dispositivos ora vetados, conforme as razões que se seguem.

Quanto ao inciso II do § 2º do art. 4º, o dispositivo estabelece que as unidades escolares armazenem, refrigerem ou aqueçam alimentos trazidos da residência do estudante. Contudo, a medida mostra-se contrária ao interesse público, por afrontar as normas federais que regem a alimentação escolar. A Lei federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, prevê um sistema de responsabilidade objetiva destinado a assegurar a segurança alimentar dos alunos. Ademais, o art. 12, § 2º, da

referida lei já contempla a elaboração de cardápios especiais para estudantes com necessidades específicas, mediante recomendação médica e nutricional.

Sendo assim, a obrigação de manipular alimentos de origem externa, sobre os quais a escola não possui controle sanitário, gera um grave risco de contaminação cruzada, expondo todos os estudantes a perigos e atribuindo ao Município uma responsabilidade civil e sanitária. A medida, portanto, viola as diretrizes do PNAE e se mostra contrária ao interesse público ao comprometer a segurança do ambiente escolar.

O entendimento é corroborado pela manifestação técnica da Secretaria Municipal de Educação, que esclarece:

Inicialmente, cumpre destacar que a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), por meio da Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional e da Gerência do Programa de Alimentação Escolar (GERPAE), já realiza orientações quanto à alimentação escolar de crianças e estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) que apresentam seletividade alimentar, especialmente aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Esta Secretaria conta com nutricionistas responsáveis pela elaboração de cardápios balanceados para todas as unidades educacionais, não se tratando de um serviço clínico individualizado. Todavia, as especificidades alimentares são consideradas no processo de elaboração, contemplando situações como seletividade alimentar, intolerância à lactose e ao glúten. Nos casos de intolerâncias, alergias ou outras restrições que requeiram adequações alimentares, a unidade educacional é orientada a encaminhar laudo médico à GERPAE, para que seja realizada a adaptação do cardápio.

No caso da seletividade alimentar sem respaldo de laudo médico, compreendida como resistência ou recusa a determinados alimentos devido ao sabor, textura, odor ou aparência, as equipes pedagógicas das unidades educacionais são orientadas a desenvolverem projetos e atividades que incentivem bons hábitos alimentares e promovam, de forma gradual, a inserção de novos alimentos no cotidiano da criança ou estudante, abrangendo todos os grupos alimentares. Essa atuação busca reduzir possíveis deficiências nutricionais, considerando tanto fatores emocionais quanto questões orgânicas que possam influenciar o comportamento alimentar.

Sob essa perspectiva, ao analisar o Autógrafo de Lei nº 163/2025, entende-se que a proposta é de suma relevância, pois garante um olhar inclusivo às crianças e estudantes diagnosticados com TEA que apresentam restrições alimentares. Ressalte-se, entretanto, que grande parte das ações previstas já são realizadas pela SME, havendo, contudo, pontos que merecem maior detalhamento. Quanto ao ingresso de alimentos e utensílios provenientes de fora do âmbito escolar é preciso considerar o que se segue:

A alimentação no ambiente escolar é regida pela normativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Lei Federal 11.947/2009 e Resolução FNDE/MEC nº 06/2020), bem como normativa da Vigilância Sanitária (Resolução ANVISA nº 216/2004) as quais estabelecem as normas e condições adequadas para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas e higienicossanitárias seguras.

Todo alimento oferecido no ambiente escolar independente de sua origem, durante o período letivo, é considerado alimentação escolar e deve seguir as diretrizes estabelecidas na Resolução que rege o PNAE.

O atendimento aos estudantes portadores de necessidade alimentar especial deve ser realizado conforme as normativas mencionadas, agregadas à Lei Federal 12.982/2014, onde consta que o cardápio deve ser elaborado por nutricionista do PNAE considerando a condição de saúde, as recomendações médicas e nutricionais específicas.

As unidades educacionais devem seguir as orientações, por meio do Manual de Boas Práticas de Preparação dos Alimentos, de recebimento, armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos, garantindo o controle higienicossanitário das refeições produzidas.

Alimentos provenientes de fora do ambiente da unidade educacional não devem ser estimulados ou permitidos sem uma rigorosa avaliação por parte da equipe técnica responsável, uma vez que tanto devem ser fornecidos dentro do âmbito das normativas do PNAE, como garantia ao direito à alimentação adequada e saudável, cumprindo com os objetivos de crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, quanto devem passar por controle higienicossanitário adequado.

Nesse contexto, a SME reafirma seu compromisso com a implementação de políticas educacionais inclusivas, equitativas e de qualidade, em conformidade com a futura legislação, assegurando o direito à educação e à alimentação adequada das crianças e estudantes que possuem restrições alimentares, em especial aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

É importante ressaltar que a legislação municipal não pode contrapor a legislação federal, desta forma, para adequação às normativas do PNAE e vigilância sanitária, sugerimos alteração na proposta da Lei no "Art. 4º § 2º para o seguinte texto:

"No âmbito escolar, a alimentação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista deverá ser avaliada dentro do contexto do Programa de Alimentação Escolar, sob supervisão de nutricionista responsável, sendo respeitada sua participação de forma inclusiva nas atividades escolares e sociais relacionadas à saúde e à educação alimentar." (g.)

É importante salientar, dentro dessa perspectiva, que além do fundamento do controle alimentar estabelecido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, verifica-se que o diploma legal invade espaço inerente à reserva da administração, mediante a imposição de atribuições à Secretaria Municipal de Educação do Poder Executivo. Ao determinar a obrigatoriedade de disponibilizar meios para o armazenamento, coleta e manejo de alimentos externos, a norma interfere diretamente na organização administrativa e no regular funcionamento do ambiente escolar.

Relativamente ao art. 5º-C e ao seu parágrafo único, constata-se a inconstitucionalidade das disposições frente às normas que asseguram a inclusão das pessoas com deficiência e equiparadas.

Os dispositivos condicionam o ingresso e a permanência de pessoas com TEA em estabelecimentos à apresentação de laudo médico ou carteira de identificação. A exigência, conforme apontado pela pasta técnica competente, institui barreira atitudinal, em flagrante contrariedade à Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Deste modo, o Estatuto pretende eliminar obstáculos à participação social, sendo que a obrigatoriedade de comprovar continuamente a própria condição para exercer um direito básico é medida estigmatizante e ofensiva ao princípio da dignidade da pessoa humana, invertendo o ônus da inclusão. É o que se depreende do Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Direitos para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos:

O Projeto de Lei nº 158/2024 demonstra sensibilidade à realidade vivenciada por crianças com TEA, cujas particularidades alimentares podem afetar profundamente sua saúde, bem-estar e inclusão. A garantia de alimentação segura e adaptada é um direito humano fundamental.

Entretanto, o artigo 5º-C, ao condicionar o exercício desse direito à apresentação de laudo médico e/ou carteira de identificação, pode: Representar uma barreira de acesso incompatível com o princípio da igualdade de condições da LBI e da Convenção; Reforçar uma lógica burocrática excludente, que fere o princípio do ajuste razoável por autodeclaração, amplamente adotado em políticas de inclusão.

Ademais, a proposição fragiliza a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA, instituída pelo art. 3º-A da Lei federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, justamente para evitar a obrigatoriedade de apresentação de laudo médico. Nessa mesma linha, ao tratar do cordão de girassol, a norma desvirtua sua finalidade,

já que o instrumento foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas pelo art. 2º-A do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Portanto, o cordão possui caráter voluntário e de conscientização social, cujo uso é facultativo e não pode ser equiparado a documento oficial ou condicionado à apresentação de comprovação médica. Submetê-lo a esta exigência desvirtua sua função precípua, transformando-o em mecanismo burocrático e potencialmente discriminatório.

Em face do exposto, e com fundamento nas manifestações que instruem o processo, apresento a Vossas Excelências as razões que conduzem ao veto dos dispositivos mencionados do Autógrafo de Lei nº 163, de 2025, submetendo-as à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000180-9

SEI Nº 7810713v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.464, DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

Altera a Lei nº 9.844, de 9 de junho de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Município de Goiânia.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta os §§1º, 2º e 3º e seus incisos ao art. 4º da Lei nº 9.844, de 9 de junho de 2016, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 1º Será permitido o livre ingresso e a permanência em qualquer estabelecimento, público ou privado, da pessoa com Transtorno do Espectro Autista portando:

I - alimentos especiais para consumo próprio; e

II - utensílios pessoais para alimentação, como pratos, copos, talheres ou mamadeiras, conforme suas necessidades seletivas, restritivas e/ou ritualísticas.

§ 2º É permitido, em âmbito escolar:

I - ingressar e consumir, nas dependências da escola, os alimentos trazidos de sua própria residência, bem como utilizar seus próprios utensílios para a refeição;

II - (VETADO);

III - ter respeitada sua participação de forma inclusiva nas atividades escolares e sociais relacionadas à saúde e à educação alimentar.

§ 3º Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o disposto no art. 4º da Lei federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001."(NR)

Art. 2º Acrescenta o art. 5º-C à Lei nº 9.844, de 2016, que conta com a seguinte redação:

"Art. 5º-C. (VETADO)."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Isaías Ribeiro.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.465, DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

Institui o Dia Municipal de Conscientização da Síndrome de Alopecia Areata no Município de Goiânia.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal de Conscientização da Síndrome de Alopecia Areata no Município de Goiânia, no dia 22 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Willian Veloso.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000181-7

SEI Nº 7796065v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 91/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Por força do disposto no art. 94, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, faço restituir a essa Casa de Leis, **vetado parcialmente, o Autógrafo de Lei nº 162, de 13 de agosto de 2025**, oriundo do Processo Legislativo nº [00000.002141.2024-42](#), de autoria do Vereador Willian Veloso, que "Institui a Política Municipal de Combate à Doença de *Huntington* no Município de Goiânia".

A proposta legislativa em apreço busca instituir a Política Municipal de Combate à Doença de *Huntington*, prevendo ações voltadas à conscientização da população, ao diagnóstico precoce, à capacitação de profissionais de saúde, à criação de centros especializados e à inclusão dos pacientes em programas de assistência social do Município. Embora o mérito da iniciativa revele sensível preocupação com a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à saúde, encontrando amparo nos marcos constitucionais da proteção social e da inclusão da pessoa com deficiência, parte de seu conteúdo foi objeto de impugnação por vício de iniciativa, conforme consignado nas manifestações técnicas e jurídicas que instruem o processo legislativo.

Recai o veto nos seguintes dispositivos do Autógrafo de Lei, abaixo transcritos:

.....

Art. 3º O município de Goiânia, por meio de seus órgãos competentes, poderá estabelecer parcerias com instituições de pesquisa nacionais e internacionais para o desenvolvimento de estudos e novas terapias para a doença de Huntington.

Art. 4º Serão criados, de acordo com a conveniência e a oportunidade, centros de referência especializados para o atendimento de pacientes com a doença de Huntington, oferecendo acompanhamento multidisciplinar.

Art. 5º Fica assegurada a inclusão de pacientes com a doença de Huntington em programas de assistência social do município de Goiânia, garantindo suporte psicológico, terapêutico e financeiro, quando necessário.

.....

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

.....

Conforme apontado no Parecer Jurídico nº 3848/2025 (SEI nº 7756338), exarado pela Procuradoria-Geral do Município, a proposição, embora estruturada sob a forma de diretrizes, impõe a implementação de ações específicas, tais como a realização de campanhas de conscientização, a capacitação de profissionais de saúde, a criação de centros de referência especializados e a inclusão de pacientes em programas socioassistenciais, o que configura ingerência indevida nas atribuições típicas do Poder Executivo. Confira-se:

.....

Pode-se afirmar, assim, que o ente municipal está titulado, tanto constitucionalmente quanto pela sua respectiva lei orgânica, a legislar sobre a matéria versada nos autos da propositura legislativa em análise.

No que concerne à iniciativa, o artigo 3º do autógrafo de lei, depreende-se sobre a permissão para que o Poder Executivo Municipal firme parcerias com instituições de pesquisa nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de estudos e novas terapias sobre a Doença de Huntington. Sobre esse aspecto, é imperioso ressaltar que não pode o Poder Legislativo impor, sequer “autorizar” ou “permitir”, o Poder Executivo a celebrar convênios e/ou parcerias, uma vez que tais atos constituem manifestações de gestão administrativa, próprias do Poder Executivo. Isto é, o Executivo não necessita de autorização legislativa para exercer competência que já lhe é constitucionalmente assegurada.

Desse modo, a proposição de origem parlamentar do artigo 3º termina por empreender verdadeiro ato de administração, distanciando-se da função típica do Legislativo de editar normas de caráter geral e abstrato.

Nesse sentido, oportunas são as lições de Hely Lopes Meirelles:

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo prove '*in genere*', o Executivo '*in specie*'; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providências administrativas especiais manifestadas em 'ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental' (Direito Municipal Brasileiro, 14ª ed., Ed. Malheiros, 2006, p. 605/606).

A tais razões, vislumbra-se, portanto, violação ao princípio da separação dos poderes.

Outrossim, em que peses as considerações vertidas, e embora imbuída de nobre escopo social, o autógrafo de lei, em seus artigos 4º e 5º, adentraram indevidamente na esfera de competência privativa do Poder Executivo, violando o princípio da separação e harmonia entre os Poderes. Isso porque, estabelece novas obrigações e atribuições a órgãos da Administração Pública Municipal, matéria que se insere no âmbito tipicamente administrativo.

Lado outro, o princípio da separação e harmonia dos poderes (artigo 2º, da Constituição Federal), configura norma basilar da organização política brasileira, não se limitando, portanto, a uma mera exortação política preconizada pelo constituinte.

Neste diapasão, os poderes constituídos encontram-se investidos de funções típicas e atípicas, de modo tal que as atribuições constitucionalmente deferidas a um deles não podem ser objeto de intromissão dos demais.

A função administrativa, nesse sentido, é atribuição ordinariamente conferida ao Poder Executivo, de forma tal que a iniciativa de leis com previsão de prestação de serviços à coletividade encontra-se no âmbito de atuação do respectivo Poder.

Isso porque, conforme destacado, sendo a matéria veiculada no presente autógrafo de lei de interesse preponderante desse Poder, é importante que a ele se reserve a iniciativa de leis que tratem dessa matéria.

Cumprе recordar, nesse passo, o ensinamento de Hely Lopes Meirelles^[1], anotando que:

“a Prefeitura não pode legislar, como a **Câmara não pode administrar**. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regras para a Administração; a Prefeitura as executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e

independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”.

Sintetiza-se, ademais, que toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – *é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local* (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.

Soma-se que o processo legislativo estabelecido pela Constituição do Estado (em norma repetida da Constituição Federal) e na Lei Orgânica do Município de Goiânia prevê que a criação de leis que tratem das **atribuições e funcionamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo, referentes à organização administrativa, é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.**

Isso porque, conforme destacado, sendo a matéria veiculada no presente autógrafo de lei de interesse preponderante desse Poder, é importante que a ele se reserve a iniciativa de leis que tratem dessa matéria.

.....

Com efeito, é assente no Supremo Tribunal Federal que a regra do art. 61, § 1º, II, c, da Constituição Federal, reproduzida no art. 77 da Constituição Estadual e no artigo 89 da Lei Orgânica do Município, é de observância obrigatória para Estados e Municípios, por força do princípio da simetria.

Seguindo pelos temas vertidos na proposta legislativa, há ainda orientação jurisprudencial consolidada do Supremo Tribunal Federal – STF no sentido que a iniciativa de leis atinentes ao conjunto de atribuições e tarefas à cargo dos órgãos da Administração Pública resta reservada ao Chefe do Poder Executivo, não podendo o Parlamento, por iniciativa própria, dispor sobre a temática:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 12.257/2006, DO ESTADO DE SÃO PAULO. POLÍTICA DE REESTRUTURAÇÃO DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS. INICIATIVA PARLAMENTAR. INOBSERVÂNCIA DA EXCLUSIVIDADE DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ATRIBUIÇÃO DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESTINAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS. RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO. PEDIDO PROCEDENTE.

1. A Lei Estadual 12.257/2006, de iniciativa parlamentar, dispõe sobre política pública a ser executada pela Secretaria de Estado da Saúde, com repercussão direta nas atribuições desse órgão, que passa a assumir a responsabilidade pela qualificação técnica de hospitais filantrópicos, e com previsão de repasse de recursos do Fundo Estadual de Saúde (art. 2º).

2. Inconstitucionalidade formal. Processo legislativo iniciado por parlamentar, quando a Constituição Federal (art. 61, § 1º, II, c e e) reserva ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que tratem do regime jurídico de servidores desse Poder ou que modifiquem a competência e o funcionamento de órgãos administrativos.

3. Ação Direta julgada procedente.

(STF - ADI: 4288 SP, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 29/06/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 13/08/2020)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. LEI MUNICIPAL N. 10.729/2009. INICIATIVA PARLAMENTAR CRIA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DIFERENCIADA PARA CRIANÇAS DIABÉTICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. IMPOSIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES PARA AGENTES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO STF.**

1. Padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, lei municipal que, resultante de iniciativa parlamentar, imponha políticas de prestação de serviços públicos para órgãos da Administração Pública. (Precedentes: ADI n. 2.857, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Pleno, DJe de 30.11.07; ADI n. 2.730, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe de 28.5.10; ADI n. 2.329, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe de 25.6.10; ADI n. 2.417, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Pleno, DJ de 05.12.03; ADI n. 1.275, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Pleno, DJe de 08.06.10; RE n. 393.400, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 17.12.09; RE n. 573.526, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe de 07.12.11; RE n. 627.255, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 23.08.10, entre outros). (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704.450 MINAS GERAIS, Rel. o Ministro Luiz Fux).

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJ/GO também reconhece em inúmeros julgados a inconstitucionalidade formal em casos de projetos da Câmara Municipal de Goiânia que tratou de casos similares ao em apreço. Cita-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 10.257/2018. POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO ÀS ATIVIDADES TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO REALIZADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. VÍCIO FORMAL. INICIATIVA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

É da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a deflagração de processo legislativo que trate das matérias elencadas no artigo 77 e incisos da Constituição Estadual. A Lei de nº 10.257/2018, aprovada pela Câmara Municipal de Goiânia, que **dispõe sobre política pública** de incentivos à atividade de pesquisa tecnológica, visando o desenvolvimento sustentável do **Município de Goiânia, por se tratar de matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, resta flagrante a inconstitucionalidade formal do referido ato normativo, porquanto tal matéria, por gerar despesas para os cofres públicos e conferir atribuições a órgãos da Administração Pública municipal, é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo**, ofendendo, por isso, os artigos 2º, caput, e 77, inciso V, da Constituição Estadual. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.**

(TJ-GO - ADI: 04103163220198090000, Relator: Des(a). ITANEY FRANCISCO CAMPOS, Data de Julgamento: 10/03/2020, Órgão Especial, Data de Publicação: DJ de 10/03/2020).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. LEI MUNICIPAL Nº 10.095/2017 DISPONDO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA NOTURNA . INICIATIVA PARLAMENTAR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL.

1. Lei municipal elaborada mediante proposta parlamentar dispondo sobre a Política Municipal de Segurança Noturna, por gerar despesas aos cofres públicos e implicar interferência na gestão administração municipal, é reservada à iniciativa legislativa constitucionalmente outorgada ao Chefe do Poder Executivo. 2. Tratando-se de vício insanável, a declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 10.095/2017 é medida que se impõe. Ação direta de inconstitucionalidade, com julgamento de procedência do pedido.

(TJ-GO - ADI: 02881509520198090000 GOIÂNIA, Relator: Des(a). GILBERTO MARQUES FILHO, Data de Julgamento: 11/03/2021, Órgão Especial, Data de Publicação: DJ de 11/03/2021).

Ademais, no que se refere aos artigos 6º e 7º do autógrafo de lei em comento, o qual prevê que fica instituído o Dia Municipal de Conscientização da Doença de Huntington, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de setembro, bem como os objetivos do Dia Municipal de Conscientização da doença de Huntington, sabe-se que a única interpretação constitucionalmente possível do artigo 1º da Lei n.º 12.345/2010, é no sentido de que a lei, ao mencionar que a instituição de datas comemorativas que vigorem no território nacional deveriam observar o critério da alta significação, o que seria aferido por meio de audiências públicas, estabeleceu este requisito somente para a instituição de datas em âmbito federal. Do contrário, estar-se-ia o legislador federal, sem

qualquer fundamento constitucional, tolhendo a autonomia legislativa dos Estados e Municípios ao instituir um critério que condiciona a validade do seu processo legislativo, o que seria flagrantemente inconstitucional.

.....

Assim sendo, nota-se que foram preenchidos os requisitos exigidos em lei para a instituição da data comemorativa no Calendário Municipal Oficial de Eventos do Município de Goiânia.

Diante do exposto, esta Especializada manifesta-se pela veto parcial do Autógrafo de Lei nº 162, de 13 de agosto de 2025, **com relação aos artigos 3º, 4º e 5º da propositura.**

.....

A proposição legislativa em análise incorre em vício de inconstitucionalidade formal, porquanto, a despeito de se apresentar sob a forma de diretrizes, impõe atribuições concretas à administração pública municipal, como a realização de campanhas de conscientização, a capacitação de profissionais de saúde, a criação de centros de referência especializados e a inclusão de pacientes em programas socioassistenciais. Essas medidas, ao atribuírem encargos específicos a órgãos do Executivo, configuram matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, em afronta ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

A matéria, portanto, extrapola os limites da competência legislativa do Poder Legislativo municipal, invadindo a esfera da organização administrativa e orçamentária do Poder Executivo, conforme já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal em diversos precedentes, e reiterado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em julgados análogos.

Ainda no aspecto material, a proposição também apresenta fragilidades quanto ao seu impacto financeiro, por não estar acompanhada da necessária estimativa de custos nem da indicação da fonte de custeio, em desacordo com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Ademais, a previsão constante do art. 8º, ao dispor genericamente que as despesas correrão por conta de dotações próprias, revela-se inadequada sob o prisma da técnica legislativa, além de perder sua pertinência temática diante do veto aos dispositivos que criam encargos ao Poder Executivo.

Por fim, observa-se que a proposição, embora voltada a tema de inegável relevância social, não se reveste de ineditismo normativo, tampouco evidencia lacuna legislativa a ser suprida pelo Poder Legislativo. Ademais, a matéria reclama formulação de política pública estruturada, dependente de planejamento técnico, avaliação de impacto, previsão orçamentária compatível e coordenação intersetorial, atribuições que, à luz da ordem constitucional, competem ao Poder Executivo.

Posto isso, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, alinhado ao entendimento da Procuradoria-Geral do Município, apresento as razões do **veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 162, de 2025**, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Goiânia.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.466, DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Municipal de Combate à Doença de *Huntington* no Município de Goiânia.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Combate à Doença de *Huntington*, com o objetivo de promover a pesquisa, o diagnóstico precoce e o manejo eficaz da doença de *Huntington*.

Parágrafo único. Doença de *Huntington*, assim nomeada por haver sido descrita em 1872 pelo médico Samuel Huntington, é uma doença genética degenerativa que atinge os gânglios basais do cérebro, comprometendo progressivamente os movimentos do corpo e também, em estágios avançados, a memória e a cognição.

Art. 2º São diretrizes da Política Municipal de Combate à Doença de *Huntington*, especialmente:

I - fomentar a pesquisa científica voltada para a Doença de *Huntington*, em parceria com universidades, institutos de pesquisa e entidades privadas;

II - promover campanhas de conscientização sobre a doença, seus sintomas, formas de transmissão e prevenção;

III - garantir o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento adequado para os pacientes afetados pela doença de *Huntington*;

IV - assegurar a formação e a capacitação contínua de profissionais de saúde no manejo e tratamento da doença de *Huntington*.

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º Fica instituído o Dia Municipal de Conscientização da Doença de *Huntington*, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de setembro.

Art. 7º São objetivos do Dia Municipal de Conscientização da Doença de *Huntington*:

I - estimular a pesquisa e a difusão dos avanços técnico-científicos relativos à doença de *Huntington*;

II - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol das pessoas com a doença de *Huntington*;

III - estimular ações de informação e conscientização relacionadas à doença de *Huntington*; e

IV - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às pessoas com a doença de *Huntington*.

Art. 8º (VETADO).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Willian Veloso.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000178-7

SEI Nº 7799992v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 89/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Com fundamento no art. 94, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, devolvo a essa Casa de Leis, **vetado integralmente, Autógrafo de Lei nº 161, de 12 de agosto de 2025**, com tramitação no Poder Legislativo por meio do Processo Legislativo nº [00000.001004.2025-71](#), de autoria da Vereadora Daniela da Gilka, que "Define critérios para o cuidado da criança e do adolescente com diabetes mellitus tipo 1 no contexto escolar e dá outras providências", encaminhado pelo Poder Legislativo em 18 de agosto de 2025, data que corresponde ao início da contagem do prazo estabelecido no art. 94 da Lei Orgânica do Município de Goiânia.

Cumpre registrar que, ainda durante a tramitação do projeto no Poder Legislativo, a Procuradoria da Câmara Municipal de Goiânia, por meio do Parecer Jurídico nº 186/2025 (SEI nº 7725215, fls. 23/27), já havia opinado pela antijuridicidade da proposição e pelo seu arquivamento, em razão de vício formal de iniciativa, uma vez que a matéria impõe atribuições à administração pública municipal, de competência privativa do Chefe do Executivo, o que não foi acatado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação daquela Casa Legislativa.

Posteriormente, no âmbito do Executivo, a Procuradoria-Geral do Município, em idêntica linha, por meio do Parecer Jurídico nº 3868/2025 (SEI nº 7764600), manifestou-se pelo veto integral ao Autógrafo de Lei nº 161, de 2025, em razão de vício formal de iniciativa, por tratar de matéria sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, uma vez que estabelece competências e atribuições a órgãos da administração pública municipal, em afronta aos arts. 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal; 77, inciso V, da Constituição Estadual; e 89, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, conforme se transcreve abaixo:

.....

Quanto à possibilidade de a matéria versada nos autos poder ser disposta através de lei de origem parlamentar, temos as seguintes considerações.

Como é cediço, as regras do devido processo legislativo são normas observância obrigatória, isto é, normas centrais do ordenamento jurídico, motivo pelo qual não podem ser ignoradas e descumpridas por quaisquer entes subnacionais, como também por eles modificada ou deturpada:

“(...). As regras básicas do processo legislativo federal – incluídas as de reserva de iniciativa -, são de absorção compulsória pelos Estados, na medida em que substantivam prisma relevante do princípio sensível da separação e independência dos poderes (ADIn 822, mc, 5.2.93, Lex 175/105); o princípio - que diz com as relações entre os poderes constituídos -, não obstante, é oponível a validade de normas constitucionais locais que, ao invés de disciplinar questões atinentes as bases do regime jurídico do pessoal do Estado, ocupa-se de temas pontuais de interesse de setores específicos do funcionalismo e cuja inserção, na Constituição local, representa fraude inequívoca a

reserva de iniciativa do Governador para a legislação ordinária sobre a matéria (v.g., Pertence, in ADIn 231, cit., Lex 147/7 e ADIn 89, 4.2.93, Galvão, Lex 180/5,22).” (g.)

Neste contexto, convém lembrar que ao Chefe do Poder Executivo fora atribuída a competência para deflagrar os processos legislativos referentes a criação, a extinção e a modificação de cargos e empregos públicos, como também a iniciativa das proposições legislativas correlacionadas à criação, modificação e extinção de órgãos e entidades administrativas em particular.

.....
Segundo José Afonso da Silva^[1], *a razão para que se atribui ao Chefe do Executivo o poder de iniciativa decorre do fato de a ele caber a missão de aplicar uma política determinada em favor das necessidades do ente federativo; mais bem informados do que ninguém das necessidades, e dada a complexidade cada vez maior dos problemas a se resolver, estão os órgãos do Executivo tecnicamente mais bem aparelhados do que os parlamentares para preparar os projetos de lei.*

Nada obstante, há de se reconhecer que os temas submetidos a iniciativa reservada do Poder Executivo afiguram-se taxativos e excepcionais, motivo pelo qual não podem ser ampliados pela via interpretativa.

Devem, na realidade, ser analisados com autocontenção, já que não se pode, sem respaldo constitucional, ressaltar a regra geral no sentido de que a iniciativa de projetos de lei afigura-se, ordinariamente, concorrente:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Não é por outra razão, aliás, que a esfera acadêmica e jurisprudencial tem compreendido, sobretudo em tempos mais recentes, que **temas correlacionados à Administração Pública, mas que não se confundem com as matérias tratadas pelo art. 61, da CF/88** (e, conseqüentemente, pelo art. 77, da Constituição do Estado de Goiás e pelo art. 89 da Lei Orgânica do Município) **podem, a princípio, ser disciplinados por lei de origem parlamentar, desde que, evidentemente, não adentrem na gestão da coisa pública e não usurpem função deferida ao Executivo com preeminência, qual seja, a função administrativa.**

Isto é, desde que não ofendam o princípio da separação e harmonia dos poderes (art. 2º, da CRFB), ainda que acabem por incrementar despesas para o erário.

O Min. Gilmar Mendes, inclusive, já se posicionara a respeito da temática, vide Recurso Extraordinário com Agravo nº 878911:

“Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.

Nos termos do Tema 917 do Pretório Excelso, **não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores.**

A despeito do nobre escopo social e inclusivo do autógrafo de lei sob análise, nota-se que ele traz determinações de competências a serem exercidas pelo órgão municipal de educação, de modo a trazer uma ingerência indevida do legislativo em matéria afeta à

iniciativa privativa do Chefe do Executivo, qual seja a disposição, funcionamento e competências de órgão público municipal. Nesse sentido, forçoso reconhecer que o autógrafo de lei em questão padece de vício de inconstitucionalidade formal, motivo pelo qual recomendamos o seu **veto integral**.

III. Conclusão

Ante todo o exposto, bem como considerando os aspectos formais e materiais da matéria, **opina-se pelo veto integral do autógrafo de lei n. 161/2025**, considerando que o referido autógrafo traz disposições sujeitas à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, motivo pelo qual não pode ser disposta em lei de iniciativa parlamentar.

.....

Ressalte-se, ademais, que o Município de Goiânia já dispõe de legislação pertinente à matéria, a exemplo da [Lei nº 8.434, de 10 de maio de 2006](#), que trata da obrigatoriedade de alimentação diferenciada aos alunos diabéticos nas escolas e creches municipais, e da [Lei nº 8.691, de 16 de setembro de 2008](#), que autoriza o fornecimento de alimentação diferenciada aos alunos obesos e/ou diabéticos, sob supervisão de nutricionistas.

Além disso, a proposta legal já é contemplada em diplomas federais como a [Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, a [Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) e a [Lei federal nº 13.722, de 4 de outubro de 2018](#) - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros de profissionais da educação.

No âmbito municipal, destaca-se a existência do Protocolo para Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros da Rede Municipal de Educação de Goiânia, elaborado intersecretorialmente pelas Secretarias Municipais de Educação e Saúde, o Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU (atualizado em fevereiro de 2025), que já prevê medidas específicas para estudantes com diabetes mellitus tipo 1.

Ainda, a [Lei nº 10.050, de 6 de julho de 2017](#), que Institui no Calendário Oficial do Município de Goiânia, a semana da conscientização, prevenção e controle do diabetes, dispõe sobre a atenção e cuidados às pessoas com diabetes no Município, que poderá promover, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, debates, palestras, campanhas educativas e outras iniciativas com objetivo de divulgar os cuidados exigidos ao portador de diabetes, bem como a doença, os testes e exames indicados, e os tratamentos adequados, incluídos no calendário escolar.

Assim, embora se imponha o veto integral por razões formais de iniciativa, cumpre enfatizar que a proteção às crianças e adolescentes, com diabetes mellitus tipo 1, já é amparada por legislação vigente e por protocolos normativos específicos no Município, o que assegura a continuidade de políticas inclusivas e de promoção da saúde no ambiente escolar.

Isto posto, considerando a manifestação conclusiva da Procuradoria-Geral do Município e a necessidade de observância às normas constitucionais e à separação de poderes, devolvo vetado integralmente o Autógrafo de Lei nº 161, de 2025, com fulcro no art. 94, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia.

Submeto à apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo as justificativas ora apresentadas, na expectativa de acolhimento.

Goiânia, 2 de setembro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.827, DE 2025

Dispõe sobre a reserva de área destinada à futura adequação da rede viária do entorno de empreendimentos a serem instalados em vazios urbanos, quando da sua ocupação, sem a ocorrência de loteamento ou reloteamento.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022; na Lei Complementar nº 363, de 12 de janeiro de 2023; na Lei Complementar nº 371, de 4 de janeiro de 2024; na Lei nº 11.083, de 6 de novembro de 2023; e o contido no Processo SEI nº 25.28.000001901-9;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a reserva de área destinada à futura adequação da rede viária do entorno do empreendimento a ser instalado em vazio urbano, quando da sua ocupação, sem a ocorrência de loteamento ou reloteamento, no termos do art. 109, parágrafo único, da Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022, ou sucedâneo legal.

Art. 2º O proprietário do imóvel situado em vazio urbano, ao solicitar sua ocupação, ao órgão ou entidade municipal de planejamento urbano deverá requerer o desmembramento da área destinada à futura adequação do sistema viário.

§ 1º A área prevista no *caput* será destinada ao Município de Goiânia para adequação viária, mediante escritura pública de doação, averbada no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 2º Para a aprovação do desmembramento pelo órgão ou entidade municipal de fiscalização e licenciamento deverá constar na planta urbanística a indicação de que a área desmembrada constitui reserva de área para futura adequação viária.

§ 3º Para fins do desmembramento previsto no *caput*, ficam dispensadas as exigências de parcelas mínimas estabelecidas nos arts. 120 e 121, da Lei Complementar nº 349, de 2022, e nos arts. 6º e 7º, da Lei Complementar nº 363, de 12 de janeiro de 2023, ou sucedâneos.

§ 4º A aprovação do processo de desmembramento pelo órgão ou entidade municipal de fiscalização e licenciamento ficará condicionada à apresentação de parecer com as diretrizes emitidas pelo Comitê Técnico de Análise de Uso e Ocupação do Solo - COMTEC.

§ 5º Após a emissão da certidão correspondente e seu devido registro no Cartório de Registro de Imóveis, a área desmembrada deverá ser destinada ao Município de Goiânia, mediante anexo da escritura pública de doação, no processo administrativo em que foram emitidas as referidas diretrizes.

Art. 3º O desmembramento da área destinada à futura adequação do sistema viário de que trata o art. 2º constituirá condicionante urbanística obrigatória para a implantação do empreendimento, quando se tratar de vazio urbano não loteado anteriormente.

§ 1º A obra de adequação prevista no *caput* deverá ser realizada pelo interessado no empreendimento, às suas expensas.

§ 2º Para a emissão da Certidão de Conclusão de Obras - CCO do empreendimento de que trata o *caput*, o interessado deverá apresentar o Termo de Recebimento da Obra da via pública adequada, emitido pelo órgão ou entidade municipal de infraestrutura.

§ 3º A implantação do sistema viário deverá ser precedida da aprovação, pelo órgão ou entidade municipal de infraestrutura, dos seguintes projetos complementares:

- I - da rede de iluminação pública;
- II - da rede de drenagem urbana;
- III - de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas; e
- IV - de calçadas.

§ 4º O projeto da rede de drenagem urbana deverá atender ao disposto no art. 55, § 3º, da Lei Complementar nº 363, de 2023, ou sucedâneo legal, e em demais normas pertinentes.

§ 5º Os projetos complementares de adequação da rede viária deverão atender às normas técnicas vigentes e os padrões de segurança viária.

Art. 4º O Município executará, às suas expensas, as obras de adequação do sistema viário do entorno previstas no art. 3º nos seguintes casos:

- I - empreendimento destinado à Habitação de Interesse Social - HIS; ou
- II - área classificada como vazio urbano que já tenha sido objeto de loteamento prévio.

§ 1º Mediante manifestação expressa do interessado no empreendimento, as obras de adequação do sistema viário poderão ser por ele executadas e custeadas.

§ 2º Quando as obras de adequação do sistema viário forem de responsabilidade do Município, a implantação do empreendimento não ficará condicionada à sua prévia execução.

Art. 5º Caso o interessado por empreendimento a ser implantado em vazio urbano, loteado ou não anteriormente, opte por via pública alternativa ao acesso estabelecido pela administração pública municipal, a adequação viária deverá ser:

- I - implantada às expensas do interessado, não cabendo à administração pública municipal qualquer responsabilidade pelos custos de implantação;
- II - compatível com o planejamento urbano e viário do Município;
- III - autorizada pelo órgão ou entidade municipal de planejamento urbano; e
- IV - equivalente ou de superioridade funcional em relação ao acesso viário originalmente determinado pelo órgão ou entidade municipal de planejamento urbano.

Parágrafo único. O projeto urbanístico e os complementares da via pública alternativa de que trata o *caput* deverão atender ao disposto no art. 3º.

Art. 6º O interessado no empreendimento não terá direito a indenização, compensação ou ressarcimento pelos custos das obras de adequação viária previstas neste Decreto.

Art. 7º O disposto neste Decreto aplica-se, no que couber, aos seguintes dispositivos:

- I - da Lei Complementar nº 349, de 2022:
 - a) o art. 133, parágrafo único; e

b) o art. 173, § 5º;

II - da Lei Complementar nº 371, de 4 de janeiro de 2024:

a) o art. 7º, § 1º; e

b) o art. 49, inciso I; e

III - o art. 27 da Lei nº 11.083, de 6 de novembro de 2023.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 02/09/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7834404** e o código CRC **765F6E80**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.28.000001901-9

SEI Nº 7834404v1

**Prefeitura de Goiânia****Exposição de Motivos do Decreto nº 2.827/2025**

Goiânia, data da publicação.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

1 Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de decreto que dispõe sobre a reserva de área destinada à futura adequação da rede viária do entorno de empreendimentos a serem instalados em vazios urbanos, quando da sua ocupação, sem a ocorrência de loteamento ou reloteamento, conforme disposto no art. 109, parágrafo único, da Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022.

2 A Lei Complementar nº 349, de 2022, ao instituir o Plano Diretor do Município de Goiânia, estabeleceu diretrizes fundamentais para o ordenamento do crescimento e desenvolvimento urbano de Goiânia, norteando políticas públicas que objetivam o desenvolvimento sustentável, a promoção da justiça social e a melhoria da qualidade de vida da população local. Neste contexto, destaca-se a imprescindível necessidade de estruturação adequada do sistema viário, elemento essencial para assegurar o acesso eficiente, a mobilidade urbana segura e a circulação fluida, condições indispensáveis à ordenação e à ocupação do solo urbano.

3 A ocupação de vazios urbanos pode, em face das condições urbanísticas específicas ou da densidade a ser instalada, comprometer significativamente a mobilidade e a funcionalidade da malha viária local, além de gerar impactos negativos na organização espacial da cidade. Dessa forma, a edição desse decreto visa garantir que, em tais circunstâncias, seja formalmente reservada a área necessária para futuras adequações viárias, promovendo, assim, o atendimento pleno às demandas urbanísticas, o cumprimento das normas legais vigentes e a segurança jurídica dos atos de planejamento.

4 No intuito de conferir eficácia e segurança jurídica a essa previsão normativa, a minuta de Decreto ora apresentada detalha de forma clara e precisa as condições e os procedimentos obrigatórios para a reserva e destinação dessas áreas, impondo aos proprietários a obrigação de promover o desmembramento da área destinada, com posterior doação ao Município, mediante escritura pública devidamente averbada no competente Cartório de Registro de Imóveis. Tal procedimento não apenas assegura a regularidade documental e registral, mas também fortalece o controle urbanístico municipal.

5 O texto também disciplina as responsabilidades relativas à execução das obras de adequação do sistema viário, promovendo a necessária integração entre as iniciativas públicas e privadas, de modo a compatibilizar os interesses dos empreendimentos com a prevalência do interesse público e a preservação da ordem urbanística.

6 Ressalta-se que a regulamentação proposta poderá ser aplicada, por identidade de razão, aos seguintes dispositivos: art. 133, parágrafo único, e art. 173, § 5º, da Lei Complementar nº 349, de 2022; art. 7º, § 1º, e art. 49, inciso I, da Lei Complementar nº 371, de 4 de janeiro de 2024; e art. 27 da Lei nº 11.083, de 6 de novembro de 2023.

7 Por fim, cumpre destacar que a regulamentação ora proposta representa um avanço significativo na gestão territorial do Município de Goiânia, reforçando o compromisso da administração pública municipal com a ordenação territorial eficiente, o desenvolvimento urbano sustentável, a promoção da acessibilidade e da mobilidade urbana, bem como com a garantia de infraestrutura adequada à população, alinhando-se às melhores práticas técnicas e jurídicas adotadas no planejamento urbano contemporâneo.

8 Essas são, Senhor Prefeito, as razões que justificam o encaminhamento da presente proposta de ato normativo à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

ANA CAROLINA NUNES DE SOUZA ALMEIDA
Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO PETERNELLA
Secretário Municipal de Eficiência



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Nunes de Souza Almeida, Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico**, em 28/08/2025, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio Ribeiro Peterrella, Secretário Municipal de Eficiência**, em 28/08/2025, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7834408** e o código CRC **7B516B0C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.28.000001901-9

SEI Nº 7834408v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.830, DE 2025

Regulamenta a Lei nº 11.459, de 30 de julho de 2025, que dispõe sobre o horário de funcionamento das distribuidoras de bebidas.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022; na Lei Complementar nº 368, de 15 de dezembro de 2023; na Lei nº 10.845, de 4 de novembro de 2022; no art. 2º da Lei nº 11.459, de 30 de julho de 2025; e o contido no Processo SEI nº 25.37.000004925-1,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 11.459, de 30 de julho de 2025, quanto à competência fiscalizatória, aos procedimentos administrativos e às penalidades aplicáveis em caso de descumprimento do horário de funcionamento das distribuidoras de bebidas.

§ 1º Para fins do disposto deste Decreto, considera-se distribuidora de bebidas o estabelecimento comercial cuja atividade principal seja a comercialização de bebidas alcoólicas ou não alcoólicas, não consumidas no local de venda, identificadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE sob os códigos 463549900, 472370000 e 472370001.

§ 2º O exercício de atividades secundárias, como empório, mercearia, minimercado, armazém, secos e molhados, loja de conveniência ou bar, não afasta a obrigatoriedade de observância à Lei nº 11.459, de 2025, e ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Compete aos Auditores Fiscais de Posturas, integrantes do Quadro Próprio de Auditoria de Fiscalização de Atividades Urbanas, instituído pela Lei Complementar nº 376, de 5 de abril de 2024, e lotados no órgão ou entidade municipal de fiscalização, verificar o cumprimento da Lei nº 11.459, de 2025.

Art. 3º Constatado pelo Auditor Fiscal de Posturas o funcionamento de distribuidora de bebidas entre 0h e 4h59, ressalvada a hipótese de venda exclusivamente na modalidade *online* ou *delivery*, o estabelecimento será notificado a encerrar imediatamente suas atividades, sob pena de autuação.

§ 1º Caso o estabelecimento permaneça exercendo suas atividades, com as portas abertas ou cerradas, caracterizadas pela circulação de público no seu interior, no passeio fronteiro ou nas imediações do estabelecimento, será lavrado o Auto de Infração com imposição do fechamento forçado das portas na mesma ocasião.

§ 2º O fechamento forçado previsto no § 1º não impede o funcionamento regular do estabelecimento no período compreendido entre 5h e 23h59, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.459, de 2025.

§ 3º Caso seja constatada nova infração, nos moldes do § 1º, no prazo de 30 (trinta) dias, o estabelecimento estará sujeito à interdição de funcionamento em todos os horários, nos termos do art. 290, § 1º, incisos III a VI, da Lei Complementar nº 368, de 15 de dezembro de 2023, ou sucedâneo legal.

§ 4º A interdição prevista no § 3º poderá ser realizada de forma cautelar, devendo ser precedida da lavratura de novo Auto de Infração.

Art. 4º A violação ao disposto no art. 1º, § 3º, da Lei nº 11.459, de 2025, sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas neste Decreto e às demais aplicáveis, previstas na Lei Complementar nº 368, de 2023.

§ 1º Considera-se gravíssima a infração prevista na Lei nº 11.459, de 2025, aplicando-se, para o cálculo da multa e demais procedimentos administrativos e fiscais, o disposto na Lei Complementar nº 368, de 2023.

§ 2º O Fator de Proporcionalidade “K”, previsto na Lei Complementar nº 368, de 2023, para o cálculo da multa prevista no § 1º, considerará a área ocupada pelo estabelecimento, a qual deverá ser informada pelo Auditor Fiscal, quando da lavratura do Auto de Infração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 02/09/2025, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7852858** e o código CRC **D45B92C6**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.37.000004925-1

SEI Nº 7852858v1

**Prefeitura de Goiânia**

Exposição de Motivos do Decreto nº 2.830/2025

Goiânia, data da publicação.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

1 Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de decreto que "Regulamenta a Lei nº 11.459, de 30 de julho de 2025, que dispõe sobre o horário de funcionamento das distribuidoras de bebidas."

2 A proposta normativa tem como objetivo concretizar a opção legislativa prevista no art. 1º, § 3º, da Lei nº 11.459, de 2025. Referido dispositivo proíbe que as distribuidoras de bebidas, no período compreendido entre 00h e 04h59, operem com vendas no varejo, no atacado ou em ambos os regimes, salvo na modalidade *online* ou *delivery*, sem qualquer circulação de público no seu interior, nas imediações do estabelecimento ou no passeio público fronteiriço.

3 A regulamentação apresentada atende a uma demanda recorrente relacionada ao sossego público, segurança urbana e à melhoria da convivência comunitária, especialmente em bairros predominantemente residenciais que sofrem impactos negativos em decorrência do funcionamento noturno até alta madrugada de distribuidoras de bebidas. Assim, a limitação do horário de funcionamento com as portas abertas até às 23h59 busca minimizar conflitos urbanos, além de garantir o equilíbrio entre o exercício da atividade econômica e o direito de vizinhança na vertente do direito ao descanso da população.

4 Deve-se ressaltar que ficou resguardado, na proposta normativa, o funcionamento das distribuidoras de bebidas, na modalidade *delivery* ou *online*, sem qualquer tipo de atendimento presencial, no período compreendido entre 00h e 4h59.

5 O Decreto também é compatível com os dispositivos da Lei Orgânica do Município de Goiânia, da Lei Complementar nº 368, de 15 de dezembro de 2023, da Lei nº 10.845, de 4 de novembro de 2022, e da Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022, harmonizando-se com os marcos normativos aplicáveis à Classificação Nacional de Atividades Econômicas, elaborada pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, utilizada para determinar quais atividades econômicas são exercidas por um estabelecimento.

6 Essas são as razões que justificam, Senhor Prefeito, o encaminhamento da presente proposta de ato normativo à superior consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO PETERNELLA
Secretário Municipal de Eficiência



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio Ribeiro Peternella, Secretário Municipal de Eficiência**, em 01/09/2025, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7852876** e o código CRC **93BF541A**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.37.000004925-1

SEI Nº 7852876v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992; o Decreto nº 1.686, de 18 de fevereiro de 2013, e o contido no Processo SEI nº 25.1.000003214-0, resolve:

Art. 1º Conceder diárias ao servidor MURILLO MARQUES DE SOUZA, matrícula nº 2040853-1, CPF nº ***.936.241-**, em virtude de viagem à cidade de Brasília/DF, no dia 12 de agosto de 2025, para acompanhar o Chefe do Poder Executivo em viagem oficial.

Parágrafo único. O valor concedido, a título indenizatório, ao servidor de que trata o *caput* será de R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais), devendo essa despesa ser suportada por dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7794424** e o código CRC **DA86F91B**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000003214-0

SEI Nº 7794424v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; em cumprimento da sentença proferida no Processo Judicial nº 5653238-77.2021.8.09.0051, do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e o contido no Processo SEI nº 25.6.000013335-0, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao servidor relacionado no Anexo a este Decreto, nos termos da Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000, que rege o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público do Município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO

JOSÉ MARTINS DE CASTRO FILHO
Matrícula nº 43206-02
CPF nº ***.311.211-**

ITEM	A PARTIR DE	REFERÊNCIA/PADRÃO	CARGO
1	5/8/2000	D	Profissional de Educação II (Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000)
2	5/8/2001	E	
3	1º/2/2002	F	
4	1º/10/2002	G	
5	1º/9/2004	H	
6	1º/9/2006	I	
7	1º/9/2008	J	
8	1º/9/2010	K	
9	1º/9/2012	L	
10	1º/9/2014	M	
11	1º/9/2016	N	
12	1º/9/2018	O	
13	1º/9/2020	P	
14	1º/9/2022	Q	



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7796617** e o código CRC **488FF973**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.6.000013335-0

SEI Nº 7796617v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; em cumprimento da sentença proferida no Processo judicial nº 5131854-13.2024.8.09.0051, do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e o contido no Processo SEI nº 25.6.000012832-1, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal à servidora BENTA FEITOZA DE OLIVEIRA BILIO, matrícula nº 884120-03, CPF nº ***.856.623-**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais, para a Referência "E", a partir de 16 de dezembro de 2021, nos termos da Lei nº 8.623, de 26 de março de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7806524** e o código CRC **8212F371**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.6.000012832-1

SEI Nº 7806524v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; em cumprimento da sentença proferida no Processo Judicial nº 5162322-23.2025.8.09.0051, do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e o contido no Processo SEI nº 25.6.000011107-0, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal à servidora relacionada no Anexo deste Decreto, nos termos da Lei nº 8.916, de 2 de junho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Quadro Permanente da Função Saúde da Administração Pública Municipal de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO

CÁSSIA MARIA MORA PEREIRA CAIXETA
Matrícula nº 975192-01
CPF nº ***.603.801-**

ITEM	A PARTIR DE	REFERÊNCIA/PADRÃO	CARGO
1	1º/5/2020	E	Especialista em Saúde (Lei nº 8.916, de 2 de junho de 2010)
2	1º/5/2022	G	
3	1º/5/2024	H	



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7821473** e o código CRC **78B5F6E3**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; em cumprimento da sentença proferida no Processo Judicial nº 5541259-42.2023.8.09.0051, do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e o contido no Processo SEI nº 25.6.000012467-9, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao servidor relacionado no Anexo a este Decreto, nos termos da Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000, que rege o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público do Município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO

MÁRIO DE MOURA VASCONCELOS
Matrícula nº 61670-01
CPF nº ***.166.811-**

ITEM	A PARTIR DE	REFERÊNCIA/PADRÃO	CARGO
5	20/6/2000	H	Profissional de Educação II (Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000)
6	5/8/2001	I	
7	1º/9/2016	J	
8	1º/9/2018	K	
9	1º/9/2020	L	
10	1º/9/2022	M	



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7821608** e o código CRC **79B0C70C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 142, incisos XVII e XVIII, no art. 156, inciso I, e no art. 163, inciso I, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000003179-5, resolve:

Art. 1º Demitir o servidor HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1377663-01, CPF nº ***.422.221-**, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a subsunção de sua conduta às infrações disciplinares de abandono de cargo público e inassiduidade habitual.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 27 de março de 2022.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7826199** e o código CRC **80E3B94D**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000003179-5

SEI Nº 7826199v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; em cumprimento da sentença proferida no Processo Judicial nº 5250156-64.2025.8.09.0051, do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e o contido no Processo SEI nº 25.6.000012849-6, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao servidor relacionado no Anexo a este Decreto, nos termos da Lei nº 9.129, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Administrativos do Município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO

TALLINGTON GONÇALVES PASCHOIM
Matrícula nº 941751-01
CPF nº ***.389.961-**

ITEM	A PARTIR DE	REFERÊNCIA/PADRÃO	CARGO
1	14/1/2023	G	Assistente Administrativo (Lei nº 9.129, de 29 de dezembro de 2011)
2	14/1/2025	H	



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7830259** e o código CRC **50025924**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

THAYNÁ KEVELLE BORGES SANTOS, matrícula nº 1475371, CPF nº ***.221.281-**, do cargo em comissão de Assessora Técnica, símbolo CDS-3, da Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7833236** e o código CRC **D746F7DA**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000133-4

SEI Nº 7833236v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

JOHNATHAN OLIVEIRA DE SOUSA, matrícula nº 1459660, CPF nº ***.047.501**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo CDS-3, da Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7833405** e o código CRC **EB752B18**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000133-4

SEI Nº 7833405v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

LUIZ AUGUSTO MATOS ARIAS BARBOSA, matrícula nº 2031393, CPF nº ***.794.201**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico II, símbolo AT-2, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7838400** e o código CRC **E439D70C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000140-7

SEI Nº 7838400v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto de Pessoal publicado no Diário Oficial do Município - Eletrônico, Edição nº 8.605, de 21 de agosto de 2025, SEI nº 7696280, que nomeou RAQUEL DE MENESES ABADIO, CPF nº ***.668.051-**, do cargo em comissão de Assessora Técnica I, símbolo AT-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7839199** e o código CRC **E5246BD6**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000013-3

SEI Nº 7839199v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

FÁTIMA GOMES DE FARIA, CPF nº ***.728.231-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Apoio Administrativo, símbolo CDI-1, da Diretoria Administrativa, da Secretaria Municipal de Administração, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentado pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7842385** e o código CRC **D106D556**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000143-1

SEI Nº 7842385v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO DE PESSOAL

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

RONEY SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 722065, CPF nº ***.265.541**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico I, símbolo AT-1, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7842636** e o código CRC **6B6F8ABA**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.39.000000013-3

SEI Nº 7842636v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 132, DE 2025

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar, em favor da Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais).

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 141 da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto nos arts. 41 a 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; no art. 12 da Lei nº 10.683, de 30 de setembro de 2021; no art. 5º da Lei nº 11.315, de 7 de janeiro de 2025; no Decreto nº 134, de 10 de janeiro de 2025; e no contido no Processo SEI nº 25.9.000000792-5,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto para a Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação um crédito adicional de natureza suplementar, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), destinado a atender à programação prevista no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A abertura do crédito suplementar autorizado por este Decreto decorre da anulação da dotação orçamentária indicada no Anexo II, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.315, de 7 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I

ÓRGÃO: 6900 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CAPTAÇÃO
UNIDADE: 6901 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CAPTAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		VALOR (R\$)
6901	04.122.0028.2451.33504100.100 634 1500 0000	R\$ 790.000,00
TOTAL		R\$ 790.000,00

ANEXO II

ÓRGÃO: 1600 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
UNIDADE: 1603 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		VALOR (R\$)
1603	99.999.9999.9999.99999999.100 634 1500 0000	R\$ 790.000,00
TOTAL		R\$ 790.000,00



Documento assinado eletronicamente por **Valdivino José de Oliveira, Secretário Municipal da Fazenda**, em 01/09/2025, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7822185** e o código CRC **74603076**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.9.000000792-5

SEI Nº 7822185v1

**Prefeitura de Goiânia****Exposição de Motivos do Decreto nº 132/2025**

Goiânia, data da publicação.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

1 Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a proposta de decreto que autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação, com vistas a viabilizar a execução das Emendas Parlamentares Impositivas conforme anexo.

2 A medida fundamenta-se no disposto no art. 138, § 10, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, que confere caráter obrigatório à execução das emendas impositivas, conforme regulamentado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual do exercício vigente.

3 A suplementação ora proposta decorre da insuficiência de dotação nas unidades orçamentárias e nas categorias econômicas originalmente alocadas, sendo indispensável para assegurar a execução orçamentária plena e tempestiva das ações previstas, em consonância com o princípio da legalidade e com o planejamento orçamentário pactuado democraticamente entre o Legislativo e a sociedade civil, por meio da celebração de Termos de Fomento ou Termos de Colaboração, nos moldes da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normativas aplicáveis.

4 Importa destacar que o recurso a ser utilizado para a abertura do crédito suplementar é oriundo de emenda parlamentar impositiva regularmente incluída na Lei Orçamentária Anual do Município de Goiânia, conforme Lei nº 11.315, de 7 de janeiro de 2025, bem como o Decreto nº 134, de 10 de janeiro de 2025, e o Decreto nº 1.787, de 6 de outubro de 2020, que regulamentam os procedimentos para a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares impositivas.

5 A proposta de abertura de crédito suplementar não implica revogação ou alteração de normas legais ou infralegais, mas repercute diretamente na execução da LOA 2025, ao permitir a realocação de recursos por meio de anulação de dotações, conforme previsto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como em observância à Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

6 As consequências esperadas são positivas, uma vez que o reforço das dotações nas ações e projetos contemplados pelas emendas asseguram o cumprimento da legislação orçamentária vigente, respeitando os limites legais e fiscais, sem implicar aumento de despesa, mas apenas a readequação interna dos recursos já autorizados.

7 O presente crédito suplementar visa solucionar a insuficiência de saldo em dotação orçamentária vinculada à emenda parlamentar impositiva, situação que comprometeria sua plena execução e o cumprimento dos percentuais mínimos legalmente exigidos.

8 A não adoção da medida poderá resultar em inexecução parcial ou total da emenda, afrontando a legislação orçamentária e, por conseguinte, gerando prejuízos à continuidade das parcerias com organizações da sociedade civil, além de representar risco à prestação de serviços públicos essenciais e eventual responsabilização administrativa.

9 Diante do exposto, considerando a conveniência e a oportunidade administrativa da medida, bem como sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente, submete-se a presente proposta à apreciação superior, para fins de aprovação e edição do respectivo decreto.

Respeitosamente,

VANDERLEI TOLEDO DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário Municipal de Articulação Institucional e Captação

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO

Nº da Emenda	Vereador (a)	Valor	Instituição	Finalidade
3.34	Anselmo Pereira	R\$ 30.000,00	Associação Paraolímpica do Estado de Goiás - ASPAEGO	Custeio e manutenção da instituição.
9.47	Fabício Rosa	R\$ 150.000,00	Associação da Parada do Orgulho GLBT de Goiás	Realizar a 30ª (trigésima) edição da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Goiânia, bem como apoiar as suas ações que serão compostas por diversas atividades ligadas à cultura, saúde, cidadania, direitos humanos, acessibilidade para PCD/Idosos e meio ambiente.
10.21	Romário Policarpo	R\$ 200.000,00	Organização Cultural Garra	Destinação de recursos para custeio da instituição.
16.10	Juarez Lopes	R\$ 100.000,00	Fundação Rádio e Televisão Educativa - FRTVE	O recurso será alocado no Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia da UFG (Universidade Federal de Goiás).
17.49	Kátia Maria	R\$ 50.000,00	Fundação Rádio e Televisão Educativa - FRTVE	Apoiar o projeto Memória 60 anos do Curso de Jornalismo da UFG.
22.17	Lucas Kitão	R\$ 30.000,00	Associação Atlética Neurologia Ativa	Realização de Evento Esportivo (Campeonato de Vôlei em parceria com a Associação Atlética Neurologia Ativa).
33.11	Thialu Guiotti	R\$ 100.000,00	Instituto HM Brasil	Destinação de recursos para fomento esportivo.
35.31	Willian Veloso	R\$ 130.000,00	Instituto Nacional de Nanismo	Incentivo à instituição.



Documento assinado eletronicamente por **Vanderlei Toledo de Carvalho Júnior, Secretário Municipal de Articulação Institucional e Captação**, em 01/09/2025, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdivino José de Oliveira, Secretário Municipal da Fazenda**, em 01/09/2025, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7822268** e o código CRC **2587BB8B**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.9.000000792-5

SEI Nº 7822268v1



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 93,
DE 20 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania
Goianiense a José Wellington Costa Junior.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a José Wellington Costa Junior, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 20 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 94,
DE 20 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título de Honorífico de Cidadania
Goianiense a Paulo César Rodrigues de Faria.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Paulo César Rodrigues de Faria.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 20 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 95,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título de Honorífico de Cidadania
Goianiense a Soraya de Almeida Franco.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Soraya de Almeida Franco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 96,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título de Honorífico de Cidadania
Goianiense a Maisa Diogo de Almeida.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Maisa Diogo de Almeida, pelos relevantes serviços prestados à comunidade desta Capital;

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 97,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título de Honorífico de Cidadania Goianiense a Emmanuel Mascena de Medeiros.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Emmanuel Mascena de Medeiros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 98,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania
Goianiense a Rudson Rosa Guerra.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Rudson Rosa Guerra, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 99,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Ana Cristina Ribeiro Peternella França.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Ana Cristina Ribeiro Peternella França, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 100,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania
Goianiense a Thiago Henrique Leles Linhares.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Thiago Henrique Leles Linhares, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 26 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 102,
DE 28 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Alexandre Valle Piovesan.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Alexandre Valle Piovesan, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 28 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 103,
DE 28 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título de Honorífico de Cidadania Goianiense a Erni Walter Seibert.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Erni Walter Seibert, pelos relevantes serviços prestados à comunidade desta Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 28 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 104,
DE 28 DE AGOSTO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Fernando Antônio Ribeiro Peternella.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Fernando Antônio Ribeiro Peternella, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 28 de agosto de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO AUTORIZATIVO

À vista do contido no Processo SEI nº 25.2.000000852-1, e com fundamento no art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, no art. 24 da Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992, e no art. 15 do Decreto nº 1.686, de 18 de fevereiro de 2013, resolvo:

1 Autorizar a viagem do servidor FÁBIO CHRISTINO, matrícula nº 2040857-01, CPF nº ***.464.261-**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Inovação e Transformação Digital, ao Município de São Paulo-SP, nos dias 23 e 25 de setembro de 2025, para participar do evento Connected Smart Cities 2025.

2 Encaminhem-se os autos, à Secretaria Municipal de Inovação e Transformação Digital, para ciência da autorização de viagem.

Goiânia, data da publicação.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7835509** e o código CRC **284BEE90**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 2º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.2.000000852-1

SEI Nº 7835509v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal da Fazenda
Gerência de Cobrança Administrativa

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 17/2025 – GERCOA


Na forma do disposto no artigo 13, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 288 de 27/1/2016, ficam as pessoas abaixo relacionadas, **intimadas e notificadas** a juntar a documentação requerida ou recolher aos Cofres da Fazenda Pública Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de publicação deste Edital, os débitos acrescidos das cominações legais, constantes nos procedimentos administrativos para acertos de contas de folha de pagamento ou procedimento administrativo de irregularidade ou auto de infração, ou apresentar alegações de defesa, em idêntico prazo, nos termos do artigo 14, da LC nº 288/2016. Findo o prazo, serão os débitos discriminados, inscritos em Dívida Ativa Municipal.

ASSUNTO				
PROCESSO ADM/SEI		DATA	ISS CONSTRUCAO CIVIL APURACAO	INSC./CNPJ/CPF
25270000048747	92387188	07/07/2025	ADRIANO BORGES ASSIS	10606301090009
25270000016683	92337615	19/02/2025	ANTONIO CESAR DE LIMA	21607003800000
25270000024074	92349530	17/03/2025	ANGELA MARIA INACIA MEIRA	24703300540009
25270000024520	92350644	19/03/2025	APARECIDO ANTONIO PEREIRA	25270000024520
25270000030350	92341596	11/04/2025	BRUNO FURLANETTO MARTINS	23731602810000
25270000036110	92386781	09/05/2025	DIVINO STIVAL	24703100640009
25270000045713	92390349	26/03/2025	DANIEL CARMO DIAS	24702702340000
25270000030520	92341786	11/04/2025	DMI PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA	23203100810005
25270000044245	92387158	12/06/2025	EDUARDO SANTANA ALARCON	43004004560000
25270000046159	92391291	25/06/2025	ELIAS MARCOS RODRIGUES	37306000750001
25270000055433	92405625	04/08/2025	JAIRO FERNANDES	33231603040004
25270000024880	92351459	21/03/2025	LEANDRO FRANCO DE BRITO FILHO	24704166660007
25270000042277	92383528	04/06/2025	MP3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	38205303730000
25270000055409	92405597	04/08/2025	NB URBANISMO LTDA	37105202670004
25270000039349	92378731	22/05/2025	POLLO MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI	40811103470006
25270000043362	92385279	09/06/2025	SILVIO ANTONIO TEIXEIRA JUNIOR	38309400580000
25270000041785	92383173	03/06/2025	TSM TRANSPORTES E LOC DE VEICULOS EIRELI	24703502420005
LANCAMENTO DE DEBITOS - RESSARCIMENTO FUNCIONAL				
24240000125817	92399303	26/03/2024	GREICE RODRIGUES DE PAIVA	1124350179
25240000021693	92365640	23/01/2025	GLAUCE CRISTINA DE OLIVEIRA	71392920191
25240000152950	92405332	09/05/2025	LUDYELLE ETERNA SANTOS DA PAZ	705510791-18
23240000065800	92398714	28/02/2023	MARIA DIENI PEREIRA DE OLIVEIRA	1662737165
2550000064865	92382224	24/01/2025	PABLO TOSTA ALMEIDA DE BRITO	70384430112
25240000229243	92405709	02/07/2025	ROSANGELA SOUZA DA SILVA BARRETO	92169716149
25240000206723	92405653	13/06/2025	TAYNARA MARTINS DE SOUSA	70049558188
IPTU - ALTERACAO TERRITORIAL P/PREDIAL				
2450000197052	92190433	20/03/2024	CLOVIS FERNANDO BREGOLIN	43303605010004
2550000089779	92325639	31/01/2025	ESTEFANY FERREIRA BARRETO	38206201190000


2550000128545	92333152	13/02/2025	JOSIEL ROQUE DA SILVA	35113501950000
2450000375503	92229200	25/06/2024	JOAO DO CARMO DE MENDONCA	34100601470008
2550000148201	92337388	19/02/2025	ROGERIO HONORATO SILVA	37105004240002
2450000137572	92180131	27/02/2025	RUBENS DE SOUZA	43504004370000
2450000001735	92156313	02/01/2024	RAFAELLA PEDROSA BITENCOURT DA CUNHA	24702201650009
REVISAO DE ALIQUOTA				
2450000029931	92172998	16/01/2024	LUCAS RODRIGUES DOS SANTOS	10606403120000
2450000075135	92408719	01/02/2024	MAGDA SUELY MACHADO	41310400560000

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Goiânia, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Clodoaldo Farias Ribeiro, Gerente de Cobrança Administrativa**, em 01/09/2025, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7857628** e o código CRC **EC921C4D**.

Avenida do Cerrado, 999, APM09, Bloco E -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.27.000001137-1

SEI Nº 7857628v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal da Fazenda
Gerência de Cobrança Administrativa

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROTESTO 0037/2025

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROTESTO DOS TÍTULOS DE EXECUÇÃO FISCAL CDA - CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 322/2021 CTM, DA LEI FEDERAL Nº 6.830/1980 E LEI FEDERAL 9.492/1997.

Encontram-se no 2o. Tabelionato de Protestos de Goiânia para serem protestados títulos/documentos de dívida em desfavor de:

EDITAL DE INTIMAÇÃO			
DATA	PROTOCOLO	NOME	CPF/CNPJ
28/08/2025	7306485	AELVINA MARIA DE CARVALHO	435.593.871-91
28/08/2025	7304552	ALCENIO CANDIDO	085.943.761-20
28/08/2025	7306558	ALCIDENIR ANTONIO DE SOUZA	061.383.571-91
28/08/2025	7306559	ALCIDENIR ANTONIO DE SOUZA	061.383.571-91
28/08/2025	7306560	ALCIDENIR ANTONIO DE SOUZA	061.383.571-91
28/08/2025	7306539	ALDO PEREIRA DUTRA	288.863.801-00
28/08/2025	7306556	ALEXANDRE ROCHA MEDRADO	965.305.881-91
28/08/2025	7304553	ALICE DA SILVA LUIZ OLIVEIRA	309.387.831-49
28/08/2025	7306550	ANGELA MARIA DE MENDONCA	455.902.651-34
28/08/2025	7306568	ANTONIO CAMILIO DA SILVA	517.579.231-87
28/08/2025	7306015	ATHAYDES RORIZ DE SIQUEIRA E OUTROS	010.682.291-87
28/08/2025	7304661	BEATRIZ CARNEIRO CARVALHO SALLES	576.237.241-34
28/08/2025	7304652	BEATRIZ PROTAZIA ROSA FERREIRA	011.988.041-57
28/08/2025	7306050	BRAVA CONSTRUTORA INCORPORADORA	97.531.586/0001-52
28/08/2025	7298513	CARLOS ROBERTO DE JESUS	233.334.991-34
28/08/2025	7306058	CELIO DE APARECIDA COSTA	035.341.111-68
28/08/2025	7306533	COMERCIAL VIEIRA BRITO	01.477.934/0001-81
28/08/2025	7306544	COMERCIAL VIEIRA BRITO	01.477.934/0001-81
28/08/2025	7306504	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ANTARES LTDA	02.586.881/0001-08
28/08/2025	7306505	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ANTARES LTDA	02.586.881/0001-08
28/08/2025	7306506	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ANTARES LTDA	02.586.881/0001-08
28/08/2025	7304581	DANIELA SIMOES LEO	487.450.573-20
28/08/2025	7304554	DENISE DOS SANTOS PEREIRA	279.838.438-95
28/08/2025	7306567	DEUSELINA DE SOUZA RIO OLIVEIRA	426.250.841-20
28/08/2025	7307093	DIVANILTON ELIAS DA SILVA E OUTRO	531.104.041-68
28/08/2025	7306487	DIVINA SISTA DA CUNHA	049.948.681-15
28/08/2025	7306047	DIVINO SERGIO DA CUNHA	467.186.801-68
28/08/2025	7306032	EDEMILSON JOSE DA COSTA	472.403.181-68
28/08/2025	7304672	ELIEDSON SOUZA SEABRA	001.269.055-41
28/08/2025	7304549	ESMAR ANTONIO RIBEIRO	211.712.201-97
28/08/2025	7306551	ESPOLIO CELESTINA DA SILVA BRITO	152.060.331-20
28/08/2025	7304566	ESPOLIO DE ABEL ANTONIO DE SOUZA	107.080.656-00
28/08/2025	7306525	ESPOLIO DE AIRTON DOS SANTOS	209.143.186-91
28/08/2025	7306009	ESPOLIO DE ANADIR ANTONIA DA SILVA BABHON	211.510.671-72
28/08/2025	7306010	ESPOLIO DE ANADIR ANTONIA DA SILVA BABHON	211.510.671-72
28/08/2025	7306030	ESPOLIO DE ANADIR ANTONIA DA SILVA BABHON	211.510.671-72
28/08/2025	7306031	ESPOLIO DE ANADIR ANTONIA DA SILVA BABHON	211.510.671-72
28/08/2025	7307083	ESPOLIO DE CLAUDIA MATTOS DE MELLO	375.097.301-63
28/08/2025	7307084	ESPOLIO DE CLAUDIA MATTOS DE MELLO	375.097.301-63
28/08/2025	7307085	ESPOLIO DE CLAUDIA MATTOS DE MELLO	375.097.301-63
28/08/2025	7307086	ESPOLIO DE CLAUDIA MATTOS DE MELLO	375.097.301-63
28/08/2025	7304582	ESPOLIO DE DENIZA AVELINO DOS SANTOS	035.765.821-34
28/08/2025	7306478	ESPOLIO DE EDMAR SILVANO	300.967.741-34

28/08/2025	7306574	ESPOLIO DE JERONIMO ANTONIO LEMOS	231.546.081-68
28/08/2025	7306488	ESPOLIO DE JOEL SIMAO SILVA	158.023.021-00
28/08/2025	7304559	ESPOLIO DE JOSE LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA	067.039.091-72
28/08/2025	7306572	ESPOLIO DE MANOEL GEREMIAS PEREIRA	165.873.751-20
28/08/2025	7306545	ESPOLIO DE REGINA CELIA PALMA BORBA	309.341.681-72
28/08/2025	7306561	FRANCISCO ALBERCI S DA SILVA	193.936.951-72
28/08/2025	7306513	GARDENIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	08.528.467/0001-10
28/08/2025	7306514	GARDENIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	08.528.467/0001-10
28/08/2025	7306515	GARDENIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	08.528.467/0001-10
28/08/2025	7304577	GERALDO ALVES DE CASTRO JUNIOR	137.120.041-68
28/08/2025	7306538	GLAUCIA ELIANE CANDIDA TEIXEIRA BARROS E ESPO	623.222.491-49
28/08/2025	7304556	GLAUCIANE EUGENIO FERREIRA MOURA	008.798.231-51
28/08/2025	7306497	GOIANIA GYN 101 SPE LTDA	12.794.754/0001-40
28/08/2025	7306498	GOIANIA GYN 101 SPE LTDA	12.794.754/0001-40
28/08/2025	7306565	GREGORY PEREIRA DA VITORIA	023.404.091-28
28/08/2025	7306042	HELIO ALVES MACHADO E OUTROS	190.411.011-87
28/08/2025	7306475	IRAM TEOFILLO DA SILVA CAMPOS	584.839.006-10
28/08/2025	7306496	IVALDETE SOUZA SILVA	370.865.961-91
28/08/2025	7298490	IVONE ESCHER E OUTROS	233.166.751-91
28/08/2025	7298491	IVONE ESCHER E OUTROS	233.166.751-91
28/08/2025	7298492	IVONE ESCHER E OUTROS	233.166.751-91
28/08/2025	7304651	JACILEIDE RODRIGUES DA SILVA	014.839.141-94
28/08/2025	7306547	JARDINS DO CERRADO EMP. IMOB. LTDA.	22.548.963/0001-67
28/08/2025	7307094	JARDINS DO CERRADO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO	22.548.963/0001-67
28/08/2025	7304550	JOAO FRANCO DE SOUZA	030.316.591-04
28/08/2025	7306529	JOAO FURTADO DE MENDONCA NETO	292.108.101-63
28/08/2025	7304679	JOAO RICARDO DUTRA LEAO E ESPOSA	802.591.201-97
28/08/2025	7306476	JOAQUIM VALENTINO DE SOUZA E OUTRA	031.993.471-34
28/08/2025	7306045	JOCELINO ANTONIO LARANJEIRAS NETO	021.547.011-75
28/08/2025	7306052	JOSE AUGUSTO LOZADA DE SOUZA	022.626.601-07
28/08/2025	7304657	JOSE CANDIDO DAS NEVES	437.994.261-91
28/08/2025	7306540	JOSE EDUARDO MARGARIDO BRAGA E OUTRA	887.306.547-34
28/08/2025	7306587	JOSE FRANCISCO MARQUES	124.017.221-49
28/08/2025	7304675	JOSE GOMES DOS SANTOS	347.860.901-15
28/08/2025	7304656	JOSE JOAO HENRIQUE DE VASCONCELOS	130.260.971-87
28/08/2025	7306063	JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	311.018.101-06
28/08/2025	7304580	JOSIMAR AMERICO DE SOUSA	532.309.731-00
28/08/2025	7307080	JUCELIA BENEDITA PEDROSO AMORIM	765.947.006-00
28/08/2025	7307081	JUCELIA BENEDITA PEDROSO AMORIM	765.947.006-00
28/08/2025	7307082	JUCELIA BENEDITA PEDROSO AMORIM	765.947.006-00
28/08/2025	7306541	JUSSARA COSTA AZEVEDO	027.037.706-93
28/08/2025	7304567	KAMILA BUENO BARROSO E OUTROS	952.392.351-04
28/08/2025	7306557	LETICIA GARCIA DE MELO E OUTRAS	041.689.191-88
28/08/2025	7306517	LORENA MILHOMEN DA SILVA SOUSA	711.075.331-04
28/08/2025	7304585	LUCIANA TEIXEIRA GARROTE VASCONCELOS	548.269.421-68
28/08/2025	7306026	LUZDALMA DIVINA ROQUE	299.308.042-34
28/08/2025	7307079	MARCIA REGINA TEIXEIRA LINS DOS SANTOS	851.141.971-34
28/08/2025	7304673	MARCO ANTONIO CARVALHO DE OLIVEIRASUELY NEIVA	125.427.411-15
28/08/2025	7304678	MARCOS ROSA DUARTE	218.153.481-00
28/08/2025	7306528	MARIA APARECIDA GOMES	305.006.991-00
28/08/2025	7306019	MARIA DO ROSARIO FERNANDES E OUTROS	053.125.661-87
28/08/2025	7306020	MARIA DO ROSARIO FERNANDES E OUTROS	053.125.661-87
28/08/2025	7306021	MARIA DO ROSARIO FERNANDES E OUTROS	053.125.661-87
28/08/2025	7306022	MARIA DO ROSARIO FERNANDES E OUTROS	053.125.661-87
28/08/2025	7306023	MARIA DO ROSARIO FERNANDES E OUTROS	053.125.661-87
28/08/2025	7298510	MISAEAL CESAR E SILVA	518.085.521-72
28/08/2025	7306055	NOVA GOIANIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTD	14.533.190/0001-17
28/08/2025	7306491	OLIMPIO PEIXOTO DE CARVALHO JUNIOR	022.793.501-22
28/08/2025	7306518	PAULO FERNANDO MARTINS SARAIVA	693.232.401-68
28/08/2025	7306564	PAULO MODESTO COELHO JUNIOR	722.275.671-04
28/08/2025	7306536	RENATO BATISTA PIRES	011.128.641-72
28/08/2025	7304667	RICARDO DO NASCIMENTO PINTO	361.263.811-49
28/08/2025	7304668	RICARDO DO NASCIMENTO PINTO	361.263.811-49

28/08/2025	7306500	RILTON ANDRADE ARANTES	868.549.091-04
28/08/2025	7306501	RILTON ANDRADE ARANTES	868.549.091-04
28/08/2025	7306502	RILTON ANDRADE ARANTES	868.549.091-04
28/08/2025	7306503	RILTON ANDRADE ARANTES	868.549.091-04
28/08/2025	7306542	ROBERTO VILELA FRANCA	894.095.231-68
28/08/2025	7307088	ROMINA CARVALHO BORGES SANTOS	311.171.471-34
28/08/2025	7307089	ROMINA CARVALHO BORGES SANTOS	311.171.471-34
28/08/2025	7306483	SAN MARINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE L	10.321.541/0001-75
28/08/2025	7306573	SELMA CRISTINA LOPES DA SILVA	355.493.271-04
28/08/2025	7306526	SIDINEI PAULO VALGINSKI	744.163.839-91
28/08/2025	7304541	SILVANEIDE ALVES DE OLIVEIRA	592.196.881-15
28/08/2025	7304684	SILVERIO JOSE DE OLIVEIRA	090.846.571-87
28/08/2025	7304685	SILVERIO JOSE DE OLIVEIRA	090.846.571-87
28/08/2025	7304686	SILVERIO JOSE DE OLIVEIRA	090.846.571-87
28/08/2025	7304687	SILVERIO JOSE DE OLIVEIRA	090.846.571-87
28/08/2025	7304688	SILVERIO JOSE DE OLIVEIRA	090.846.571-87
28/08/2025	7306008	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306037	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306038	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306039	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306044	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306059	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7306484	SPE RESIDENCIAL TUZIMOTO LTDA	17.212.608/0001-82
28/08/2025	7298526	SUELENE MARIA TELES	005.284.141-35
28/08/2025	7306548	SUELY JOSE DE OLIVEIRA	810.798.001-82
28/08/2025	7306492	TATIANE MOTA DE SOUZA E ESPOSO	693.478.081-72
28/08/2025	7306537	TELCIO CARVALHO MACIELIVANEUSA GOMES DE AVILA	336.732.501-59
28/08/2025	7302460	TENILE CRISTINA VIEIRA UTIM	036.421.811-80
28/08/2025	7306027	THAYNA CHRISTINA CRUZ	756.307.021-49
28/08/2025	7306507	TRAVESSIA INVESTIMENTOS LTDA	48.247.643/0001-60
28/08/2025	7306508	TRAVESSIA INVESTIMENTOS LTDA	48.247.643/0001-60
28/08/2025	7306509	TRAVESSIA INVESTIMENTOS LTDA	48.247.643/0001-60
28/08/2025	7306510	TRAVESSIA INVESTIMENTOS LTDA	48.247.643/0001-60
28/08/2025	7306511	TRAVESSIA INVESTIMENTOS LTDA	48.247.643/0001-60
28/08/2025	7306549	VANESSA DA SILVA SANTOS	938.847.882-72
28/08/2025	7304664	WANDERSON ALVES DA SILVA	907.281.731-15
28/08/2025	7306563	WERIQUES DENIS RAMOS PASSOS	700.440.121-95
28/08/2025	7304670	WESLEY CAMPOS DE MORAIS	844.534.781-00

Certifico, que não tendo sido possível intimar os devedores no endereço indicado pelo apresentante, intimo-os, na forma do art. 15 da lei 9.492/97, através do presente edital publicado no jornal DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO e afixado neste Tabelionato, para virem pagar os títulos dentro de 03 (três) dias úteis, contados desta publicação, ficando desde já intimados dos respectivos protestos. Goiânia, 28 de agosto de 2025. MARCONI DE FARIA CASTRO Tabelião do 2º Tabelionato de Protestos de Goiânia, sito a Rua 06, 225 1o. Andar Centro. Fone (62) 3212-1500***** www.2prtd.com.br

**MARCONI DE FARIA CASTRO
TABELIÃO**

Goiânia, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Clodoaldo Farias Ribeiro, Gerente de Cobrança Administrativa**, em 01/09/2025, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7856419** e o código CRC **3ADA7695**.

Avenida do Cerrado, 999, APM09, Bloco E -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 4553/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, com fulcro no art. 52 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1.992, e considerando o Parecer de Movimentação nº 2724/2025, da Superintendência de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento desta Pasta, conforme o contido no Processo SEI nº 25.5.000050020-7.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir a servidora **DERLANE DO CARMO BARBOZA LIMA**, matrícula nº 654736-03, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração - SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Paranhos Baleeiro**, Superintendente de Gestão de Pessoas, em 28/08/2025, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera**, Secretário Municipal de Administração, em 29/08/2025, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7803118** e o código CRC **94BD4F35**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 4554/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, com fulcro no art. 52 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1.992, e considerando o Parecer de Movimentação nº 2665/2025, da Superintendência de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento desta Pasta, conforme o contido no Processo SEI nº 25.5.000054387-9.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o servidor **VALQUES SOUSA NOGUEIRA**, matrícula nº 865206-01, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração - SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Paranhos Baleeiro**, **Superintendente de Gestão de Pessoas**, em 28/08/2025, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera**, **Secretário Municipal de Administração**, em 29/08/2025, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7807717** e o código CRC **3D5BEEAF**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 4625, 02 DE SETEMBRO DE 2025

Revoga a Portaria n.º 1078/2017 e dispõe sobre a implantação e regulamentação do Programa de Reabilitação Profissional da Prefeitura Municipal de Goiânia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos termos do art. 40, da Lei Complementar nº 335/2021.

CONSIDERANDO as fases da Reabilitação Profissional preconizadas pelo art. 242 §2º da Lei Complementar 011/ 1992 que estabelece as seguintes etapas: I - avaliação fisiológica, psicológica, social e profissional; II - tratamento médico, psicológico e social; III - treinamento e formação profissional; IV - lotação; V - seguimento.

CONSIDERANDO, ainda, que o art. 242 §2º da Lei Complementar 011/ 1992 preconiza que a Reabilitação Profissional seja destinada: I – ao servidor com incapacidade, decorrente de doença ou acidente de trabalho; II – aos servidores em licença para tratamento de saúde.

CONSIDERANDO a Lei nº 9.159, de 23 de julho de 2012, que dispõe sobre a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos da Administração Direta e Autárquica do Município de Goiânia e dá outras providências;

CONSIDERANDO o CAPÍTULO V da Lei 9.159/2012 que, trata da Reabilitação Profissional e Readaptação de Cargo ou Função do Servidor Público, aborda as formas de reinserção do servidor reabilitando/readaptando, prioritariamente no mesmo cargo, conforme suas condições de saúde física e mental, podendo a equipe multiprofissional recomendar a readaptação em outro cargo;

CONSIDERANDO o advento da Emenda Constitucional n.º 103/2019, que inclui no §13 ao art. 37 da Constituição Federal, o instituto da readaptação funcional;

CONSIDERANDO também o PARECER JURÍDICO Nº 92/2023-PGM/PEAA: Consulta da DIRSAU da SEMAD. Readaptação. Constitucionalização do instituto. Necessidade de readequação da legislação municipal. Vacância do cargo público. Diversos aspectos gerais.

RESOLVE:

Instituir a presente Portaria que tem como escopo regulamentar os procedimentos e instrumentos do Programa de Reabilitação Profissional da Prefeitura Municipal de Goiânia com intuito de acompanhar o processo de adoecimento do Servidor Público Municipal e reinseri-lo em ambiente de trabalho compatível com as suas limitações de saúde.

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 1º Com intuito de melhor reinserir os servidor em local de trabalho compatível com suas limitações de saúde, a Reabilitação Profissional deverá abranger os seguintes procedimentos, que para efeitos desta portaria considera-se:

I - Remanejamento/ Remoção;

II - Readaptação.

I – DO REMANEJAMENTO/ REMOÇÃO

Art. 2º Para os efeitos desta portaria, Remoção/ Remanejamento conforme, preconiza art. 30. §1º, Lei 9.159/2012, consiste na reinserção do servidor adoecido preferencialmente no mesmo órgão em que estava lotado, em não sendo viável, esta poderá efetivar-se em outro órgão/entidade.

§ 1º A reinserção do servidor adoecido poderá se dar tanto dentro da mesma Secretaria (remanejamento) quanto em Secretaria distinta (remoção), a depender do que for mais favorável para a condição de saúde do servidor em processo de Reabilitação, a ser avaliado pelas Gerência da Junta Médica Municipal (GERMED) e Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GERSAU).

§ 2º A Remoção/ Remanejamento para outro local de trabalho poderá ser em caráter temporário ou definitivo, objetivando minimizar a repercussão das condições ambientais desfavoráveis à saúde do servidor adoecido no exercício do cargo, a serem certificadas pela equipe Multiprofissional da GERSAU.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Administração e aos respectivos setores de Recursos Humanos das Secretarias da estrutura organizacional do Município, proceder à mudança de local de trabalho do servidor, quando indicado pela equipe multiprofissional da GERSAU.

Art. 4º O procedimento de Remanejamento/Remoção não determina alteração definitiva de área de atuação e/ou área de atividade, nem a mudança do cargo efetivo do servidor.

Art. 5º Em hipótese alguma a Remoção/ Remanejamento poderão ser utilizadas como instrumentos para resolução de conflitos na instituição ou por não identificação do servidor com o serviço realizado no local, salvo se houver um consenso entre equipe multiprofissional, recursos humanos de lotação e gestor da instituição da qual o servidor encontra-se lotado que a Remoção/Remanejamento é o procedimento mais adequado para melhora do quadro de saúde do servidor.

Art. 6º O servidor Removido/Remanejado deverá ser devidamente acompanhado e apresentado ao seu novo local de trabalho pela equipe multiprofissional da GERSAU, ou do órgão a que pertence.

II-DA READAPTAÇÃO

Art. 7º Para os efeitos desta portaria, Readaptação consiste na mudança de função ou cargo decorrente da inaptidão definitiva do servidor, visando o aproveitamento de sua capacidade laborativa residual.

Art. 8º A Readaptação de função trata-se da permanência do servidor no cargo de origem, desde que as atribuições sejam compatíveis com a nova condição física ou mental do servidor, vedada a execução de atribuições incompatíveis com suas condições de saúde, devendo ser adotadas medidas de redução dos fatores de adoecimento, conforme avaliação da condição clínica do servidor.

§1º A configuração da readaptação de função observará, como parâmetro técnico, a capacidade do servidor de desempenhar, no mínimo, 70% (setenta por cento) das atribuições do cargo efetivo, incluídas as atividades essenciais vinculadas ao cargo para o qual foi aprovado em concurso público, conforme metodologia prevista no Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, aplicável por analogia no âmbito municipal.

§2º Caberá à Junta Médica Oficial e à equipe multiprofissional de saúde da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho da Secretaria Municipal de Administração indicar, em laudo fundamentado, as atividades compatíveis com a condição de saúde do servidor, bem como orientar a chefia imediata quanto às adequações necessárias no ambiente e nas rotinas de trabalho.

Art. 9º A Readaptação de cargo ocorre com a designação do servidor, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, para outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com suas limitações permanentes, observados os requisitos legais de habilitação, nível de escolaridade e vencimento.

Parágrafo único. Será readaptado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por exame médico pericial, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo original.

Art. 10. O procedimento de readaptação será iniciado mediante emissão do Laudo Médico Pericial da Gerência da Junta Médica e Saúde do Servidor - GERMED, no qual será atestada a inaptidão definitiva para o exercício das atividades consideradas essenciais ao cargo de origem.

Art. 11. A conclusão do procedimento de readaptação deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de emissão do Laudo Médico Pericial, com indicação da inaptidão definitiva.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 1 (um) ano, uma única vez, mediante emissão de novo Laudo Médico Pericial pela Gerência da Junta Médica Municipal.

§2º Após concluído o prazo total de readaptação preconizado no caput e § 1º do presente artigo, caso o servidor não obtenha melhora no seu quadro de saúde, atestado pela GERMED e GERSAU, afim de retornar para o seu cargo de origem, será readaptado definitivamente.

§3º A Readaptação definitiva deverá ser reavaliada há cada 5 (cinco) anos para verificar se houve melhora no quadro de saúde do servidor adoecido, hipótese em que a equipe multiprofissional verificará a possibilidade de reversão da readaptação; ou, no caso de piora do quadro de saúde do servidor ajustará as atribuições do cargo que sejam mais compatíveis com o quadro de saúde atual do servidor adoecido.

§4º Sempre que a equipe multiprofissional julgar necessário poderá reavaliar o procedimento da Readaptação antes dos 5 (cinco) anos preconizados no parágrafo anterior, para atualizar as condições de saúde do servidor readaptado com as atividades executadas, podendo aplicar todas as etapas e instrumentos cabíveis do Programa de Reabilitação Profissional.

§5º Se o servidor mesmo readaptado definitivo, não tiver melhora do seu quadro de saúde e apresentar limitações que o incapacitem definitivamente para o trabalho, a ser avaliado pela equipe multiprofissional, este será encaminhado à GERMED e recomendado que se deflagre o processo de aposentadoria por invalidez.

§ 6º A Readaptação definitiva de cargo será efetivada por meio de decreto do chefe do Poder Executivo, gerando vacância no cargo anteriormente ocupado.

Art. 12. A readaptação de cargo será efetivada conforme preconiza o art. 39 § 2º, do Estatuto do Servidor Público Municipal, em novo cargo de carreira de atribuições afins, observada a habilitação exigida, o grau de escolaridade e a equivalência de vencimentos com o cargo de origem para o qual o servidor prestou Concurso Público.

Art. 13. Para a realização do pareamento dos cargos compatíveis quanto às atribuições afins e a habilitação exigida, bem como com o vencimento mais aproximado, entre o cargo de origem do servidor readaptando e o cargo para o qual será readaptado, o setor de Recursos Humanos da Secretaria de Lotação do servidor deverá fornecer à equipe multiprofissional da GERSAU a relação dos cargos que se compatibilizam dentro da Administração Pública.

Art. 14. O servidor readaptado será enquadrado no novo cargo, no padrão de referência de valor equivalente ou imediatamente superior ao percebido no cargo de origem, utilizando-se como critério a compatibilidade de tabelas salariais, observando o princípio da irredutibilidade de vencimento.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 15. Com intuito de melhor reinserir o servidor em local de trabalho compatível com suas limitações de saúde, a Reabilitação Profissional deverá abranger os seguintes instrumentos:

- I - ANEXO I - Plano de Trabalho (art. 30, Lei 9.159/2012);
- II - ANEXO II - Termo de adesão ao Programa de Reabilitação Profissional;
- III - ANEXO III - Termo de Recusa ao Programa de Reabilitação;
- IV - ANEXO IV - Guia de Exame Médico para Redefinição de Atividades.

CAPÍTULO III

DAS ETAPAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 16. Após instauração do Processo de Reabilitação Profissional o servidor será submetido à Perícia Médica na Gerência da Junta Médica Municipal (GERMED) que emitirá o Laudo Médico Pericial, indicando as restrições conforme a(s) patologias (as) apresentadas pelo servidor reabilitando.

Art. 17. O supramencionado Laudo Médico Pericial, será encaminhado à Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GERSAU) e à equipe multiprofissional, que tomará conhecimento sobre a realidade do servidor e recomendará à GERMED o procedimento a ser adotado na Reabilitação Profissional: Remanejamento/Remoção ou Readaptação.

Art. 18. A GERMED retificará ou ratificará a recomendação advinda da GERSAU e emitirá o laudo conforme avaliar mais adequado para condição de saúde do servidor que pode ser um Laudo de Readaptação de Função ou Cargo; ou de Remanejamento/Remoção.

Art. 19. O laudo com o procedimento será encaminhado à GERSAU e posteriormente, será firmado o Termo de Adesão ao Programa de Reabilitação Profissional com o servidor, que deverá abranger as seguintes cláusulas, cientificando o reabilitando de que:

I - o Processo de Reabilitação Profissional ocorrerá dentro do prazo de 1 (um) ano, prorrogável uma única vez por igual período;

II - durante este período o servidor deverá entregar periodicamente, conforme prazo a ser estipulado pela GERSAU, os relatórios do tratamento que está realizando, visando comprovar a evolução da melhora do seu quadro de saúde ou se não está tendo os resultados almejados com o tratamento;

III - ao final de 02 (dois) anos a GERMED procederá à perícia para avaliação da capacidade de trabalho residual do servidor, levando em considerações relatórios emitidos pela equipe multiprofissional, podendo concluir que:

a) o servidor não teve melhora no seu quadro de saúde e não tem possibilidade de retorno às atividades de origem por não ter aderido adequadamente ao tratamento e/ou cumprido o Termo de Adesão ao PRP, permanecendo definitivamente readaptado de acordo com o atual estado de capacidade para o trabalho. Porém, cópia do laudo conclusivo, com o registro de que a não reabilitação foi decorrente da falta de colaboração do servidor, será enviada ao órgão correicional e à Procuradoria do Município, para análise e providências cabíveis quanto aos aspectos disciplinares e funcionais;

b) o servidor, que não obteve melhora no seu quadro de saúde que o habilitasse a retornar às suas funções de origem, permanecerá readaptado definitivamente, conforme laudo pericial, que levará em consideração a avaliação da equipe multiprofissional sobre as atividades que poderão ser desenvolvidas pelo servidor.

Art. 20. Após as partes estarem de acordo e assinarem o contrato da Reabilitação Profissional será feita a entrega do laudo com o procedimento (Readaptação ou Remanejamento/Remoção) definido, contendo os termos técnicos das restrições e orientando a construção do Plano de Trabalho.

Art. 21. As novas atribuições do servidor reabilitando que constarão no Plano de Trabalho deverão estar compatíveis com:

I- as restrições de saúde constantes no laudo com o procedimento (Readaptação ou Remanejamento/Remoção) recomendado pela GERSAU e definido pela GERMED;

II- as condições pessoais, potenciais ou vocações do servidor reabilitando;

III- as demandas de trabalho na instituição ao qual o servidor reabilitando será lotado;

IV- o Plano de Cargo e Vencimento, impedindo-se, desta forma, qualquer possibilidade de desvio de função.

Parágrafo único. O intuito da delimitação das atribuições conforme todos os requisitos supramencionados é aproveitar ao máximo o potencial laborativo residual do servidor adoecido.

Art. 22. A construção do Plano de Trabalho conterá as seguintes etapas:

I- o servidor, ao buscar o Laudo de Reabilitação na GERSAU, será norteado quanto às atribuições passíveis de serem executadas de seu cargo constante no Plano de Cargos e Vencimentos, considerando-se as restrições elencadas no referido laudo emitido pela Gerência da Junta Médica Municipal (GERMED);

II- devidamente orientado, o servidor e o gestor da instituição de lotação, construirão em conjunto, o Plano de Trabalho conforme as restrições de saúde e a demanda de serviço da instituição; sendo que, em eventuais atribuições genéricas do Plano de Cargo e Vencimento do servidor, o gestor deverá especificar entre parêntese quais atividades serão executadas;

III- se possível, o Plano de Trabalho deverá ser estruturado na forma de rotina, estabelecendo os horários em que cada atividade do cargo do servidor será executada, evitando-se dessa forma ociosidade ou sobrecarga de atividades;

IV- o Plano de Trabalho deverá ser encaminhado à GERSAU, no prazo máximo de 15 dias, pessoalmente, para que o responsável pelo acompanhamento de sua construção faça a devida análise, verificando se está de acordo com as restrições de saúde do servidor e em conformidade com seu Plano de Cargo e Vencimento. Caso haja qualquer irregularidade será solicitado as adequações pertinentes.

§ 1º O Plano de Trabalho baseia-se em um acordo entre servidor, gestor, membro da equipe multiprofissional e Gerente da GERSAU, devendo conter todas as assinaturas e respectivos carimbos e, deverá ser reproduzido em quatro vias em que: a primeira via ficará no prontuário de acompanhamento do servidor na GERSAU; a segunda, com o gestor arquivado no dossiê do servidor; a terceira, deverá ser apensada ao Processo de Reabilitação e, por fim, a quarta via ficará com o servidor.

§ 2º Caso haja dificuldades ou dúvidas quanto à construção do Plano de Trabalho, o gestor ou servidor, poderá entrar em contato com a GERSAU para maiores esclarecimentos, inclusive, solicitar visita do profissional que tenha conhecimento técnico da patologia para melhor adequação das atribuições do cargo com as restrições de saúde do servidor.

§ 3º As atribuições do Plano de Trabalho poderão sofrer modificações ao longo do acompanhamento do servidor reabilitando conforme este melhore ou piore suas condições de saúde ou se não houver a devida adaptação às atribuições a ser avaliado pela equipe multiprofissional da GERSAU.

§ 4º Deverá ser mantido diálogo constante entre equipe multiprofissional da GERSAU e Recursos Humanos de lotação do servidor reabilitando para maiores esclarecimentos quanto às restrições de saúde do servidor e quanto ao conteúdo do Plano de Trabalho, com intuito, de viabilizar local de trabalho mais favorável às condições de saúde do servidor, conhecimento e experiência profissional bem com as necessidades institucionais da Secretaria de origem ao qual o servidor está lotado.

§5º A proposta de desenvolvimento e implantação do Programa de Reabilitação Profissional será apresentada para os gestores das Secretarias integrantes da Administração Pública Municipal, com prioridade na agenda naquelas Secretarias com maior número de servidores em processo de adoecimento, devendo a mencionada apresentação conter, no mínimo:

I – descrição resumida do objeto e escopo do referido Programa;

II- apresentação dos procedimentos e instrumentos utilizados no Programa;

III- justificativa técnica e demonstração da relevância da se preencher o Plano de Trabalho;

IV- como será o procedimento de preenchimento e as etapas de construção do Plano de Trabalho, entre outros assuntos pertinentes.

CAPÍTULO IV

DOS PARCEIROS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 23. O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) é um importante parceiro na definição do nexo causal e/ou tratamento da patologia como preconizado na Seção IV, art. 12, §2º da Lei 9159/2012 que dispõe sobre a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos Municipais no que se refere ao responsável pela Assistência à Saúde do Servidor adoecido.

§1º O encaminhamento para o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), conforme legislação supramencionada será realizada a partir de um protocolo de encaminhamento a ser estabelecido entre a GERSAU e o CEREST.

§2º A Equipe Multiprofissional realizará a coleta de fatores de riscos ocupacionais referente à patologia apresentada pelo servidor, e caso haja suspeita fundamentada de nexos causal entre a patologia e o trabalho executado por referido servidor, este, será encaminhado para o CEREST para o fechamento ou não do mencionado nexo.

Art. 24. Além dos encaminhamentos para o SUS e IMAS para reabilitação psicofísica do servidor adoecido, serão firmadas parcerias com Clínicas Escolas para que o servidor tenha um rol de possibilidades para tratamento da enfermidade.

Art. 25. A Recapacitação do servidor reabilitando que consiste em promover o aprimoramento e/ou a aquisição de conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento da nova atividade ocupacional, por meio de treinamento e/ou capacitação, conforme indicação da equipe multiprofissional será realizada em ação conjunta e solidária dos gestores da instituição de lotação do servidor, dos colegas de trabalho, da Equipe Multiprofissional da GERSAU e dos Recursos Humanos da Secretaria de lotação do servidor, para que todos sejam corresponsáveis no processo de reinserção do servidor adoecido.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Visando ter a máxima inclusão do servidor reabilitando em posto de trabalho compatível com a suas limitações cada Secretaria deverá estabelecer cotas de acessibilidade para aquelas funções/atribuições do cargo que seriam mais indicadas para um pretenso adoecido para que este tenha a sua identidade profissional preservada após adoecimento.

§1º Por se tratar de cotas de acessibilidade para um pretenso adoecido, as vagas não poderão ficar ociosas, podendo ser ocupadas por servidores não adoecidos, contudo com ciência de que estão ocupando uma vaga de um pretenso adoecido e que se este vir a precisar desta, deverá desocupá-la.

§2º Recomenda-se que as funções/atribuições dos cargos e o quantitativo que serão destinados às cotas de acessibilidade sejam delimitados em diretriz específica de cada Secretaria.

Art. 27. O servidor que estiver em processo de Reabilitação Profissional poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação da equipe multiprofissional da GERSAU e para recapacitação.

Parágrafo único. A convocação prevista no caput deste artigo poderá ocorrer ainda que o servidor esteja em Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 28. A administração, por meio dos Recursos Humanos de cada Secretaria, garantirá dotação orçamentária específica para promoção das ações de Recapacitação do reabilitando preconizado no art. 25 da presente Portaria, bem como para realizar as adequações ergonômicas dos postos de trabalho, para que fiquem mais condizentes com as limitações de saúde do servidor inserido no Programa de Reabilitação Profissional.

Art. 29. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria n.º 1078/2017 da Secretaria Municipal de Administração.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

CELSON DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração - SEMAD

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

Conforme Decreto Nº _____ e/ou Lei Nº _____ e/ou Diretriz Nº _____ do Órgão/ Secretaria _____ referentes ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Servidor Público Municipal, o servidor (a): _____ continuará a exercer suas atribuições do cargo para o qual foi concursado, de: _____ porém com limitações em algumas atribuições do cargo devido às seguintes restrições elencadas pela Gerência da Junta Médica constantes no Laudo Médico:

O servidor inserido no programa de reabilitação profissional, recebeu as devidas orientações quanto às atribuições passíveis de serem executadas sem contrariar as restrições contidas no Laudo Nº _____ emitido pela Gerência da Junta Médica.

Com o respectivo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, em anexo, já devidamente orientado, o servidor, juntamente com chefia imediata e recursos humanos de lotação, deverão elaborar o Plano de Trabalho.

As atribuições descritas deverão ser suficientes para preencher a carga horária de trabalho do servidor readaptado, evitando-se a ociosidade ou a sobrecarga de atribuições.

Este documento visa resguardar os direitos e deveres do servidor, devendo ser tratado com seriedade, pois, é a partir dele, que a equipe Multiprofissional da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GERSAU) respaldará o acompanhamento periódico do servidor em processo de reabilitação profissional.

A qualquer instante, poderá ser realizada visita ao local de trabalho do servidor (a), visando verificar se este Plano de Trabalho foi devidamente construído, e se as atribuições acima elencadas estão condizentes com as restrições indicadas pela Gerência da Junta Médica.

1- Atribuições a serem executadas conforme: Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, restrições acima elencadas e demanda de serviço da instituição:

2- Observações da avaliação em consultório da Equipe Multiprofissional para nortear a lotação:

3- Análise do Plano de Trabalho após seu retorno, visando conferir feedback ao gestor sobre as atribuições elencadas:

Em caso de exacerbação dos sintomas o servidor deverá, imediatamente, agendar um horário para atendimento nesta gerência para nova análise e possível reestruturação do plano de trabalho.

Data: ____/____/____.

Equipe Multiprofissional Servidor (a)
(Primeira Orientação)

Equipe Multiprofissional Gestor da Instituição
(Profissional que Analisa o Plano de Trabalho)

Gerente de Saúde e Segurança do Trabalho
SEMAD

ANEXO II - TERMO DE ADESAO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO

O presente termo tem o objetivo de garantir o acompanhamento ao servidor no programa de reabilitação profissional. Durante o período de ingresso e acompanhamento o servidor deverá seguir e cumprir os itens conforme descrito abaixo:

Cabe ao servidor cumprir o art.º. 141, inciso III, da Lei Complementar nº. 011 de 11 de maio de 1992 - estatuto do servidor, observar as normas locais e regulamentares, e o presente termo de adesão, sob pena de responsabilidades.

O período de reabilitação atenderá os dispositivos do art. 29 da Lei 9.159/2012, para sua definição funcional.

A cada 03 (meses) ou outro prazo estipulado pelo profissional que acompanha o servidor, este deverá encaminhar a equipe multiprofissional o relatório do tratamento sugerido pelo seu médico assistente, uma vez que o servidor reabilitando deverá conferir uma contrapartida do seu esforço em se reabilitar.

Caso o servidor apresente dificuldades de realizar o tratamento indicado pelo seu médico assistente deverá apresentar a justificativa dos motivos pelos quais não conseguiu apresentar o relatório solicitado acima.

O servidor deverá construir o plano de trabalho com a chefia imediata após orientação da equipe multiprofissional, com intuito de direcionar suas atividades consoante as restrições de seu laudo médico, visando ao cumprimento destas.

O servidor será orientado através da equipe multiprofissional de suas responsabilidades referentes ao programa de reabilitação profissional.

A chefia imediata será orientada através da equipe multiprofissional sobre suas responsabilidades no programa de reabilitação profissional, e sobre os instrumentos de trabalho utilizado no acompanhamento do servidor.

O servidor se comprometerá a construir o plano de trabalho com sua chefia imediata, trazendo-o a Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho em 10 (dez) dias úteis, fazendo a entrega para a equipe multiprofissional.

O servidor está ciente que se não trouxer o Plano de Trabalho no prazo acima mencionado (10 dias úteis), terá mais uma oportunidade para trazê-lo e caso incorra em falta, sem justificativa, o processo de Reabilitação Profissional será encaminhado para sua secretaria de origem para fins de notificação do servidor (a) faltoso.

O servidor está ciente que seu processo, após todo o tramite legal será enviado a sua secretaria para arquivo, e que 30 (trinta) dias antes do vencimento de seu laudo médico, deverá ser solicitado o desarquivamento, incluir novos relatórios médicos, exames complementares se o caso requer, para nova avaliação da equipe multiprofissional e perícia médica.

Sempre que a equipe multiprofissional julgar necessário, poderá reavaliar os procedimentos da Reabilitação Profissional.

O servidor (a) que não obtiver melhora, por não ter cumprido as exigências previstas no termo de adesão, e ou qualquer documento emitido pela Junta Médica, por recusa voluntária terá seu processo encaminhado aos órgãos competentes para análise e providências cabíveis quanto aos aspectos disciplinares e funcionais.

O Programa de Reabilitação Profissional, está sendo indicado através do processo de nº _____. por:

- Recomendação de avaliação da capacidade laboral
- Solicitação do servidor para entrar no Programa de Reabilitação
- Solicitação feita por controle interno do órgão de lotação do servidor
- Solicitação de acompanhamento feito pela Corregedoria Geral do Município

Por estar de acordo, assino o presente

Servidor (a) Equipe Multiprofissional

Testemunha

Data da assinatura ____/____/____

ANEXO III - TERMO DE RECUSA AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO

O Servidor (a) _____ e/ou seu representante legal, abaixo assinado, vêm por meio do presente termo de recusa de inserção ao Programa de Reabilitação Profissional, para todos os fins de direito e sob as implicações da lei 9.159/2012, declararem o seguinte;

Estando o Servidor acima qualificado em processo de Reabilitação Profissional, o mesmo vem de livre e espontânea vontade e em pleno gozo de suas condições mentais, por si e/ou através de seu representante legal, recusar a inserção ao referido programa, externando sua vontade nos seguintes termos:

1. O Servidor declara ter recebido todas as informações, em linguagem clara e objetiva, relacionadas à importância da sua inserção ao Programa de Reabilitação Profissional com o intuito de melhor reinseri-lo em local de trabalho compatível com suas limitações de saúde.

2. O Servidor declara ter sido informado (a) e esclarecido (a) pela Equipe Multiprofissional da GERSAU acerca dos procedimentos, instrumentos e documentação necessários para a efetiva reinserção ao local de trabalho.

3. O Servidor declara ter sido informado (a) e esclarecido (a) pela Equipe Multiprofissional sobre as possíveis consequências da sua recusa em aderir ao Programa de Reabilitação Profissional.

4. O Servidor declara que de acordo com as informações que lhe foram prestadas, sem vício de vontade ou de consentimento, pretende recusar a inserção ao Programa de Reabilitação Profissional.

5. O Servidor declara que reconhece que lhe foi garantida sua liberdade de escolha de ser inserido (a) ou não, assumindo pessoal e individualmente todas as consequências e responsabilidades decorrentes da sua recusa.

6. O Servidor declara que reconhece que todas as suas dúvidas foram esclarecidas e que entende todas as implicações envolvidas, assim como, processo será encaminhado para os órgãos competentes para análise e providências cabíveis, quanto aos aspectos disciplinares e funcionais bem como, entendeu todas as explicações que lhe foram prestadas. Contudo optou por desistir do benefício da Reabilitação Profissional, descumprindo o art.141, III da Lei Complementar nº. 011/92 e Lei 9159/2012.

Goiânia, ____/____/____ Hora: ____:____

Servidor ou Representante Legal

Este espaço a seguir, deverá ser preenchido pela Equipe Multiprofissional da GERSAU.

Declaro para todos os fins e efeitos legais, com suporte e, fora explanado todos os procedimentos pertinentes ao programa de Reabilitação Profissional ao Servidor identificado neste e/ou a seu representante legal, sobre os benefícios da Reabilitação Profissional e sobre as implicações de sua recusa.

Equipe multiprofissional - GERSAU/SEMAD

ANEXO IV - GUIA DE EXAME MÉDICO PARA REDEFINIÇÃO DE ATIVIDADES (GEMRA)

I - IDENTIFICAÇÃO:

1. NOME: _____ SECRETARIA: _____

1.2 - DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ 1.3 - SEXO: _____ ESTADO CIVIL: _____

1.4 - FILIAÇÃO: _____

1.5 NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____

1.6 - DOC. IDENTIDADE Nº _____ DATA DE EXPEDIÇÃO: ____/____/____ ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

1.7- ENDEREÇO: _____

1.8 - CIDADE: _____ ESTADO _____

1.9 - CARGO/FUNÇÃO: _____

OBS: _____

A PARTIR DESTES CAMPOS, PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO E EXCLUSIVO DOS MÉDICOS ESPECIALISTAS. É obrigatório constar nos carimbos dos médicos a especialidade dos profissionais – não será aceito sem a especialidade

Relatório detalhado das doenças (sinais e sintomas) apresentadas pelo paciente em acompanhamento: _____

Qual a medicação prescrita para os acometimentos apresentados?

PARECER DA ESPECIALIDADE MÉDICA QUE ACOMPANHA O PACIENTE

Diante do quadro de adoecimento do paciente em acompanhamento, recomenda a readaptação? ☐ Sim ☐ Não

Se a resposta for NÃO o que recomenda?

- Tem capacidade de executar normalmente suas atividades atuais? ☐ Sim ☐ Não

- Deve passar por uma avaliação para possível aposentadoria? ☐ Sim ☐ Não

Pela sua avaliação, o adoecimento do servidor pode estar relacionado às suas atividades de trabalho? ☐ Sim ☐ Não

Se a resposta for SIM, recomenda uma investigação de um possível nexos causal do adoecimento com as atividades laborais? ☐ Sim ☐ Não

Recomenda o tratamento com alguma terapia? Fisioterapia ☐ Sim ☐ Não

Psicólogo ☐ Sim ☐ Não

Fonoaudiólogo ☐ Sim ☐ Não

Outras ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

Se sim, já foi realizado o encaminhamento? ☐ Sim ☐ Não

Recomenda o acompanhamento como alguma outra especialidade médica?

☐ Sim ☐ Não Qual? _____

Se sim, já foi realizado o encaminhamento? ☐ Sim ☐ Não

Data: ____/____/____

Médico Especialista
(Carimbo)

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração - SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 02/09/2025, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7862439** e o código CRC **2438D355**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.5.000060227-1

SEI Nº 7862439v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PROCESSOS Nº: 24.24.000045724-0; 24.29.000040949-8; 24.5.000060013-2; 24.5.000049610-6

NOME: DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA

ASSUNTO: PENALIDADES

DESPACHO Nº 3309/2025

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 40, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01 de janeiro de 2021, no art. 6º, inciso XIII, do Decreto Municipal nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a instrução dos Processos Administrativos para Apuração de Responsabilidade de Fornecedores – PARF, instaurados em face da empresa DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 039/2023 - SRP, que aponta conduta irregular da empresa licitante DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.477.309/0001-65, incorrendo nos itens 10.1, 10.2.7, 12.3, 16.1, 16.2, 16.2.1, 16.3, 16.14, 16.6, 16.9, 16.26, 16.27 do TR do Edital, e subitens 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4 da Cláusula 2ª do Contrato n.º 057/204;

Considerando que a licitante foi devidamente notificada na forma da Lei, assegurando-lhe assim o direito ao contraditório, em observância ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988;

Considerando o princípio da vinculação do instrumento convocatório, o qual vincula tanto as partes licitantes quanto a Administração, devendo estas agir conforme suas prescrições normativas, na dicção do art. 3º e art. 41 da Lei nº 8.666/1993;

RESOLVE:

ACATAR os Pareceres Jurídicos nº 966/2025; 165/2025; 940/2024; 948/2024, emitidos pelo Chefe da Advocacia Setorial desta Secretaria, bem como os Despachos do Titular n.º 2228/2025; 936/2025; 3232/2024; 3229/2024 e **APLICAR** à empresa licitante **DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.477.309/0001-65, penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município, bem como o descredenciamento no Registro Cadastral de Fornecedores Pessoas Físicas e Jurídicas da Administração Pública Municipal, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, além da aplicação de multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores das prestações não cumpridas de cada fato gerador dos processos, com base no artigo 21, inciso III, alínea “b”, c/c artigo 15, § 2º, do Decreto n.º 2.271, de 17 de setembro de 2019.

ACATAR os Pareceres Jurídicos nº 966/2025; 165/2025; 940/2024; 948/2024, emitidos pelo Chefe da Advocacia Setorial desta Secretaria, bem como os Despachos do Titular n.º 2228/2025; 936/2025; 3232/2024; 3229/2024 e, em consequência, **APLICAR** à empresa licitante **DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.477.309/0001-65, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município, com o consequente descredenciamento no Registro Cadastral de Fornecedores da Administração

Pública Municipal, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, além da aplicação de multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada individualmente sobre os valores das prestações não cumpridas correspondentes a cada fato gerador apurado nos Processos Administrativos, com fundamento no artigo 21, inciso III, alínea "b", c/c artigo 15, § 2º, do Decreto n.º 2.271, de 17 de setembro de 2019.

Este Despacho entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se no Cadastro de Fornecedores.

GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração - SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 01/09/2025, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7843625** e o código CRC **8158934E**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.5.000060013-2

SEI Nº 7843625v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Cadastro Geral de Fornecedores da Administração Municipal e
Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025

O Município de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Administração, **AUTORIZA** e torna público aos interessados que realizará, no dia 16 de setembro de 2025, às 09h (horário de Brasília), a abertura do Pregão Eletrônico nº 90008/2025, na forma eletrônica, pelo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

O certame será conduzido na modalidade Pregão, com modo de disputa aberto/fechado e julgamento pelo critério de menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme o Processo Administrativo nº 25.5.000009253-2.

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender a Secretaria Municipal de Administração e demais Órgãos da Administração Pública Municipal, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Edital e demais informações encontram-se disponíveis:

Por e-mail: semad.gerpre@goiania.go.gov.br

Online: <https://www.goiania.go.gov.br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração – SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 26/08/2025, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7780177** e o código CRC **441A8A33**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 926748 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - GO

PREGÃO 90005/2025

Às 10:12 horas do dia 02 de setembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, CELSO DELLALIBERA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 25.4.000000535-7, Pregão nº 90005/2025.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	GO
Objeto da compra:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças genuínas, de 3 (três) elevadores da marca Thyssenkrupp, cada um com capacidade para 12 (doze) pessoas (840 kg) e 10 (dez) paradas, instalados no Bloco F do Paço Municipal, incluindo todas as visitas técnicas periódicas, atendimentos emergenciais, fornecimento e substituição de componentes, ajustes, testes de segurança e emissão de relatórios.		
Entrega de propostas:	De 14/07/2025 às 08:00 até 31/07/2025 às 09:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 31/07/2025 às 09:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/07/2025 às 09:00:03	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	31/07/2025 às 09:01:11	Bom dia! Declaro aberta a sessão referente ao Pregão Eletrônico nº 90005/2025. Pregoeira Fernanda Teodoro da Silva operando o certame.
Sistema	31/07/2025 às 09:01:43	Senhores(as) Licitantes, informo que os procedimentos deste certame será adotado na fase de lances, o modo de disputa "aberto e fechado", de acordo com o item 5.8 do edital.
Sistema	31/07/2025 às 09:02:16	O critério de julgamento e adjudicação do presente certame será o de MENOR PREÇO GLOBAL
Sistema	31/07/2025 às 09:02:40	Diante da ocorrência de qualquer problema de ordem técnica ou operacional, solicito que o fato seja formalizado imediatamente para o e-mail semad.gerpre@goiania.go.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria.
Sistema	31/07/2025 às 09:03:04	Informo que sempre comunico pelo chat, dentro de cada sessão, a data e o horário das próximas sessões. Fiquem atentos!
Sistema	31/07/2025 às 09:03:40	Peço-lhes que acompanhem este pregão até o seu desfecho, pois de acordo com o item 3.3 do edital, é responsabilidade dos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
Sistema	31/07/2025 às 09:04:06	Todas as orientações sobre este pregão encontram-se disponíveis no Edital e em seus anexos, que podem ser consultados no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras (sistema COMPRAS.GOV.BR), UASG "926748", ou no Portal de Licitações da Prefeitura de Goiânia, no endereço eletrônico www.goiania.go.gov.br .
Sistema	31/07/2025 às 09:04:29	Apresentem suas melhores ofertas.
Sistema	31/07/2025 às 09:33:27	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/07/2025 às 11:00:11	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 31/07/2025 quinta-feira às 14:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	31/07/2025 às 14:02:25	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	31/07/2025 às 17:08:29	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 01/08/2025 sexta-feira às 09:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	01/08/2025 às 09:00:38	Bom dia srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	01/08/2025 às 11:02:58	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 04/08/2025 segunda-feira às 14:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	04/08/2025 às 14:07:07	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	04/08/2025 às 16:59:27	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 05/08/2025 terça-feira às 14:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	05/08/2025 às 14:04:15	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	05/08/2025 às 17:28:48	Aviso às empresas participantes do PE 90005/2025-SRP, que a sessão fica SUSPensa, aguardando retorno dos autos, que serão encaminhados ao órgão demandante para análise e parecer técnico da proposta apresentada.
Sistema	05/08/2025 às 17:29:11	A data e horário de reabertura da sessão serão divulgados mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, via chat, no campo de avisos do sistema e mediante divulgação de aviso no portal de licitações da Prefeitura de Goiânia no endereço eletrônico www.goiania.go.gov.br
Sistema	18/08/2025 às 15:15:47	Boa tarde Srs. Licitantes, após análise técnica do órgão demandante, informamos que a sessão de REABERTURA DO PE 90005/2025 irá ocorrer no dia 20/08/2025, quarta-feira às 09:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	20/08/2025 às 09:00:02	Bom dia srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	20/08/2025 às 11:09:37	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 20/08/2025 quarta-feira às 15:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	20/08/2025 às 15:00:25	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	20/08/2025 às 16:55:20	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 21/08/2025 quinta-feira às 09:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	21/08/2025 às 09:04:55	Bom dia srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	21/08/2025 às 11:00:04	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 21/08/2025 quinta-feira às 14:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	21/08/2025 às 14:04:26	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	21/08/2025 às 17:00:58	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 22/08/2025 sexta-feira às 09:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	22/08/2025 às 09:02:24	Bom dia srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.
Sistema	22/08/2025 às 11:08:47	Srs. licitantes, informamos que a sessão fica suspensa. A REABERTURA irá ocorrer no dia 22/08/2025 sexta-feira às 14:00 horas, para continuidade do certame.
Sistema	22/08/2025 às 14:00:06	Boa tarde srs. licitantes! Declaro reaberta a sessão para darmos continuidade nos procedimentos licitatórios.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	22/08/2025 às 16:27:43	Comunico a todos que após a análise dos documentos de habilitação apresentados pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA comprovam o atendimento da qualificação exigida no edital, razão pela qual promoverei neste momento a habilitação da licitante no sistema.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
31/07/2025 às 09:00:03	Abertura da sessão pública
31/07/2025 às 09:33:26	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Manutenção Elevador Hidráulico/Elétrico - Veículo Automotivo

Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças genuínas, de 3 (três) elevadores da marca Thyssenkrupp, cada um com capacidade para 12 (doze) pessoas (840 kg) e 10 (dez) paradas, instalados no Bloco F do Paço Municipal, incluindo todas as visitas técnicas periódicas, atendimentos emergenciais, fornecimento e substituição de componentes, ajustes, testes de segurança e emissão de relatórios, conforme normas técnicas e recomendações do fabricante.

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 211.488,6000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 211.488,6000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 30,0000	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.584.***-2 - CELSO DELLALIBERA para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, melhor lance: R\$ 109.000,0000 (unitário) / R\$ 109.000,0000 (total), valor negociado: R\$ 108.999,0000 (unitário) / R\$ 108.999,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.468.493/0001-12 - B27 COMERCIO E MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R\$ 150.000,0000 (unitário) R\$ 150.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 211.488,6000 (unitário) R\$ 211.488,6000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
46.231.035/0001-32 - ELEVADORES ALL TECH GOIAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R\$ 189.000,0000 (unitário) R\$ 189.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 211.488,6000 (unitário) R\$ 211.488,6000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
05.926.726/0001-73 - MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R\$ 109.000,0000 (unitário) R\$ 109.000,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R\$ 211.488,6000 (unitário) R\$ 211.488,6000 (total)	Valor negociado: R\$ 108.999,0000 (unitário) R\$ 108.999,0000 (total)	Quantidade ofertada: 1
07.300.179/0001-41 - NORDESTE COMERCIO E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: CE	R\$ 135.000,0000 (unitário) R\$ 135.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 211.488,6000 (unitário) R\$ 211.488,6000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.827.741/0001-86 - RAO SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R\$ 206.000,0000 (unitário) R\$ 206.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 211.000,0000 (unitário) R\$ 211.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
90.347.840/0013-51 - TK ELEVADORES BRASIL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: GO	R\$ 149,0000 (unitário) R\$ 149,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 211.488,6000 (unitário) R\$ 211.488,6000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
31/07/2025 às 09:05:23	46.231.035/0001-32	R\$ 210.950,0000
31/07/2025 às 09:08:44	07.300.179/0001-41	R\$ 210.900,0000
31/07/2025 às 09:11:28	46.231.035/0001-32	R\$ 210.850,0000
31/07/2025 às 09:12:31	07.300.179/0001-41	R\$ 210.500,0000
31/07/2025 às 09:13:10	46.231.035/0001-32	R\$ 210.450,0000
31/07/2025 às 09:14:03	07.300.179/0001-41	R\$ 210.000,0000
31/07/2025 às 09:14:42	46.231.035/0001-32	R\$ 209.950,0000
31/07/2025 às 09:15:03	07.300.179/0001-41	R\$ 209.500,0000
31/07/2025 às 09:15:12	05.926.726/0001-73	R\$ 210.000,0000
31/07/2025 às 09:15:20	46.231.035/0001-32	R\$ 209.400,0000
31/07/2025 às 09:16:06	07.300.179/0001-41	R\$ 209.000,0000
31/07/2025 às 09:16:32	46.231.035/0001-32	R\$ 208.950,0000
31/07/2025 às 09:16:48	07.300.179/0001-41	R\$ 208.000,0000
31/07/2025 às 09:17:02	46.231.035/0001-32	R\$ 207.900,0000
31/07/2025 às 09:17:25	07.300.179/0001-41	R\$ 207.500,0000
31/07/2025 às 09:17:28	39.827.741/0001-86	R\$ 206.000,0000
31/07/2025 às 09:17:40	46.231.035/0001-32	R\$ 205.400,0000
31/07/2025 às 09:17:46	07.300.179/0001-41	R\$ 205.000,0000
31/07/2025 às 09:17:58	46.231.035/0001-32	R\$ 204.500,0000
31/07/2025 às 09:18:06	07.300.179/0001-41	R\$ 204.000,0000
31/07/2025 às 09:18:15	46.231.035/0001-32	R\$ 203.000,0000
31/07/2025 às 09:18:38	07.300.179/0001-41	R\$ 202.500,0000

Data/hora	Participante	Lance
31/07/2025 às 09:19:01	46.231.035/0001-32	R\$ 202.000,0000
31/07/2025 às 09:19:12	07.300.179/0001-41	R\$ 201.500,0000
31/07/2025 às 09:19:14	31.468.493/0001-12	R\$ 190.000,0000
31/07/2025 às 09:19:29	05.926.726/0001-73	R\$ 200.000,0000
31/07/2025 às 09:19:35	46.231.035/0001-32	R\$ 189.000,0000
31/07/2025 às 09:19:37	07.300.179/0001-41	R\$ 189.500,0000
31/07/2025 às 09:19:42	90.347.840/0013-51	R\$ 162.000,0000
31/07/2025 às 09:19:43	07.300.179/0001-41	R\$ 188.500,0000
31/07/2025 às 09:19:49	31.468.493/0001-12	R\$ 160.000,0000
31/07/2025 às 09:19:53	07.300.179/0001-41	R\$ 161.000,0000
31/07/2025 às 09:19:57	05.926.726/0001-73	R\$ 180.000,0000
31/07/2025 às 09:19:58	90.347.840/0013-51	R\$ 149,0000
31/07/2025 às 09:20:37	05.926.726/0001-73	R\$ 152.000,0000
31/07/2025 às 09:20:51	31.468.493/0001-12	R\$ 151.000,0000
31/07/2025 às 09:21:28	07.300.179/0001-41	R\$ 153.000,0000
31/07/2025 às 09:23:05	05.926.726/0001-73	R\$ 142.000,0000
31/07/2025 às 09:23:58	05.926.726/0001-73	R\$ 134.000,0000
31/07/2025 às 09:28:27	07.300.179/0001-41	R\$ 135.000,0000
31/07/2025 às 09:29:38	31.468.493/0001-12	R\$ 150.000,0000
31/07/2025 às 09:31:24	05.926.726/0001-73	R\$ 109.000,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/07/2025 às 09:00:03	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	31/07/2025 às 09:05:03	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	31/07/2025 às 09:28:16	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedores convocados poderão enviar um lance único e fechado até às 09:33:16 do dia 31/07/2025. Fornecedoros convocados apresentaram os lances entre R\$ 149,0000 e R\$ 153.000,0000 em conformidade com o art. 24 da IN SEGES 73/2022.
Sistema	31/07/2025 às 09:33:17	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 109.000,0000, R\$ 150.000,0000 e R\$ 135.000,0000.
Sistema	31/07/2025 às 09:33:17	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 90.347.840/0013-51	31/07/2025 às 09:40:13	Bom dia sr. licitante
Sistema para o participante 90.347.840/0013-51	31/07/2025 às 09:43:36	Foi identificado indício de inexequibilidade da proposta. Portanto, conforme item 8.11 do Edital, estaremos oportunizando a Vossa Senhoria a demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 90.347.840/0013-51	31/07/2025 às 09:51:32	Bom dia. Prezado pregoeiro, foi erro de digitação valor proposto seria de R\$ 149.000,0000 e não 149,000, sendo essa esse valor inexequível
Sistema para o participante 90.347.840/0013-51	31/07/2025 às 09:59:47	Diante disso Vossa Senhoria declina da oferta apresentada?
Pelo participante 90.347.840/0013-51	31/07/2025 às 10:00:40	Sim.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:07:18	Bom dia Sr. Licitante
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:07:30	BOM DIA
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:08:05	Sr. Licitante, em decorrência da desclassificação da proposta do licitante anteriormente classificado, Vossa Senhoria é o próximo colocado. Dessa forma, convoco-o para negociação.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:09:31	Sr. Licitante, existe a possibilidade de redução do preço proposto?
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:11:23	ja estamos no melhor senhor pregoeiro
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:14:28	preço*
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:15:47	Diante disso, solicito o envio da proposta, conforme Anexo II do Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, contados da convocação do anexo no sistema
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:16:05	Cientes
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:16:09	iremos anexar
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 10:16:55	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Envio da proposta.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 11:28:47	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:28:47 de 31/07/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:20:18	Boa tarde sr, licitante
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:21:28	Boa tarde
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:26:30	Sr. licitante, verificou-se um desconto de R\$ 1,00 na proposta enviada. Portanto, será aberto a negociação via sistema
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:27:27	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Negociação solicitada .
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:28:04	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, tendo informado R\$ 108.999,0000.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:29:29	Sr. licitante, será aberto um prazo de duas horas para adequações na proposta
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 14:30:10	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:31:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Adequações da proposta.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 15:10:21	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:10:21 de 31/07/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema	31/07/2025 às 16:29:28	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/07/2025 16:39:28.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:48:41	Sr. Licitante, solicitamos o envio dos documentos de habilitação (conforme itens 9.1 do edital), no prazo de até 2 (duas) horas, contados da convocação do anexo no sistema.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:49:25	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:50:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Solicitação de envio da documentação de
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:50:41	Senhor pregoeiro é possível de prorrogação visto que o sistema compras net muitas vezes sai fora do ar após as 18 horas nos impossibilitando de anexar a documentação.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:55:33	ok existe a possibilidade.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:56:04	obrigada
Pelo participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 16:56:58	assim sendo temos até dia 01/08 qual horário ?
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	31/07/2025 às 18:50:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:50:00 de 31/07/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	01/08/2025 às 09:01:12	Bom dia!
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	01/08/2025 às 09:02:30	Será aberto um prazo de duas horas para envio da documentação de habilitação
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	01/08/2025 às 09:03:12	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:04:00 do dia 01/08/2025. Justificativa: Envio da documentação de habilitação.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	01/08/2025 às 10:41:59	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:41:59 de 01/08/2025. 12 anexos foram enviados pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	04/08/2025 às 14:10:04	Boa tarde!!! Estamos à disposição!!!
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:07:44	Boa tarde sr. Licitante, encontra-se online?
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:28:46	Boa tarde
Pelo participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:36:07	Boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:48:09	Sr. Licitante , após análise dos documentos de habilitação apresentados, solicitamos a apresentação do Estatuto Social da empresa AMG PARTICIPAÇÕES S. A., inscrita no CNPJ nº 13.051.600/0001-20, a documentação de identificação pessoal do representante legal e o instrumento jurídico hábil que nomeia ou elege o administrador com funções administrativas ou
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:49:11	Será aberto o prazo de duas horas para o envio dos referidos documentos
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 15:50:07	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 20/08/2025. Justificativa: Solicitação de documentos complementares .
Pelo participante 05.926.726/0001-73	20/08/2025 às 16:20:15	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:20:15 de 20/08/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 14:27:55	Boa tarde
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 14:29:52	Sr. Licitante, encontra-se online?
Pelo participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 14:46:45	sim
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 15:03:18	Após análise da documentação solicitada, questionamos se existe Termo de Posse atual, considerando que o Termo de Posse apresentado está datado em 03/02/2022. Como o mandato é de três anos, verifica-se que o período ultrapassou o prazo previsto.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 15:24:15	Aguardando resposta
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	21/08/2025 às 15:49:57	Sr. Licitante, encontra-se online?
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:03:00	Bom dia sr. licitante, encontra-se online?
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:08:43	bom dia
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:08:45	sim
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:14:11	Após análise da documentação solicitada, questionamos se existe Termo de Posse atual da empresa AMG PARTICIPAÇÕES S. A., inscrita no CNPJ nº 13.051.600/0001-20, considerando que o Termo apresentado está datado em 03/02/2022. Conforme estabelecido na Cláusula 11 do Estatuto Social, o mandato é de três anos, nesse sentido, verifica-se que o prazo ficou ultrapassado.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:15:49	Existe Termo de Posse atual dos membros?
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:34:24	Só m momento
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:34:41	estamos verificando com nossa contabilidade
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 09:38:35	estamos aguardando

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 10:04:35	Prezado senhor pregoeiro conforme considerações do nosso Departamento de Contabilidade, a Ata acima que consta o Termo de Posse do Luis, quem responde pela AMG Participações e que não tem prazo de mandato. Reforço que Ata enviada anteriormente tem como termo de Posse do Javier. Outra informação, pelo Estatuto os membros do Conselho permanecem até a eleição dos membros substitutos.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 10:06:59	Conforme Clausula 11 - Paragrafo 1 do estatuto os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se de outra forma deliberado pela Assembleia geral.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 10:10:37	Portanto a Ata em que enviei em que consta o termo de posse do Javier, é a Ata mais atualizada
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 10:11:16	*enviamos
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 10:11:35	Caso julgue necessário, encaminharemos a Ata anterior
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 14:18:46	Boa tarde sr. Licitante
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 14:25:30	Solicitamos o envio do Termo de Posse do senhor Luis Bonilla de Toro como presidente, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52, bem como sua documentação de identificação pessoal.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 14:25:53	Será aberto o prazo de duas horas para o envio da documentação
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 14:26:48	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:27:00 do dia 22/08/2025. Justificativa: Envio de documentação.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 15:15:19	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:15:19 de 22/08/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 15:21:19	Faltou os documentos pessoais do senhor Luis Bonilla de Toro
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 15:27:51	será aberto prazo para o envio das documentação pessoal do senhor Luis Bonilla de Toro, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 15:28:23	Sr. Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:29:00 do dia 22/08/2025. Justificativa: Envio de documentos.
Pelo participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 15:41:15	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:41:15 de 22/08/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73.
Sistema para o participante 05.926.726/0001-73	22/08/2025 às 16:30:33	Sr. licitante, após análise dos documentos de habilitação apresentados pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, ficou constatado que estes atendem as exigências contidas no edital. Dessa forma, declaro habilitada a empresa e, por conseguinte, vencedora deste certame
Sistema	22/08/2025 às 16:30:55	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 22/08/2025 16:40:55.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
02/09/2025 10:12	
<div> <div>Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal da Casa Civil</div> <div>Assinado Digitalmente: www.goiania.go.gov.br</div> </div>	

Data/Hora	Descrição
31/07/2025 às 10:16:55	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Envio da proposta.
31/07/2025 às 11:28:47	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
31/07/2025 às 14:30:10	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:31:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Adequações da proposta.
31/07/2025 às 15:10:21	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
31/07/2025 às 16:49:25	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:50:00 do dia 31/07/2025. Justificativa: Solicitação de envio da documentação de habilitação.
01/08/2025 às 09:03:12	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:04:00 do dia 01/08/2025. Justificativa: Envio da documentação de habilitação.
01/08/2025 às 10:41:59	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
20/08/2025 às 15:50:07	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 20/08/2025. Justificativa: Solicitação de documentos complementares .
20/08/2025 às 16:20:15	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
22/08/2025 às 14:26:48	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:27:00 do dia 22/08/2025. Justificativa: Envio de documentação.
22/08/2025 às 15:15:19	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
22/08/2025 às 15:28:23	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:29:00 do dia 22/08/2025. Justificativa: Envio de documentos.
22/08/2025 às 15:41:15	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 finalizou o envio de anexo.
02/09/2025 às 10:12:39	Fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05.926.726/0001-73 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 109.000,0000, valor negociado: R\$ 108.999,0000.
02/09/2025 às 10:12:39	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	31/07/2025 16:39:28
Intenção de recurso na habilitação:	22/08/2025 16:40:55



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA CONJUNTA Nº 420/2025 - CGM/PGM

Dispõe sobre orientações para a aplicação do Decreto Municipal n.º 30, de 02 de janeiro de 2025, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA** e o **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, respectivamente, pelos artigos 43 e 42 da Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com redação dada pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 30, de 2 de janeiro de 2025, que determina a reavaliação e a renegociação dos contratos em vigor e das licitações em curso no âmbito da Administração Pública do Município de Goiânia;

CONSIDERANDO que, para os fins do referido Decreto, consideram-se “licitações em curso” aquelas iniciadas no exercício anterior e cujo instrumento contratual, contrato, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço — ainda não tenha sido formalizado;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração, em parceria com a Procuradoria-Geral do Município e a Controladoria-Geral do Município, tem envidado esforços, no âmbito de suas competências, para assegurar que as contratações realizadas no corrente exercício atendam às demandas administrativas com transparência, lisura nos procedimentos e correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar a adequada aplicação do Decreto nº 30/2025, garantindo segurança jurídica e administrativa aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal,

RESOLVEM:

Art. 1º As disposições do Decreto Municipal nº 30, de 2 de janeiro de 2025, se aplicam às licitações iniciadas em exercícios anteriores e aos contratos firmados antes de 2025 que estejam em vigor, conforme as orientações constantes no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Esta Portaria aplica-se aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, visando à uniformização de procedimentos e à segurança jurídica na execução orçamentária e contratual do exercício de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA CONJUNTA Nº 420/2025 - CGM/PGM
NOTA EXPLICATIVA

1. Aplicação do Decreto Municipal nº 30/2025 – Conceito de “Licitações em Curso”;

2. A presente Nota tem por finalidade uniformizar o entendimento e orientar a aplicação do Decreto Municipal nº 30, de 2 de janeiro de 2025, no tocante ao alcance da expressão “licitações em curso”, de modo a garantir segurança jurídica e administrativa aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

3. Nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto, consideram-se “licitações em curso” aquelas cujo instrumento contratual — contrato, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, ainda que não tenha sido formalizado;

4. Após análise conjunta da Procuradoria-Geral do Município e da Controladoria-Geral do Município, firmou-se o entendimento de que, para os fins do Decreto, a expressão refere-se às licitações iniciadas no exercício anterior (2024) que, até a entrada em vigor do Decreto, não tenham resultado na formalização de instrumento contratual;

5. Tal compreensão decorre da literalidade do dispositivo e, sobretudo, da *mens legis* do Decreto, cujo objetivo é permitir a reavaliação e a renegociação de procedimentos e contratos oriundos de gestões anteriores, evitando que a Administração atual assuma compromissos potencialmente desatualizados, onerosos ou incompatíveis com suas diretrizes orçamentárias e de gestão;

6. Não há, portanto, sentido jurídico ou administrativo em submeter à revisão procedimentos licitatórios e contratos autuados e/ou formalizados pela gestão vigente, pois estes já refletem as diretrizes, prioridades e mecanismos de controle implantados no exercício de 2025;

7. Estão excluídos do alcance do Decreto:

7.1) Procedimentos licitatórios autuados e concluídos no exercício de 2025, com instrumento contratual formalizado;

7.2) Contratos firmados no exercício de 2025 pela gestão atual.

8. Estão abrangidos pelo Decreto:

8.1) Licitações iniciadas no exercício de 2024 (ou exercícios anteriores) que não tenham resultado em instrumento contratual formalizado até a publicação do Decreto;

8.2) Contratos firmados em exercícios anteriores e que estejam em vigor.

9. A observância deste entendimento assegura coerência interpretativa, evita sobreposição de controles e garante que as medidas previstas no Decreto cumpram seu real objetivo: revisar contratações herdadas de exercícios pretéritos, promovendo economia, eficiência e alinhamento com o planejamento estratégico e orçamentário do Município.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município

Wandir Allan de Oliveira
Procurador-Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Wandir Allan de Oliveira, Procurador Geral do Município**, em 01/09/2025, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 01/09/2025, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7751604** e o código CRC **DA87402C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.6.000013653-7

SEI Nº 7751604v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 439/2025-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando o Decreto n.º 355, de 16 de janeiro de 2025, que designa servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância;

Considerando a Portaria n.º 106/2025-GAB/CGM, que designa a supracitada comissão para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000000955-9 e, ainda;

Considerando a finalização do prazo estabelecido na Portaria supracitada;

Considerando a Portaria n.º 297/2025GAB/CGM, de 26 de junho de 2025, que reconduziu os trabalhos à Comissão Permanente de Sindicância para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo de Sindicância n.º 25.7.000000955-9;

Considerando o Memorando n.º 56/2025 emitido pela Comissão Permanente de Sindicância no processo SEI n.º 25.7.000002407-8, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da Portaria n.º 297/2025-GAB/CGM, referente ao Processo Administrativo Disciplinar - PAD SEI n.º 25.7.000000955-9, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 26/08/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **com efeitos retroativos a 26/08/2025**.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7844041** e o código CRC **5201DFFD**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 440/2025-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM de 27 de janeiro de 2021, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 - CESPAD-02;

Considerando a Portaria n.º 292/2025-GAB/CGM, que reconduziu a supracitada comissão para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000000888-9 e, ainda,

Considerando a finalização do prazo estabelecido na Portaria supracitada;

Considerando o Memorando n.º 126/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 - CESPAD-02 no processo SEI n.º 25.7.000002102-8, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 292/2025-GAB/CGM**, referente ao **Processo Administrativo Disciplinar - PAD SEI n.º 25.7.000000888-9** por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 25/08/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **retroagindo os seus efeitos a partir de 25/08/2025**.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7844355** e o código CRC **ABB4CC3C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA N.º 441/2025 — GAB/CGM

Revogação da Portaria n.º 114/2025 — GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e neste ato representado por seu Chefe de Gabinete;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 491/2025-GAB/CGM, que designou a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000004883-3, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, prorrogada pela Portaria n.º 17/2025-GAB/CGM, reconduzida pela Portaria n.º 112/2025-GAB/CGM e sobrestada pela Portaria n.º 131/2025-GAB/CGM;

Considerando o Memorando n.º 73/2025-GAB/CGM, emitido no processo SEI n.º 25.7.000004975-5.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n.º 114/2025-GAB/CGM, que sobrestou o Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000004883-3, e **autorizar retomada da tramitação do processo**, no estado que se encontra.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7844756** e o código CRC **4A5300BB**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 442/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 - GAB/CGM, publicada em 29 de julho de 2025, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03;

Considerando a Portaria n.º 219/2025-GAB/CGM, que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 25.7.000002607-0, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 325/2025-GAB/CGM,

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 112/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000004061-8;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000002607-0**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, **a partir de 10/09/2025**;

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 de 29 de julho de 2025, permanece composta pelos seguintes membros:

Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Presidente
Neuza Alves Camilo Vieira	Matrícula n.º 1315510-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar nº 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 10/09/2025.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7845171** e o código CRC **5EBDBC9D**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000004061-8

SEI Nº 7845171v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 443/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 - GAB/CGM, publicada em 29 de julho de 2025, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03;

Considerando a Portaria n.º 221/2025-GAB/CGM, que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 25.7.000002613-5, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 325/2025-GAB/CGM,

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 114/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000004061-8;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000002613-5**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, **a partir de 10/09/2025**;

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 de 29 de julho de 2025, permanece composta pelos seguintes membros:

Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Presidente
Neuza Alves Camilo Vieira	Matrícula n.º 1315510-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar n.º 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 10/09/2025.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7845587** e o código CRC **04197DD2**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000004061-8

SEI Nº 7845587v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 444/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 - GAB/CGM, publicada em 29 de julho de 2025, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03;

Considerando a Portaria n.º 228/2025-GAB/CGM, que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 25.7.000002653-4, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 325/2025-GAB/CGM,

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 116/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000004061-8;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000002653-4**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, **a partir de 10/09/2025**;

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 de 29 de julho de 2025, permanece composta pelos seguintes membros:

Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Presidente
Neuza Alves Camilo Vieira	Matrícula n.º 1315510-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar nº 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 10/09/2025.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7845680** e o código CRC **8ED738F2**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000004061-8

SEI Nº 7845680v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 445/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 - GAB/CGM, publicada em 29 de julho de 2025, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03;

Considerando a Portaria n.º 230/2025-GAB/CGM, que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 25.7.000002667-4, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 325/2025-GAB/CGM,

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 117/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000004061-8;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000002667-4**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, **a partir de 10/09/2025**;

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 de 29 de julho de 2025, permanece composta pelos seguintes membros:

Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Presidente
Neuza Alves Camilo Vieira	Matrícula n.º 1315510-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar nº 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 10/09/2025.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7845775** e o código CRC **D3DAEEBF**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000004061-8

SEI Nº 7845775v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 446/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 - GAB/CGM, publicada em 29 de julho de 2025, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03;

Considerando a Portaria n.º 231/2025-GAB/CGM, que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 25.7.000002670-4, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 325/2025-GAB/CGM,

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 118/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000004061-8;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000002670-4**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, **a partir de 12/09/2025**;

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 127/2025-GAB/CGM, publicada em 17 de março de 2025 e Portaria n.º 350/2025 de 29 de julho de 2025, permanece composta pelos seguintes membros:

Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Presidente
Neuza Alves Camilo Vieira	Matrícula n.º 1315510-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar nº 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 12/09/2025.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7845839** e o código CRC **EA531E81**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000004061-8

SEI Nº 7845839v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA N.º 447/2025 — GAB/CGM

Substituição de membros da Comissão

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992;

Considerando a Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM de 27 de janeiro de 2021, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Sindicância - CESIND-02;

Considerando a necessidade de dar andamento aos processos de infrações disciplinares em desfavor de empregados e servidores públicos, para evitar a prescrição da ação disciplinar;

Considerando a Portaria n.º 149/2025-GAB/CGM, que designa servidores para comporem a Comissão Especial de Sindicância - CESIND-02;

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial de Sindicância possuem prazo de conclusão, não existindo possibilidade de suspensão temporária de prazo nos processos administrativos disciplinares por impossibilidade de atuação dos membros;

Considerando o Memorando n.º 10/2025 da Comissão Especial de Sindicância - CESIND-02, contido no Processo SEI n.º 25.7.000005060-5;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, efetiva e estável **Francislaine Menezes Mendonça Ramos, matrícula n.º 956902-01**, para substituir a servidora Tatiane Barros Trindade, matrícula n.º 1313959-01, na função de vogal da Comissão Especial de Sindicância - CESIND-02, no período de 25 de agosto de 2025 a 28 de agosto de 2025, em razão de licença médica.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 25 de agosto de 2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7851409** e o código CRC **F4BDCBFA**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 448/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar 02 - CESPAD-02*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM de 27 de janeiro de 2021, que designou servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo 02 - CESPAD-02;

Considerando a Portaria n.º 220/2024-GAB/CGM que designa a Comissão para apurar os atos e fatos que constam no processo administrativo disciplinar n.º 24.7.000002335-0, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria n.º 318/2024-GAB/CGM; reconduzida pela Portaria n.º 387/2024-GAB/CGM; prorrogada pela Portaria n.º 498/2024-GAB/CGM; reconduzida pela Portaria n.º 03/2025-GAB/CGM; prorrogada pela Portaria n.º 103/2025-GAB/CGM; reconduzida pela Portaria n.º 217/2025-GAB/CGM e prorrogada pela Portaria n.º 307/2025-GAB/CGM;

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 125/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02, da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 24.7.000003241-4;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 - CESPAD-02, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para fins de prosseguimento da apuração dos fatos constantes do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000002335-0**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A Comissão, conforme designação estabelecida pela Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM de 27 de janeiro de 2021, permanece composta pelos seguintes membros:

Maylla Ferreira da Silva Vieira	Matrícula n.º 1312057-01	Presidente
Tatiane Barros Trindade	Matrícula n.º 1313959-01	Vogal
Adriana Maria da Silva	Matrícula n.º 1311859-01	Secretária

Art. 3º - À Comissão compete o exercício das atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, nos termos do art. 170 da Lei Complementar nº 011/1992, bem como a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo, contendo o resumo das principais peças dos autos e a indicação das provas que embasaram a formação de sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal e justificada.

Art. 6º - Os atos instrutórios já realizados pela Comissão anteriormente designada serão recepcionados e aproveitados, dando-se continuidade à apuração sem prejuízo da validade dos atos praticados.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da assinatura eletrônica.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7854517** e o código CRC **9A32B50B**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000003241-4

SEI Nº 7854517v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 59/2025-GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, **INTIMA**, pelo presente edital, a servidora **Maura Rosa dos Santos Alvarez, matrícula n.º 211303-01**, para tomar conhecimento do Relatório n.º 361/2024-CPPAD, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo e Disciplinar - CPPAD, bem como do Julgamento n.º 28/2025, exarado pelo Gabinete do Controlador-Geral, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 8.669.374-7/2021, convertido em SEI n.º 23.7.000004082-8**.

Fica a servidora NOTIFICADA, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração quanto à decisão constante no Julgamento n.º 28/2025, exarado pelo Gabinete do Controlador-Geral, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 8.669.374-7/2021, convertido em SEI n.º 23.7.000004082-8, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/292.

A servidora fica, ainda, cientificada que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. D, 1º andar, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 27 dias do mês de agosto de 2025.

Sebastião Mendes dos Santos Filho

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho, Chefe de Gabinete**, em 01/09/2025, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7824281** e o código CRC **A1AAA9A7**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco D, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 142/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 24.5.000055664-8, **TRIPOLI CONSTRUTORA LTDA**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pelo Despacho Casa Civil Diligência 380 (7736376), sendo ela: apresentar o comprovante de recolhimento da taxa devida, nos termos do art. 269 e seguintes da Lei Complementar nº 344, de 2021, bem como apresente as Certidões Negativas de Débitos Tributários devidamente atualizadas.

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via, e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 29 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende**, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário, em 29/08/2025, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia**, Procuradora Geral Adjunta, em 02/09/2025, às 07:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7840032** e o código CRC **201C47B8**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 77, 02 DE SETEMBRO DE 2025

Designa servidores como responsáveis por instruir, supervisionar, acompanhar e movimentar os Processos da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, nesta Capital, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-GO).

O Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana nomeado através do Decreto nº 10 de 1º de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal; no Decreto nº 306, de 19 de janeiro de 2021, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, considerando o Processo SEI nº 25.18.000003762-2, referente ao pedido de outorga do uso de água para obras de canalização e controle fluvial no córrego Cascavel,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores **Bruno Araújo da Silva**, matrícula nº 1526200-01, CPF nº 750.715.501-30 e **Gabriel de Sousa Meira**, matrícula nº 1617192-01, CPF nº 051.892.771-78, como responsáveis por instruir, supervisionar, acompanhar e movimentar os Processos da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, nesta Capital, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-GO), não podendo substabelecer.

Art. 2º – Os servidores acima designados, em relação as questões ambientais que envolvam a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, ficam responsáveis por promover a assessoria necessária emitindo documentações e/ou pleiteando junto aos Órgãos de competência.

Art. 3º – A presente designação aplica-se **exclusivamente ao pedido de outorga do uso de água para as obras de canalização e controle fluvial no córrego Cascavel**, não abrangendo outras demandas ou processos de natureza diversa.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, surtindo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

FRANCISCO ELÍSIO LACERDA
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

Goiânia, 02 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Elísio Lacerda**,
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana, em 02/09/2025, às 09:15,
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7859896** e
o código CRC **371EAAE5**.

Rua 21, nº 410 -
- Bairro Vila Santa Helena
CEP 74555-330 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.18.000003762-2

SEI Nº 7859896v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico
Gerência de Cartografia e Topografia

CERTIDÃO Nº 1706/2025

CERTIDÃO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES SEM DEMARCAÇÃO					
PROCESSO SEI		24.5.000054039-3			
Nº PROCESSO		92263023			
INTERESSADO		ARBANE BORGES DOS PASSOS			
INSCRIÇÃO IPTU		303.081.0172.000-3			
ENDEREÇO					
QUADRA	60	LOTE(S)	01	BAIRRO	SETOR BUENO
LOGRADOURO	AVENIDA T-8 COM A AVENIDA T-1				
CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O IMÓVEL ACIMA IDENTIFICADO APRESENTA AS SEGUINTE DIMENSÕES LINEARES E CONFRONTANTES:					
LOTE Nº	01			ÁREA (m²)	512,50m²
TESTADA	CONFRONTANTES DO LOTE			DIMENSÃO (m)	
FRENTE	AVENIDA T-8			10,00m	
FUNDO	LOTE 22			15,00m	
LADO DIREITO	LOTE 02			35,00m	
LADO ESQUERDO	AVENIDA T-1			30,00m	
CHANFRADO	AVENIDA T-8 COM A AVENIDA T-1			7,07m	
OBSERVAÇÕES					
<p>- A PRESENTE CERTIDÃO FOI ELABORADA COM BASE NOS DADOS EXTRAÍDOS DA MATRÍCULA Nº 27.226, DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA;</p> <p>- O SETOR BUENO É APROVADO PELO DECRETO Nº 19, DE 28/01/1.951;</p> <p>- POR FORÇA DO ARTIGO SEGUNDO, INCISO XVI, DA LEI Nº 5.982, DE 27/12/1.982, A QUADRA Nº 60, DO SETOR BELA VISTA INCORPOROU-SE À DELIMITAÇÃO DO SETOR BUENO;</p>					
MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº		27.226	CARTÓRIO		1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA.
Ressalta-se que esta CERTIDÃO não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.					

Goiânia, 19 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Dias Miranda Filho, Auxiliar de Serviços e Obras Públicas**, em 19/08/2025, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Vieira de Araújo, Gerente de Cartografia e Topografia**, em 01/09/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7735283** e o código CRC **8DFB5D42**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.5.000054039-3

SEI Nº 7735283v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico
Gerência de Cartografia e Topografia

CERTIDÃO Nº 1763/2025

CERTIDÃO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES				
PROCESSO SEI	24.5.000061768-0			
Nº PROCESSO	92286950			
INTERESSADO	ARIANA DIAS TAGUATINGA DA SILVA			
INSCRIÇÃO IPTU	412.091.0177.001-2			
ENDEREÇO				
QUADRA	C	LOTE(S)	01	BAIRRO VILA JACARÉ
LOGRADOURO	RUA SÃO SALVADOR COM A RUA SANTA MARIA			
CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O IMÓVEL ACIMA IDENTIFICADO APRESENTA AS SEGUINTE DIMENSÕES LINEARES E CONFRONTANTES:				
LOTE Nº	01		ÁREA (m²)	342,00m²
TESTADA	CONFRONTANTES DO LOTE		DIMENSÃO (m)	
FRENTE	RUA SÃO SALVADOR		11,50m	
FUNDO	LOTE 15		18,70m	
LADO DIREITO	LOTE 02		21,95m	
LADO ESQUERDO	RUA SANTA MARIA		13,60m	
CHANFRADO	RUA SÃO SALVADOR COM A RUA SANTA MARIA		7,79m	
OBSERVAÇÕES				
<p>- A PRESENTE CERTIDÃO FOI ELABORADA COM BASE NOS DADOS EXTRAÍDOS DA PLANTA URBANÍSTICA DA VILA JACARÉ, APROVADA PELO DECRETO Nº 76, DE 06/05/1.976;</p> <p>- OBS: O DECRETO Nº 76, DE 06/05/1.976, ABRANGE AS VILAS; "JACARÉ, VIANDELLI E VILA PERDIZ;</p> <p>- MAPA RECONSTITUÍDO PELA EQUIPE DESSA GERÊNCIA;</p> <p>- CERTIDÃO DE REGISTRO MATRÍCULA Nº 9.783, DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA;</p> <p>- FICA ANULADA A CERTIDÃO Nº 495/2025 EMITIDA EM 27/02/2025;</p>				
MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº	9.783	CARTÓRIO	2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA	
Ressalta-se que esta CERTIDÃO não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.				

Goiânia, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Dias Miranda Filho, Auxiliar de Serviços e Obras Públicas**, em 01/09/2025, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Vieira de Araújo, Gerente de Cartografia e Topografia**, em 01/09/2025, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7850950** e o código CRC **5BE689C1**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.5.000061768-0

SEI Nº 7850950v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Eficiência
Secretaria Geral

CERTIDÃO Nº 1111/2025

CERTIDÃO DE REMEMBRAMENTO Nº 45241/2025

O Secretário(a) Municipal de Eficiência, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022 - Plano Diretor de Goiânia, Lei Complementar nº 363, de 12 de janeiro de 2023, Lei Complementar nº 364, de 13 de janeiro de 2023 e o Decreto nº 522, de 15 de fevereiro de 2022, bem como considerando o contido no Projeto **45241/2025** de interesse de **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM CAMPINAS GOIÂNIA GOIÁS;**

RESOLVE

Art. 1º. Fica aprovado o Remembramento do (s) Lote(s) 12, 13, nº IPTU (s) 30307605210018, 30307605410009, da quadra 67, situados na(s) RUA T- 51 COM A RUA T-28, SETOR BUENO, nesta capital, objeto das matrículas nº 39.654 / 39.655, 14.169, do REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO, com a finalidade de, após aprovado, passar a constituir o Lote 12/13 com as seguintes características e confrontações:

1 - SITUAÇÃO ATUAL DO(S) LOTE(S)

LOTE 12 Área: **687,50 m²**

Frente RUA T-51: 15,00 m

Fundo LOTE 11: 20,00 m

Lado direito LOTE 13: 35,00 m

Lado esquerdo RUA T-28: 30,00 m

Pela linha de chanfrado RUA T-51 COM RUA T-28: 7,07 m

LOTE 13 Área: **700 m²**

Frente RUAT-51: 20,00 m

Fundo LOTE 11: 20,00 m

Lado direito LOTE 14: 35,00 m

Lado esquerdo LOTE12: 35,00 m

2 - SITUAÇÃO APÓS REMEMBRAMENTO

LOTE 12/13 Área: **1387.5 m²**

Frente RUA T-51: 35,00 m

Fundo LOTE 11: 40,00 m

Lado direito LOTE 14: 35,00 m

Lado esquerdo RUA T-28: 30,00 m

Pela linha de chanfrado RUA T-51 COM RUA T-28: 7,07 m

Parágrafo único. A aprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser averbada pelo interessado, no Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade, de acordo com o art. 18, da Lei Federal nº 6.766/1979, devendo ser protocolado o documento de averbação junto à Secretaria Municipal de Finanças, com a apresentação dos seguintes documentos:

- I** - Certidão de Matrícula atualizada, do imóvel desmembrado, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
- II** - Comprovante de quitação das taxas municipais decorrentes do pedido de remembramento e de inscrições municipais de imóveis;
- III** - Documentação atualizada de constituição da pessoa jurídica e de sua representação, quando for o caso.

Art. 2º. Esta Certidão entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, aos 02 dias do mês de Setembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO PETERNELLA
Secretário Municipal de Eficiência



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio Ribeiro Peterrella, Secretário Municipal de Eficiência**, em 02/09/2025, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7860685** e o código CRC **3F9796FE**.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.37.000005524-3

SEI Nº 7860685v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Eficiência
Secretaria Geral

CERTIDÃO Nº 1117/2025

CERTIDÃO DE REMEMBRAMENTO Nº 45066/2025

O Secretário(a) Municipal de Eficiência, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022 - Plano Diretor de Goiânia, Lei Complementar nº 363, de 12 de janeiro de 2023, Lei Complementar nº 364, de 13 de janeiro de 2023 e o Decreto nº 522, de 15 de fevereiro de 2022, bem como considerando o contido no Projeto **45066/2025** de interesse de **SEBASTIÃO AUGUSTO BARBOSA NETO**;

RESOLVE

Art. 1º. Fica aprovado o Remembramento do(s) Lote(s) CHACARA 1A, CHACARA 2A, CHACARA 3A, CHACARA 4A, CHACARA 5A, CHACARA 6A, nº IPTU(s) 44900601170009, 44900600450008, 44900601420005, 44900606640003, 44900601670001, 44900606390007, da quadra B, situados na(s) ALAMEDA FLAMBOYANT, ALAMEDA DO SOL E ALAMEDA DAS ROSAS, QD B, CHACARAS 01A/06A, VILLAGE CASA GRANDE, nesta capital, objeto das matrículas nº 135283, 135284, 135285, 135286, 135287, 135288, do CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA, com a finalidade de, após aprovado, passar a constituir o Lote AREA 1A/6A com as seguintes características e confrontações:

1 - SITUAÇÃO ATUAL DO(S) LOTE(S)

LOTE CHACARA 1A Área: **1112,10 m²**

Frente ALAMEDA DO SOL: 19,64 m

Fundo CHACARA 2A: 24,92 m

Lado direito CHACARA 3A: 49,61 m

Lado esquerdo ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS: 44,33 m

Pela linha de chanfrado ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS COM ALAMEDA DO SOL: 5,71 m

LOTE CHACARA 2A Área: **1112,10 m²**

Frente ALAMEDA DAS ROSAS: 19,64 m

Fundo CHACARA 1A: 24,92 m

Lado direito ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS: 44,33 m

Lado esquerdo CHACARA 4A: 49,61 m

Pela linha de chanfrado ALAMEDA DAS ROSAS COM ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS: 8,88 m

LOTE CHACARA **3A** Área: **1124,65 m²**

Frente ALAMEDA DO SOL: 24,92 m

Fundo CHACARA 4A: 24,92 m

Lado direito CHACARA 5A: 49,61 m

Lado esquerdo CHACARA 1A: 49,61 m

LOT ECHACARA **4A** Área: **1124,65 m²**

Frente ALAMEDA DAS ROSAS: 24,92 m

Fundo CHACARA 3A: 24,92 m

Lado direito CHACARA 2A: 49,61 m

Lado esquerdo CHACARA 6A: 49,61 m

LOTE CHACARA **5A** Área: **1124,65 m²**

Frente ALAMEDA DO SOL: 24,92 m

Fundo CHACARA 6A: 24,92 m

Lado direito CHACARA 7A: 49,61 m

Lado esquerdo CHACARA 3A: 49,61 m

LOTE CHACARA **6A** Área: **1124,65 m²**

Frente ALAMEDA DAS ROSAS: 24,92 m

Fundo CHACARA 5A: 24,92 m

Lado direito CHACARA 4A: 49,61 m

Lado esquerdo CHACARA 8A: 49,61 m

2 – SITUAÇÃO APÓS REMEMBRAMENTO

LOTE AREA **1A/6A** Área: **6722,80 m²**

Frente ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS: 88,66 m

Fundo LOTES 7A E 8A: 99,22 m

Lado direito ALAMEDA DO SOL: 69,48 m

Lado esquerdo ALAMEDA DAS ROSAS: 69,48 m

Pela linha de chanfrado ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS COM ALAMEDA DO SOL: 5,71 m

Pela linha de chanfrado ALAMEDA DAS ROSAS COM ALAMEDA DOS FLAMBOYANTS: 8,88 m

Parágrafo único. A aprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser averbada pelo interessado, no Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade, de acordo com o art. 18, da Lei Federal nº 6.766/1979, devendo ser protocolado o documento de averbação junto à Secretaria Municipal de Finanças, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão de Matrícula atualizada, do imóvel desmembrado, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

II - Comprovante de quitação das taxas municipais decorrentes do pedido de remembramento e de inscrições municipais de imóveis;

III - Documentação atualizada de constituição da pessoa jurídica e de sua representação, quando for o caso.

Art. 2º. Esta Certidão entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, aos 02 dias do mês de Setembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO PETERNELLA
Secretário Municipal de Eficiência



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio Ribeiro Peterrella**, **Secretário Municipal de Eficiência**, em 02/09/2025, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7861398** e o código CRC **F8DFEDC1**.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.37.000005527-8

SEI Nº 7861398v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Eficiência
Secretaria Geral

CERTIDÃO Nº 1122/2025

REEDIÇÃO DA CERTIDÃO DE REMEMBRAMENTO Nº 44432/2025

O Secretário Municipal de Eficiência, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 363, de 12 de janeiro de 2023, e Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022, bem como considerando o contido no Processo SEI nº **25.37.000004518-3** de interesse de **MÁRIO CAETANO DA SILVA**.

RESOLVE

Art. 1º. Fica aprovado o Remembramento dos **LOTES 12, VIELA ANEXA AO LOTE 12, Quadra F44, situado à RUA 89-C, Setor SUL, IPTU Nº 20101206760009, 20101206760009**, nesta capital, cujas medidas e confrontações constam nas matrículas nº. 396.114 e **nº 136.193**, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia, com a finalidade de, após aprovado passar a constituir o **LOTE 12 e VIELA ANEXA** com as seguintes características e confrontações:

1- SITUAÇÃO ATUAL

LOTE 12	ÁREA 553,50m²
Frente para a Rua 89-C	9,00 m
Fundo confrontando com viela anexa ao lote 12 e APM 67	18,00 + 9,50m
Lado direito confrontando com o lote 14	33,10m
Lado esquerdo confrontando com o lote 10	31,50m
LOTE VIELA ANEXA AO LOTE 12	ÁREA 34,00m²
Frente para o lote 12	18,00m
Fundo confrontando com a viela	16,00m
Lado direito confrontando com a APM-67	2,10m
Lado esquerdo confrontando com a viela	2,13m

2- SITUAÇÃO APÓS REMEMBRAMENTO

LOTE 12 e VIELA ANEXA	ÁREA 587,50m²
Frente para a Rua 89-C	9,00m
Fundo confrontando com a viela	16,00m
Lado direito confrontando com o lote 14 e APM-67	33,10 + 11,60m
Lado esquerdo confrontando com o lote 10 e viela	31,50 + 2,13m

Parágrafo único. A aprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser averbada pelo interessado, no Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade, de acordo com o art. 18, da Lei Federal nº 6.766/1979, devendo ser protocolado o documento de averbação junto à Secretaria Municipal da Fazenda, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão de Matrícula atualizada do(s) imóvel(is), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

II - Comprovante de quitação das taxas municipais decorrentes do pedido de remembramento e de inscrições municipais de imóveis;

III - Documentação atualizada de constituição da pessoa jurídica e de sua representação, quando for o caso.

Art. 2º. Ficam inalterados os demais itens e artigos da Certidão de Remembramento nº **44432/2025** publicada no Diário Oficial edição nº 8593 de 05/08/2025.

Art. 3º. Esta Certidão entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, aos 02 dias do mês de Setembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO PETERNELLA
Secretário Municipal de Eficiência



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio Ribeiro Peterrella, Secretário Municipal de Eficiência**, em 02/09/2025, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7863326** e o código CRC **F8B95B70**.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.37.000004518-3

SEI Nº 7863326v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 412, 29 DE AGOSTO DE 2025

Designa servidores para os encargos de Gestor Administrativo e de Fiscal do Acordo de Cooperação nº 035/2025, celebrado entre o Município de Goiânia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e a Creche Caetano Fógia, para o funcionamento da Creche Caetano Fógia, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA**, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 64, da Lei n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, bem como na previsão posta nos arts. 42, 58 e 59 da Lei nº 13.091/2014, e na Instrução Normativa CGM n.º 02/2018; e.

Considerando a necessidade de nomear servidores para os encargos de Gestor Administrativo e de Fiscal do Acordo de Cooperação nº 035/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SME e a Creche Caetano Fógia, para o funcionamento da Creche Caetano Fógia, nos termos da Instrução Normativa CGM nº 02/2018, resolve:

Art. 1º Designar os servidores CHESTER ANTÔNIO VAZ, matrícula nº 58858-2, lotado na Gerência de Compras Contratos e Convênios, e LONGUINHA COSTA, matrícula nº 50946-01, lotada na Diretoria de Administração Educacional, para desempenharem, respectivamente, as funções de Gestor Administrativo e de Fiscal do Acordo de Cooperação nº 035/2025 e aditivos, quando houver.

Art. 2º As atribuições de Gestor Administrativo e de Fiscal de Acordo de Cooperação são aquelas elencadas nos arts. 6º e 7º da Instrução Normativa CGM nº 02/2018.

Art. 3º Os servidores designados para as funções de Gestor Administrativo e de Fiscal do referido Acordo de Cooperação deverão observar o disposto no art. 12 da Instrução Normativa CGM nº 02/2018.

Art. 4º As decisões e providências necessárias que ultrapassarem a competência dos servidores acima designados deverão ser solicitadas a seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da publicação do Acordo de Cooperação nº 035/2025, e terá vigência até o vencimento do Acordo em questão, bem como de seus aditivos, quando houver.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7840731** e o código CRC **0B06CFAB**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000014345-4

SEI Nº 7840731v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 414, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Sobresta o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 378, de 13 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial nº 8.601, de 15 de agosto de 2025, dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SME**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto nº 011, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 7º, III, do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e

Considerando o teor do Despacho nº 6834/2025 da Comissão de Sindicância (SEI 7830799);

Considerando que o servidor Sílvia Josemar Wobeto, Matrícula Funcional nº 467340, ora sindicado, nos termos da Portaria nº 378, de 13 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial nº 8601, de 15 de agosto de 2025 (SEI 7701658), encontra-se de Licença Médica (SEI 7824092);

Considerando que o gozo de licença médica é direito, devidamente regulamentado no art. 113 da Lei Complementar nº 312, de 28 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia e dá outras providências), resolve:

Art. 1º Sobrestar o andamento da Comissão de Sindicância, constituída pela Portaria nº 378, de 13 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial nº 8601, de 15 de agosto de 2025, que apura os fatos denunciados constantes no Processo SEI nº 25.24.000027574-1, por 60 (sessenta) dias a partir do dia 18 de agosto de 2025 até 17 de outubro de 2025, sem prejuízo do prazo estatutário de conclusão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2025, e revogando-se as disposições em contrário.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA

Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7848291** e o código CRC **C7D3919C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 415, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Retifica a Portaria nº 403, de 25 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 8.607, de 25 de agosto de 2025, que constitui a Comissão Organizadora do Processo Seletivo de Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Goiânia, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 7º, III, do Anexo I do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e o art. 64 da Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e

Considerando que foi exarada com erro formal a Portaria nº 403, de 25 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 8.607, de 25 de agosto de 2025, que constitui a Comissão do Processo Seletivo de Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Goiânia, e dá outras providências, conforme o processo administrativo SEI nº 25.24.000027045-6;

Considerando o pedido de correção da Portaria nº 403, de 25 de agosto de 2025 por erro formal. Pedido este realizado no Despacho nº 2304/2025, de lavra da Gerência de Planejamento e Gestão Educacional, conforme a instrução do Processo SEI nº 25.24.000027045-6, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 403, de 25 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 8.607, de 25 de agosto de 2025, especificamente quanto a alteração dos nomes de duas servidoras que compõem a Comissão do Processo Seletivo de Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Goiânia.

Onde se lê:

VI - Representantes da Diretoria Pedagógica – DIRPED:

a) Luciane de Cássia Almeida Valadares, matrícula nº 314200-1

Leia-se:

VI - Representantes da Diretoria Pedagógica – DIRPED:

a) Luciene de Cássia Almeida Valadares, matrícula nº 314200-1

Art. 2º Mantenham-se inalterados os demais termos da supracitada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7848480** e o código CRC **676393CE**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000027045-6

SEI Nº 7848480v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 416, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Designa servidores para os encargos de Gestor Administrativo e Fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 033/2025, celebrado entre o Município de Goiânia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e o Centro Espiritualista Irmãos do Caminho, para o funcionamento da Creche Casa do Caminho, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 64, da Lei n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, bem como na previsão posta nos arts. 42, 58 e 59 da Lei nº 13.091/2014, e na Instrução Normativa CGM nº 02/2018; e.

Considerando a necessidade de nomear servidores para os encargos de Gestor Administrativo e de Fiscal do Acordo de Cooperação nº 033/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SME e o Centro Espiritualista Irmãos do Caminho, para o funcionamento da Creche Casa do Caminho, nos termos da Instrução Normativa CGM nº 02/2018, resolve:

Art. 1º Designar as servidoras ROSANE SOUZA DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 948993-3, lotada na Gerência de Compras Contratos e Convênios, e ELIANA VIEIRA LAGE, matrícula nº 456020-04, lotada na Diretoria de Administração Educacional, para desempenharem, respectivamente, as funções de Gestora Administrativa e de Fiscal do Acordo de Cooperação nº 033/2025 e aditivos, quando houver.

Art. 2º As atribuições de Gestora Administrativa e de Fiscal do Acordo de Cooperação são aquelas elencadas nos arts. 6º e 7º respectivamente da Instrução Normativa CGM nº 02/2018.

Art. 3º As servidoras designadas para as funções de Gestora Administrativa e de Fiscal do referido Acordo de Cooperação deverão observar o disposto no art. 12 da Instrução Normativa CGM nº 02/2018.

Art. 4º As decisões e providências necessárias que ultrapassem a competência das servidoras acima designados deverão ser solicitadas a seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da publicação do Acordo de Cooperação nº 033/2025, e terá vigência até o vencimento do Acordo em questão, bem como de seus aditivos, quando houver.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7848577** e o código CRC **C903A670**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000010090-9

SEI Nº 7848577v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 417, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o adiantamento à Coordenadoria Regional de Educação Central, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 7º, III, do Anexo I do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e o art. 64 da Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e

Considerando a existência de despesas próprias da Coordenadoria Regional de Educação Central;

Considerando a necessidade do atendimento às despesas da referida da unidade técnico-administrativa;

Considerando que o Regime de Adiantamento é utilizado para pagamento de despesas necessárias e imediatas, resolve:

Art. 1º Autorizar que seja providenciado, em nome da servidora CLARA LUCIENE FERREIRA, CPF nº ***.231.431-**, matrícula nº 876623-1/2, o adiantamento de recursos provenientes do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), destinado a cobrir despesas de pronto pagamento da Coordenadoria Regional de Educação Central, conforme o Plano de Aplicação, anexo desta Portaria, devendo correr por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

a) R\$ 9.545,11 (nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos) – Dotação Orçamentária 2025.1750.12.361.0141.2017.33903000.101.526.1500.1001 - Material de Consumo;

b) R\$ 3.000,00 (três mil reais) – Dotação Orçamentária 2025.1750.12.361.0141.2017.33903900.101.526.1500.1001 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 2º Indicar a servidora supracitada para, em seu nome, receber e aplicar o referido adiantamento, declarando que a mesma não está incurso nas proibições previstas nos incisos I e II do artigo 5º da Resolução nº 007, de 20 de março de 1996, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO.

Art. 3º Estipular o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do seu recebimento, para a aplicação do numerário, não podendo este ser aplicado após a data limite, sob pena de devolução dos recursos.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do prazo final estabelecido no artigo anterior, para a prestação de contas da aplicação dos recursos de que trata esta Portaria.

Art. 5º Designar a servidora Muriel Cruz Lima de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº ***.606.601-**, Matrícula nº 249840-1/2, para verificar e atestar a execução do adiantamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**,
Secretária Municipal de Educação, em 02/09/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7849281** e o
código CRC **4920503C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000019194-7

SEI Nº 7849281v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Geral

ANEXO ÚNICO - PORTARIA 417/2025

PLANO DE APLICAÇÃO

O adiantamento de recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R\$ 12.545,11 (doze mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), em nome de CLARA LUCIENE FERREIRA, CPF nº ***.231.431-**, Matrícula nº 876623-1/2, destinar-se-á a cobrir despesas de pronto pagamento da Coordenadoria Regional de Educação Central, correndo por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

a) R\$ 9.545,11 (nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos) – Dotação Orçamentária 2025.1750.12.361.0141.2017.33903000.101.526.1500.1001 - Material de Consumo;

b) R\$ 3.000,00 (três mil reais) – Dotação Orçamentária 2025.1750.12.361.0141.2017.33903900.101.526.1500.1001 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Goiânia, 01 de setembro de 2025.

Prof.^a GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**,
Secretária Municipal de Educação, em 02/09/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7849301** e o
código CRC **71EF3880**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 418, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o adiantamento ao Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais conforme o Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025, e com fulcro no art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e no art. 64, da Lei nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e

Considerando a existência de despesas próprias do Conselho Municipal de Educação;

Considerando a necessidade do atendimento às despesas da referida unidade técnico-administrativa;

Considerando que o Regime de Adiantamento é utilizado para pagamento de despesas necessárias e imediatas, resolve:

Art. 1º Autorizar que seja providenciado em nome da servidora HELIKÊNIA FERREIRA SILVA BRUM, Matrícula Funcional nº 395331-1/2, o adiantamento de recursos provenientes do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), destinado a cobrir despesas do Conselho Municipal de Educação, conforme o Plano de Aplicação previsto no Anexo Único desta Portaria, devendo correr por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

a) R\$ 5.018,05 (cinco mil e dezoito reais e cinco centavos) – 2025.1750.12.122.0144.2264.33903000.101.526 STN 1500 1001 – Material de Consumo;

b) R\$ 7.527,06 (sete mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) – 2025.1750.12.122.0144.2264.33903900.101.526 STN 1500 1001 – Serviços de Terceiros.

Art. 2º Indicar a servidora supracitada para, em seu nome, receber e aplicar o referido adiantamento, declarando que a mesma não está incurso nas proibições previstas nos incisos I e II do artigo 5º da Resolução nº 007, de 20 de março de 1996, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO.

Art. 3º Estipular o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do seu recebimento, para a aplicação do numerário, não podendo este ser aplicado após a data limite, sob pena de devolução dos recursos.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do prazo final estabelecido no artigo anterior, para a prestação de contas da aplicação dos recursos de que trata esta Portaria.

Art. 5º Designar a servidora SHEILA MARIA DE CASTRO ALVES, inscrita no CPF sob o nº ***.642.231-**, Matrícula Funcional nº 213764-2, para verificar e atestar a execução do adiantamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**,
Secretária Municipal de Educação, em 02/09/2025, às 09:02, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7849919** e
o código CRC **FOECE6FC**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000018033-3

SEI Nº 7849919v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Geral

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 418, 01 DE SETEMBRO DE 2025

PLANO DE APLICAÇÃO

O adiantamento de recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), em nome da servidora HELIKÊNIA FERREIRA SILVA BRUM, Matrícula Funcional nº 395331-1/2, destinar-se-á a cobrir despesas de pronto pagamento do Conselho Municipal de Educação, correndo por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

I) R\$ 5.018,05 (cinco mil e dezoito reais e cinco centavos) – 2025.1750.12.122.0144.2264.33903000.101.526 STN 1500 1001 – Material de Consumo;

II) R\$ 7.527,06 (sete mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) – 2025.1750.12.122.0144.2264.33903900.101.526 STN 1500 1001 – Serviços de Terceiros.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Prof.^a GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**, **Secretária Municipal de Educação**, em 02/09/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7849956** e o código CRC **776E8BA3**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº 13243/2025

Processo nº 25.24.000019408-3

Nome: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Aquisição

Tendo em vista o Despacho nº 3491/2025 (7705678), da Gerência de Compras, Contratos e Convênios, o Parecer Jurídico nº 614/2025 (7700848), da Chefia da Advocacia Setorial, ambos desta Pasta, e, ainda, nos termos do Art.74, inciso I, da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021, RESOLVO ratificar a Justificativa 384/2025 (7322370), da Gerência de Compras, Contratos e Convênios, e autorizar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, para o fornecimento de 03 senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada Banco de Preços, destinadas à Secretaria Municipal de Educação/SME, por 12 (doze) meses, no valor total de R\$ 36.302,55 (trinta e seis mil trezentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), conforme Dotação Orçamentária: 2025.1750.12.365.0142.2077.33904000.101.526.1500.1001.

Publique-se.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7717744** e o código CRC **7898CA9C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000019408-3

SEI Nº 7717744v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 2025/377

OBJETO: O Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **2025/377** por 24 meses, para prestação de serviços à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **01/04/2025 a 31/03/2027.**

VALOR CONTRATUAL: **R\$45.451,74 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)**

CARGO: **AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS.**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **CRISABEL RODRIGUES GUIRRA**, CPF *****.786.231-**.**

PROCESSO SEI **25.24.000009245-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Claúdia Divina Vieira de Resende Gomes, Profissional de Educação II**, em 07/08/2025, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Maione Campos, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 07/08/2025, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 11/08/2025, às 08:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 12/08/2025, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7325383** e o código CRC **94924131**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 2025/528

OBJETO: O Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **2025/528** por 24 meses, para prestação de serviços à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **01/04/2025 a 31/03/2027**

VALOR CONTRATUAL: **R\$45.451,74 (quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)**

CARGO: **AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS.**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **GABRIELA ROCHA QUINAN**, CPF ***.643.021-**,.

PROCESSO SEI **25.24.000011208-7**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Claúdia Divina Vieira de Resende Gomes, Profissional de Educação II**, em 14/08/2025, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 18/08/2025, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 18/08/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Maione Campos, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 18/08/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7695194** e o código CRC **F3B75BBF**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 2025/530

OBJETO: O Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **2025/530** por 24 meses, para prestação de serviços à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **01/04/2025 a 31/03/2027.**

VALOR CONTRATUAL: **R\$45.451,74 (quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)**

CARGO: **AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS.**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **PATRICIA DE ALMEIDA ALVES DOS SANTOS**, CPF ***.588.541-**.

PROCESSO SEI **25.24.000010896-9**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Claúdia Divina Vieira de Resende Gomes, Profissional de Educação II**, em 14/08/2025, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 18/08/2025, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 18/08/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Maione Campos, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 18/08/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7695620** e o código CRC **D360EAE6**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco C, 1º andar, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 2025/333

OBJETO: O Extrato do Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **2025/333** por 24 meses, para prestação de serviços à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **01/04/2025 a 31/03/2027.**

VALOR CONTRATUAL: **R\$45.451,74 (quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)**

CARGO: **AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS.**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **SARA PEREIRA GOMES**, CPF *****.388.611-**.**

PROCESSO SEI **25.24.000008661-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Claúdia Divina Vieira de Resende Gomes, Profissional de Educação II**, em 15/08/2025, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 18/08/2025, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 18/08/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Maione Campos, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 18/08/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 01/09/2025, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7627306** e o código CRC **A75293CD**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 246, 18 DE AGOSTO DE 2025

Designa Gestor e Fiscal do Processo SEI nº 24.6.000019511-1, que tem por objeto a aquisição por Dispensa Eletrônica de Licitação, com fulcro no Artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, com entrega em remessa única, a fim de garantir o cumprimento à Decisão Judicial, processo digital nº 6019627-63.2024.8.09.0051, do Tribunal de Justiça do estado de Goiás em favor a Fausto Pereira Duarte Filho.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no exercício de suas atribuições legais conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto nº 03 de 1º de janeiro de 2025; e:

Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018, da Controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748, de 06 de fevereiro, de 2018;

Considerando o Processo SEI nº 24.6.000019511-1 que tem por objeto aquisição por DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com fulcro no Artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, com entrega EM REMESSA ÚNICA, a fim de garantir o cumprimento à Decisão Judicial, processo digital nº 6019627-63.2024.8.09.0051, do Tribunal de Justiça do estado de Goiás em favor a **FAUSTO PEREIRA DUARTE FILHO**.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como **GESTORA** a servidora **CAMILA LUCAS DE SOUZA**, matrícula nº **1207261**, CPF nº *****.220.501-****, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, lotado na Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente do Processo SEI nº 24.6.000019511-1, que tem por objeto a aquisição de KIT MONITOR PORTATIL GLICEMIA P/ SENSOR INTERSTICIAL C/ SENSORES GLICOSE 5 X 35MM X 5G (Sensor FREESTYLE LIBRE) para atender as necessidades de Fausto Pereira Duarte Filho.

Art. 2º Para acompanhar e fiscalizar a execução do referido processo, fica designada como **FISCAL** a servidora **KARLA ALVES ROLDÃO**, matrícula nº **588970-02**, CPF nº *****.035.621-****, ocupante do cargo: Especialista em Saúde III / Farmacêutica, lotada na Gerência de Planejamento e Suprimentos da Rede da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º As representantes anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização

das faltas ou defeitos observados.

§1º *As decisões e providências que ultrapassarem a competência das representantes designadas* deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, dentre elas, verificar previamente a necessidade de prorrogação de prazos contratuais evitando que haja descontinuidade da execução do contrato, sob pena de responsabilização do agente que vier a dar causa.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**,
Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7725400 e o código CRC **B9E6B35B**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.6.000019511-1

SEI Nº 7725400v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 251, 22 DE AGOSTO DE 2025

Designa como Gestor e Fiscal do Processo SEI nº 25.29.000008415-2, as servidoras que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no exercício de suas atribuições legais conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto nº 03 de 1º de janeiro de 2025; e:

Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e 107 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018, da Controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748, de 06 de fevereiro, de 2018;

Considerando o Processo SEI nº 25.29.000008415-2 que tem por objeto aquisição da Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com 1kcal/mL. Com ARA e DHA e Prebióticos. Não contém glúten. Contém Lactose. Nome Comercial: Infatrini 400gr, a fim de atender o Processo Judicial n. 5065566-49.2025.8.09.0051, por Dispensa de Licitação, em favor de Maria Laura Machado, por um período aproximado de 06 (seis) meses;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como **GESTORA** a servidora **CAMILA LUCAS DE SOUZA**, matrícula nº **1207261**, CPF nº *****.220.501-****, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, lotado na Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente do Processo SEI nº 25.29.000008415-2.

Art. 2º Para acompanhar e fiscalizar a execução do referido processo, fica designada como **FISCAL** a servidora **KARLA ALVES ROLDÃO**, matrícula nº **588970-02**, CPF nº *****.035.621-****, ocupante do cargo: Especialista em Saúde III / Farmacêutica, lotada na Gerência de Planejamento e Suprimentos da Rede da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º As representantes anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§1º *As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante designado(a) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, dentre elas, verificar previamente a necessidade de prorrogação de prazos contratuais evitando que haja descontinuidade da execução do contrato, sob pena de responsabilização do agente que vier a dar causa.*

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**,
Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7771989 e o código CRC **59CEF10E**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000008415-2

SEI Nº 7771989v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 254, 27 DE AGOSTO DE 2025

Designa como Gestor e Fiscal das Atas de Registro de Preços n.ºs 027 a 052/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 29/2023 – SRP (republicação), decorrente do Processo SEI nº 23.29.0000.29109-2, as servidoras que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no exercício de suas atribuições legais conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto nº 03 de 1º de janeiro de 2025; e:

Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e 107 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018, da Controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748, de 06 de fevereiro, de 2018;

Considerando as Atas de Registro de Preços n.ºs 027 a 052/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 29/2023 – SRP (republicação), decorrentes do Processo SEI nº 23.29.0000.29109-2, que tem como objeto a aquisição de medicamentos e análogos de insulina, através do Sistema de Registro de Preços, para abastecer as Unidades de Saúde Básicas, Unidades de Urgência/Emergência, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Ambulatório Municipal de Psiquiatria, SAMU e Farmácia de Insumos e Medicamentos Especiais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia por um período estimado de 12 (doze) meses;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como **GESTORA** das Atas de Registro de Preços n.ºs 027 a 052/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 29/2023 – SRP (republicação), decorrentes do Processo SEI nº 23.29.0000.29109-2, a servidora **CAMILA LUCAS DE SOUZA**, matrícula nº **1207261**, CPF nº *****.220.501-****, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, lotado na Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Designar como **FISCAL** das referidas Atas de Registro de Preços, a servidora **KARLA ALVES ROLDÃO**, Matrícula nº **588970**, CPF nº *****.035.621-****, ocupante do

cargo: Especialista em Saúde III/ Farmacêutica, lotada na Gerência de Planejamento e Suprimentos da Rede da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º As representantes anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§1º *As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante designado(a) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes*, dentre elas, verificar previamente a necessidade de prorrogação de prazos contratuais evitando que haja descontinuidade da execução do contrato, sob pena de responsabilização do agente que vier a dar causa.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**,
Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7812399 e o código CRC **DC612C4A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.29.000029109-2

SEI Nº 7812399v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 256, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 1º da Portaria nº 356/2020 e revoga a Portaria nº 154/2025 que designa Gestor e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo Bee nº 21118, os servidores que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da LEI COMPLEMENTAR Nº 382, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, Decreto nº 03 de primeiro de janeiro de 2025; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 1º da Portaria nº. 356/2020, publicada na Edição nº 7378, de 09 de setembro de 2020, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação

"Art. 1º - Designar como Gestor da Despesa, decorrente do Processo Bee nº. 21118/2020, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06, ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, e como Fiscal da Despesa supracitada, a servidora **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04 ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Processo Bee nº 21118, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na Gestão e Execução dos serviços de Radiologia, visando atender as necessidades das Unidades de Saúde desta Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia."

Art. 2º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 356/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 154/2025, de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7820522** e o código CRC **FD15B8C4**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7820522v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 258, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 1º da Portaria nº. 273/2020 e revoga a Portaria nº 155/2025 que designa e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo Bee nº. 2435, os servidores que se especificam

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da LEI COMPLEMENTAR Nº 382, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, Decreto nº 03 de primeiro de janeiro de 2025; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada o Artigo 1º da Portaria nº 273/2020, publicada na Edição nº 7347, de 27 de julho de 2020, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 1º** - Designar como **Gestor** da Despesa, decorrente do Processo Bee nº. 2435, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06, ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde e como **Fiscal** da Despesa supracitada, a **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04 ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Processo Bee nº 2435, que tem por objeto a prestação de serviços para atender a demanda de urgência dos exames de hemograma e EAS da rede municipal de saúde de Goiânia".

Art. 2º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 273/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 155/2025, de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, **Secretária Executiva**, em 01/09/2025, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7820719** e o código CRC **517D4F3D**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7820719v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 259, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 1º da Portaria nº. 075/2021 e revoga a Portaria nº 156/2025 que designa Gestor e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo Bee nº.26132, os servidores que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, Decreto nº 03 de primeiro de janeiro de 2025; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada o Artigo 1º da Portaria nº 075/2021, publicada na Edição nº 7494, de 25 de fevereiro de 2021, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Designar como **Gestor da Despesa**, decorrente do Processo Bee nº. 26132, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06, ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde e como **Fiscal da Despesa** supracitada, a servidora **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04, ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Processo Bee nº 26132, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais de bioquímica, com cessão de uso de equipamentos, incluindo manutenção, calibração, treinamento e assistência técnico-científica."

Art. 2º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 075/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 156/2025, de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7820846** e o código CRC **3AD3F9AE**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7820846v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA 260, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 1º da Portaria nº 274/2020 e revoga a Portaria nº 157/2025 que designa Gestor e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo Bee nº. 6704, os servidores que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, Decreto nº 03 de primeiro de janeiro de 2025; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada o Artigo 1º da Portaria nº 274/2020, publicada na Edição nº 7347, de 27 de julho de 2020, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Designar como **Gestor da Despesa**, decorrente do Processo Bee nº. 6704, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06,,ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde e como **Fiscal da Despesa** supracitada, a servidora **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04, ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Processo Bee nº 6704, que tem por objeto a prestação de serviços para a realização de exames de DNA para viabilizar a investigação de paternidade/maternidade em procedimentos administrativos do Ministério Público e Ações Judiciais para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia."

Art. 2º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 274/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 157/2025 de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7820913** e o código CRC **3EB62BF3**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7820913v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 261, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 1º e 2º da Portaria nº 261/2023 e revoga a Portaria nº 158/2025 que designa Gestor e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo SEI nº. 22.29.000009680-4, os servidores que se especificam

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e Decreto nº 03 de primeiro de janeiro de 2025; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada o Artigo 1º e 2º da Portaria nº 261 de 29/2023, publicada na Edição nº 8122, de 04 de setembro de 2023, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação:

*"Art. 1º Designar como **Gestor**, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06, ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde;*

*Art. 2º Designar como **Fiscal**, a servidora, servidora **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04, ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Contrato nº. 166/2023 decorrente do processo SEI nº. 22.29.000009680-4, que tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva, corretiva e calibração do equipamento de teste rápido molecular (GeneXpert@), pertencente a Secretaria Municipal de Saúde."*

Art. 3º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 261/2023.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 158/2025 de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7820999** e o código CRC **F9198D6A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7820999v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 262, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

Altera o Art. 2º da Portaria nº. 294/2020 e revoga a Portaria nº 159/2025 que designa Gestor e Fiscal da Despesa, decorrente do Processo Bee nº. 4658, os servidores que se especificam.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas por meio da edição da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021 e Decreto nº 03, de primeiro de janeiro de 2021; e

Considerando o disposto nos artigos artigos 104, inciso III e 117 da Lei 14.133/2021 e artigo 13º, inciso I, da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, na qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado

Considerando a Instrução Normativa CGM nº 002/2018 da controladoria Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município nº 6.748 de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a Portaria nº 8, de 16/01/2025, publicada no D.O.M. nº 8459 de 17/01/2025, que delega poderes a Secretaria Executiva da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 2º da Portaria nº. 294/2020, publicada na Edição nº 7353, de 04 de agosto de 2020, do Diário Oficial do Município de Goiânia, sendo que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Designar como **Gestor da Despesa**, decorrente do Processo Bee nº. 4658, o servidor **JOÃO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1619217, CPF nº 029.439.091-06, ocupante do cargo: Diretor, lotado na Diretoria de Apoio Logístico e Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde e como **Fiscal da Despesa** supracitada a servidora **JULIANA MONTEIRO MACHADO** matrícula nº 796026, CPF nº 860.997.281-04, ocupante do cargo: Gerente de Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanharem e fiscalizarem a despesa, decorrente do Processo Bee nº 4658, que tem por objeto a prestação de serviços de Engenharia Clínica com a utilização de software de gestão incluindo os serviços de assistência técnica, manutenção preventiva, corretiva, calibração, testes de segurança elétrica e qualificação dos equipamentos médicos assistenciais e apoio hospitalares instalados nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia."

Art. 2º - Mantém-se inalterados todos os outros itens da Portaria nº 294/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando a Portaria nº159/2025 de 09 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Sales Costa**, Secretária Executiva, em 01/09/2025, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7821089** e o código CRC **BDFAAE7B**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000033322-5

SEI Nº 7821089v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

DESPACHO Nº 3691/2025

RELAÇÃO DOS PROPONENTES POR ORDEM CRONOLÓGICA DE PROTOCOLO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO, NO PERÍODO ENTRE 12/11/2024 - 14:00HS A 13/11/2024 - 13:59HS, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Portaria nº 010/2021, torna público a relação dos proponentes por ordem cronológica do protocolo das Propostas de Credenciamento no período entre **12/11/2024 - 14:00HS A 13/11/2024 - 13:59HS**, referente ao Edital de Chamamento Público nº 007/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, publicado na Edição nº 8414, de 08 de novembro de 2024, do Diário Oficial do Município de Goiânia.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA – PERÍODO DE 12/11/2024 - 0:00HS A 12/11/2024 - 23:59HS				
Nº	PROCESSO	PROPONENTE/SOLICITANTE	ABERTURA (DATA/HORÁRIO)	PROFISSÃO
1	1515745	VANESSA DOS SANTOS SILVA	12/11/2024 14:02:13	Téc. Enf. - Atenção Primária
2	1515794	HOCELIA OLIVEIRA DO BONFIM QUINTINO	12/11/2024 14:07:31	Téc. Enf. - Atenção Primária
3	1515817	SAMARA IZIDIO DE OLIVEIRA	12/11/2024 14:10:01	Téc. Enf. - Atenção Primária
4	1515849	LUCINEIDE GONÇALVES DE OLIVEIRA	12/11/2024 14:16:16	Téc. Enf. - Atenção Primária
5	1515860	APARECIDA DE PAULA SOUSA BRANDAO	12/11/2024 14:17:27	Téc. Enf. - Atenção Primária
6	1515866	MARIA DA PENHA MOREIRA	12/11/2024 14:19:23	Téc. Enf. - Atenção Primária
7	1515889	LORRAINE CALACA RODRIGUES	12/11/2024 14:23:44	Téc. Enf. - Atenção Primária

8	1515898	JOANA DARC DO NASCIMENTO	12/11/2024 14:25:31	Téc. Enf. - Atenção Primária
9	1515902	MARIA DOS REIS MOTA DE ARAUJO	12/11/2024 14:26:09	Téc. Enf. - Atenção Primária
10	1515916	CRISTIANE CORDEIRO DE ASSIS	12/11/2024 14:28:18	Téc. Enf. - Atenção Primária
11	1515934	MARIA APARECIDA JESUS SILVA	12/11/2024 14:31:30	Téc. Enf. - Atenção Primária
12	1515972	ELIZANGELA EUFRASIA DE SOUSA SILVA	12/11/2024 14:38:16	Téc. Enf. - Atenção Primária
13	1515999	VIVIANE SILVA OLIVEIRA	12/11/2024 14:41:53	Téc. Enf. - Atenção Primária
14	1516008	ANA PAULA GONÇALVES DA SILVA	12/11/2024 14:43:12	Téc. Enf. - Atenção Primária
15	1516060	PATRICIA JESUS DE OLIVEIRA SANTOS	12/11/2024 14:51:17	Téc. Enf. - Atenção Primária
16	1516062	MARIA APARECIDA RODRIGUES	12/11/2024 14:51:30	Téc. Enf. - Atenção Primária
17	1516176	LUCIENE ALVES DE OLIVEIRA	12/11/2024 15:09:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
18	1516194	SIMONE BRITO ROCHA	12/11/2024 15:12:56	Téc. Enf. - Atenção Primária
19	1516243	IRAENE DOS REIS ALVES	12/11/2024 15:20:46	Téc. Enf. - Atenção Primária
20	1516248	IANKA SAHIRA CORDEIRO DE OLIVEIRA	12/11/2024 15:21:09	Téc. Enf. - Atenção Primária
21	1516259	TALUANA DIAS DA SILVA	12/11/2024 15:21:56	Téc. Enf. - Atenção Primária
22	1516286	REGINA CARVALHO DA SILVA	12/11/2024 15:26:28	Téc. Enf. - Atenção Primária
23	1516292	THAIS DAMACENO ALVES	12/11/2024 15:27:38	Téc. Enf. - Atenção Primária
24	1516303	RENATA SILVA DAS NEVES	12/11/2024 15:28:32	Téc. Enf. - Atenção

				Primária
25	1516311	JANICE DE JESUS SANTOS	12/11/2024 15:29:39	Téc. Enf. - Atenção Primária
26	1516330	BEATRIZ PEREIRA LIMA	12/11/2024 15:31:51	Téc. Enf. - Atenção Primária
27	1516354	JUANICE VIEIRA DE ANDRADE	12/11/2024 15:36:44	Téc. Enf. - Atenção Primária
28	1516391	RAFAELA MOREIRA DE SOUZA LIMA	12/11/2024 15:42:24	Téc. Enf. - Atenção Primária
29	1516415	MARIA DAS MERCES LUIZ DA SILVA	12/11/2024 15:45:44	Téc. Enf. - Atenção Primária
30	1516430	DIANA BONFIM DA COSTA	12/11/2024 15:48:25	Téc. Enf. - Atenção Primária
31	1516449	PATRICIA GOMES TEIXEIRA	12/11/2024 15:50:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
32	1516453	GESSICA FERREIRA FERNANDES	12/11/2024 15:51:06	Téc. Enf. - Atenção Primária
33	1516463	RONILDA LOPES MENDES	12/11/2024 15:53:31	Téc. Enf. - Atenção Primária
34	1516468	EDNALVA DE SOUZA BATISTA	12/11/2024 15:54:13	Téc. Enf. - Atenção Primária
35	1516477	CRISTIANA PEREIRA SARDEIRO NUNES	12/11/2024 15:55:36	Téc. Enf. - Atenção Primária
36	1516491	ARLEIDE LIMA DUARTE	12/11/2024 15:57:48	Téc. Enf. - Atenção Primária
37	1516503	THAIRYNE FERREIRA FARIAS MONTEIRO	12/11/2024 15:59:09	Téc. Enf. - Atenção Primária
38	1516537	MYCHELE NAYARA FELIX TAVARES	12/11/2024 16:04:55	Téc. Enf. - Atenção Primária
39	1516577	FERNANDA MIRANDA GOMES	12/11/2024 16:11:44	Téc. Enf. - Atenção Primária
40	1516632	MARIA JOSÉ DA FONSECA	12/11/2024 16:20:29	Téc. Enf. - Atenção Primária

41	1516648	KEILA MARIA CANDIDO DA SILVA	12/11/2024 16:22:45	Téc. Enf. - Atenção Primária
42	1516666	CLRERIA LUCIA DA SILVA	12/11/2024 16:24:40	Téc. Enf. - Atenção Primária
43	1516674	DILEUSA BONFIM DA COSTA	12/11/2024 16:25:34	Téc. Enf. - Atenção Primária
44	1516716	ILSA SANTOS LIMA	12/11/2024 16:33:47	Téc. Enf. - Atenção Primária
45	1516731	ERIKA WANESSA CARVALHO DOS SANTOS	12/11/2024 16:36:58	Téc. Enf. - Atenção Primária
46	1516780	SELMA VIEIRA FERREIRA	12/11/2024 16:44:41	Téc. Enf. - Atenção Primária
47	1516787	MARIA FRANCISCA PAULINO DA SILVA MOUSINHO	12/11/2024 16:44:57	Téc. Enf. - Atenção Primária
48	1516846	ROSANA DE OLIVEIRA LIMA	12/11/2024 16:53:51	Téc. Enf. - Atenção Primária
49	1516849	LUIS PAULO DA SILVA COELHO	12/11/2024 16:54:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
50	1516882	MARIA JOSÉ FERNANDES	12/11/2024 17:02:04	Téc. Enf. - Atenção Primária
51	1516887	SHEILA MORAES DE BASTOS GARCIA	12/11/2024 17:03:02	Téc. Enf. - Atenção Primária
52	1516898	ANA CAROLINA PEREIRA DE JESUS	12/11/2024 17:06:44	Téc. Enf. - Atenção Primária
53	1516899	ANDREIA SERAFIM DE ARRUDA	12/11/2024 17:07:06	Téc. Enf. - Atenção Primária
54	1516932	MARIA HELENA DA SILVA SOUSA	12/11/2024 17:12:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
55	1516934	MERINHA PEREIRA SALGADO	12/11/2024 17:12:53	Téc. Enf. - Atenção Primária
56	1516942	ELIEGIDA MOREIRA NUNES	12/11/2024 17:14:19	Téc. Enf. - Atenção Primária
57	1516949	ALENICE LIMA DE ALMEIDA	12/11/2024 17:14:53	Téc. Enf. - Atenção

				Primária
58	1516959	ADRIANA VIEIRA DA SILVA	12/11/2024 17:16:58	Téc. Enf. - Atenção Primária
59	1517010	TAYNAH BORGES FERREIRA	12/11/2024 17:27:18	Téc. Enf. - Atenção Primária
60	1517012	CRISTIANE NASCIMENTO DE MEDEIROS	12/11/2024 17:27:27	Téc. Enf. - Atenção Primária
61	1517020	REGINA CELIA CARDOSO DOS SANTOS DE SOUZA	12/11/2024 17:30:45	Téc. Enf. - Atenção Primária
62	1517043	VANDA GONCALVES DA SILVA GOMES	12/11/2024 17:36:51	Téc. Enf. - Atenção Primária
63	1517046	LUCIMEIRE VIEIRA COSTA	12/11/2024 17:38:03	Téc. Enf. - Atenção Primária
64	1517057	MARIA FLAVIA MARTINS SANTOS TAVARES	12/11/2024 17:40:54	Téc. Enf. - Atenção Primária
65	1517078	FERNANDA LOPES DA SILVA	12/11/2024 17:43:44	Téc. Enf. - Atenção Primária
66	1517156	SUDALEIF KAREN CORTE HONORATO	12/11/2024 17:56:41	Téc. Enf. - Atenção Primária
67	1517202	LILIAN MARIA DE JESUS F ADORNO F MOLINER	12/11/2024 18:06:20	Téc. Enf. - Atenção Primária
68	1517259	BRUNNA CRYSTINA CINTRA DE OLIVEIRA VAZ	12/11/2024 18:19:18	Téc. Enf. - Atenção Primária
69	1517265	REJANE AGUIAR DE ALBUQUERQUE	12/11/2024 18:20:26	Téc. Enf. - Atenção Primária
70	1517281	MARISTELA CARVALHO DOS SANTOS	12/11/2024 18:24:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
71	1517286	LEIKO TAMURA HAMACHI	12/11/2024 18:25:50	Téc. Enf. - Atenção Primária
72	1517288	ELIETH APARECIDA DA SILVA SOARES	12/11/2024 18:26:24	Téc. Enf. - Atenção Primária
73	1517303	DALIA LALESKA FILGUEIRA DA SILVA	12/11/2024 18:29:28	Téc. Enf. - Atenção Primária

74	1517322	LUCILIA CAMPOS MACHADO	12/11/2024 18:34:14	Téc. Enf. - Atenção Primária
75	1517439	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	12/11/2024 19:00:25	Téc. Enf. - Atenção Primária
76	1517448	MARIA JOSE DOMINGOS SOUSA	12/11/2024 19:02:04	Téc. Enf. - Atenção Primária
77	1517471	ANA CLAUDIA DE BRITO PEIXOTO ALBERNAZ	12/11/2024 19:07:08	Téc. Enf. - Atenção Primária
78	1517474	FILIPE HENRIQUE RIBEIRO FARIA	12/11/2024 19:07:32	Téc. Enf. - Atenção Primária
79	1517522	MARTA ALVES RABELO	12/11/2024 19:18:50	Téc. Enf. - Atenção Primária
80	1517534	ZENILDE ARAUJO NEPUMUCENO BEZERRA	12/11/2024 19:20:47	Téc. Enf. - Atenção Primária
81	1517612	HELENA COSTA TEIXEIRA	12/11/2024 19:35:34	Téc. Enf. - Atenção Primária
82	1517619	RAYANE DE PAULO ALMEIDA	12/11/2024 19:36:32	Téc. Enf. - Atenção Primária
83	1517637	MICHELLE AUGUSTA PEREIRA SALES	12/11/2024 19:40:34	Téc. Enf. - Atenção Primária
84	1517672	KAROLINA HORTENCIA HONORATO DA SILVA	12/11/2024 19:46:37	Téc. Enf. - Atenção Primária
85	1517689	JEIZIELY CRISTINA DA SILVA COSTA	12/11/2024 19:49:09	Téc. Enf. - Atenção Primária
86	1517697	FRANCIELEN DE OLIVEIRA SILVA GUERRA	12/11/2024 19:50:16	Téc. Enf. - Atenção Primária
87	1517717	VANUZA MATIAS DE SOUZA	12/11/2024 19:54:23	Téc. Enf. - Atenção Primária
88	1517730	CLARICE MARTINS CARDOSO	12/11/2024 19:56:07	Téc. Enf. - Atenção Primária
89	1517744	MARCO AURELIO ISAC DA SILVA DURAO	12/11/2024 19:58:03	Téc. Enf. - Atenção Primária
90	1517795	MARILIA ORTEGAL COSTA	12/11/2024 20:08:48	Téc. Enf. - Atenção

				Primária
91	1517802	IVONETE TELES DE FRAGA FARIAS	12/11/2024 20:10:36	Téc. Enf. - Atenção Primária
92	1517861	NEUSA ANTUNES DA SILVA	12/11/2024 20:21:28	Téc. Enf. - Atenção Primária
93	1517869	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS	12/11/2024 20:22:46	Téc. Enf. - Atenção Primária
94	1517872	MARIA BONFIM DA SILVA SANTANA	12/11/2024 20:23:29	Téc. Enf. - Atenção Primária
95	1517898	EVIANE SILVA LEÃO	12/11/2024 20:28:13	Téc. Enf. - Atenção Primária
96	1517910	MARICELIA MARTINS SOARES	12/11/2024 20:30:12	Téc. Enf. - Atenção Primária
97	1517914	VALDETE DIAS LOBO SILVA	12/11/2024 20:31:00	Téc. Enf. - Atenção Primária
98	1517935	PAULA MAYARA DOS ANJOS	12/11/2024 20:35:26	Téc. Enf. - Atenção Primária
99	1517936	ROBSON ANDRE FELICIANO DE LIMA	12/11/2024 20:35:32	Téc. Enf. - Atenção Primária
100	1517938	MIRALVA AQUINO DE MELO	12/11/2024 20:35:47	Téc. Enf. - Atenção Primária
101	1517959	MARINEIDE QUEIROZ DOS SANTOS	12/11/2024 20:37:38	Téc. Enf. - Atenção Primária
102	1517974	JOANA PEREIRA DE SOUZA	12/11/2024 20:40:09	Téc. Enf. - Atenção Primária
103	1518047	GEANE OLIVEIRA FERREIRA	12/11/2024 20:53:15	Téc. Enf. - Atenção Primária
104	1518067	AYLA NICOLE COSTA SANTOS	12/11/2024 20:58:42	Téc. Enf. - Atenção Primária
105	1518094	MARIA EVANGELISTA MIRANDA	12/11/2024 21:03:12	Téc. Enf. - Atenção Primária
106	1518159	FERNANDA RIBEIRO DA SILVA REIS	12/11/2024 21:12:16	Téc. Enf. - Atenção Primária

107	1518182	ELIAS CARDOSO PEREIRA	12/11/2024 21:14:46	Téc. Enf. - Atenção Primária
108	1518215	LUCAS DARBOUX RIBEIRO	12/11/2024 21:18:26	Téc. Enf. - Atenção Primária
109	1518223	WALQUIRIA AGUIAR DE ALBUQUERQUE SANTANA	12/11/2024 21:19:37	Téc. Enf. - Atenção Primária
110	1518226	ANALIA MARIA DOS SANTOS SILVA	12/11/2024 21:20:08	Téc. Enf. - Atenção Primária
111	1518260	MARCIONILDE DOS SANTOS SILVA FERNANDES	12/11/2024 21:27:27	Téc. Enf. - Atenção Primária
112	1518281	NILVANDA APARECIDA ALVES TAVARES	12/11/2024 21:30:38	Téc. Enf. - Atenção Primária
113	1518296	JHESSER GABRIEL FABINO COELHO VIEIRA	12/11/2024 21:33:48	Téc. Enf. - Atenção Primária
114	1518314	ANDRESSA DA SILVA BERNARDES VIANA	12/11/2024 21:36:26	Téc. Enf. - Atenção Primária
115	1518321	IVONISA SILVA GOMES DE CASTRO	12/11/2024 21:37:50	Téc. Enf. - Atenção Primária
116	1518410	HIGOR VICTOR ALVES SOBRAL	12/11/2024 21:53:40	Téc. Enf. - Atenção Primária
117	1518466	ELZINEA MOREIRA DOS SANTOS ALMEIDA	12/11/2024 22:02:57	Téc. Enf. - Atenção Primária
118	1518504	ANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	12/11/2024 22:10:20	Téc. Enf. - Atenção Primária
119	1518505	PATRICIA BORGES DA SILVA	12/11/2024 22:10:32	Téc. Enf. - Atenção Primária
120	1518596	SIZUÊ BANDEIRA DE ARAÚJO	12/11/2024 22:29:36	Téc. Enf. - Atenção Primária
121	1518629	FERNANDA GONÇALVES DE JESUS	12/11/2024 22:35:35	Téc. Enf. - Atenção Primária
122	1518795	ELISANGELA FERREIRA DE SOUSA OLIVEIRA	12/11/2024 23:15:49	Téc. Enf. - Atenção Primária
123	1518816	MARIA IRISLENE COSTA TEIXEIRA	12/11/2024 23:21:56	Téc. Enf. - Atenção

				Primária
124	1518875	KELLY ADRIELY SILVA	12/11/2024 23:36:39	Téc. Enf. - Atenção Primária
125	1518931	ANA CAROLINE PEREIRA DUTRA	12/11/2024 23:54:58	Téc. Enf. - Atenção Primária

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO – PERÍODO DE 13/11/2024 - 0:00HS A 13/11/2024 - 13:59HS

Nº	PROCESSO	PROPONENTE/SOLICITANTE	ABERTURA (DATA/HORÁRIO)	PROFISSÃO
1	1518981	MARIA CLEOMARA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	13/11/2024 00:11:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
2	1519007	NEUMA TAVARES DE SOUZA	13/11/2024 00:20:33	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
3	1519009	JOSY ELLEN PEIXOTO DE LIMA	13/11/2024 00:20:52	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
4	1519059	AMANDA EVELYN SOUZA ARAUJO	13/11/2024 00:50:18	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
5	1519116	MARIA HELENA DE MORAIS SILVA	13/11/2024 01:33:18	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
6	1519132	OSMIRENE GOMES DA SILVA	13/11/2024 01:50:38	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
7	1519171	PRISCILLA MONT SERRAT PIMENTEL FERNANDES	13/11/2024 03:12:58	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
8	1519199	VIVIANE SOARES VALENTE GUIMARAES	13/11/2024 05:20:14	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
9	1519230	MARIA DELANIA PEREIRA LIBERAL BUENO	13/11/2024 06:13:22	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
10	1519232	KATIUSE ROSA DOS SANTOS	13/11/2024 06:19:03	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
11	1519245	MARIA BOMFIM FERREIRA DOS SANTOS	13/11/2024 06:51:23	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
12	1519384	FRANCIELLY MIRANDA ANDRADE	13/11/2024 07:57:47	Téc. Enf. - Imunização - Matutino

13	1519408	THAISSA NONATA ALVES DO NASCIMENTO MATIAS	13/11/2024 08:05:50	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
14	1519507	MARIA CAROLINA LOPIS	13/11/2024 08:29:34	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
15	1519527	KEILA FERREIRA DOS SANTOS	13/11/2024 08:33:53	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
16	1519639	ROSEANE ALVES SILVA	13/11/2024 08:56:28	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
17	1519787	ADRIANA ROSA DE OLIVEIRA	13/11/2024 09:21:01	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
18	1519822	ISABELLA CARVALHO DE OLIVEIRA	13/11/2024 09:27:05	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
19	1519842	PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO ROCHA	13/11/2024 09:29:05	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
20	1519849	JHENNYEPHER SOUSA COSTA	13/11/2024 09:29:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
21	1519914	CAROLINE RIBEIRO MOURA	13/11/2024 09:40:58	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
22	1519967	CÉLIA APARECIDA DA SILVA	13/11/2024 09:49:30	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
23	1519980	SARA DAYANE LEITE MANZO	13/11/2024 09:50:41	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
24	1520116	MARIA MADALENA LEAL COSTA	13/11/2024 10:11:21	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
25	1520121	CARLA GRAZIELE SANTOS DA GRAÇA	13/11/2024 10:12:19	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
26	1520164	EURIPEDES JOSE MARTINS	13/11/2024 10:20:20	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
27	1520199	MARCIA ANTONIA DA SERRA	13/11/2024 10:24:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
28	1520204	MARISTELA CARDOSO DOS SANTOS SANTANA	13/11/2024 10:25:16	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
29	1520270	KELLY RODRIGUES RIBEIRO	13/11/2024 10:36:19	Téc. Enf. - Imunização -

				Matutino
30	1520283	MARIA PASCOALINA FERREIRA DE MENEZES	13/11/2024 10:37:43	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
31	1520307	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	13/11/2024 10:41:40	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
32	1520415	JOAO HENRIQUE BARROS DA SILVA	13/11/2024 10:58:30	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
33	1520439	VANIA DOS SANTOS COSTA	13/11/2024 11:00:54	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
34	1520479	BRUNA NABIA ALMEIDA ROCHA	13/11/2024 11:06:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
35	1520484	LUCIMAR ADAO ALVES	13/11/2024 11:07:21	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
36	1520524	GLAUCYENE SILVA ARAÚJO	13/11/2024 11:12:57	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
37	1520554	SOLANGE FERREIRA MACHADO	13/11/2024 11:18:00	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
38	1520615	FLAVIANA RODRIGUES DIMAS MENDONÇA	13/11/2024 11:28:36	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
39	1520627	LUCIENE LUIZA XAVIER DOS SANTOS	13/11/2024 11:30:07	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
40	1520634	SUELY NEVES SILVA	13/11/2024 11:30:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
41	1520684	KATHLEEN MIKAELLY MARQUES FERREIRA ARAUJO	13/11/2024 11:36:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
42	1520723	ROBSOM ALVES RAMOS	13/11/2024 11:41:12	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
43	1520730	JOZIELDA CARVALHO DE SÁ SANTOS	13/11/2024 11:42:33	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
44	1520800	NAGELA NAYARA MOTA MENDES	13/11/2024 11:51:55	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
45	1520828	AMANDA CAROLINE MORAES DE SOUZA	13/11/2024 11:55:44	Téc. Enf. - Imunização - Matutino

46	1520895	RAFAELA MOREIRA DE SOUZA LIMA	13/11/2024 12:07:40	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
47	1520915	GISLANY ALVES SOUZA	13/11/2024 12:12:11	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
48	1521030	STEFFANY MOREIRA GUEDES SOUSA	13/11/2024 12:29:02	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
49	1521089	FABIANA FLORAMBEL RODRIGUES	13/11/2024 12:37:06	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
50	1521090	KARLA MARIA ETERNA DE MORAES	13/11/2024 12:37:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
51	1521169	NAYARA RODRIGUES DOS SANTOS	13/11/2024 12:49:08	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
52	1521291	JANNE CLESSIA MAGALHAES MORAIS GARCIA	13/11/2024 13:09:31	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
53	1521299	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	13/11/2024 13:11:32	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
54	1521319	GISELEA FERREIRA COSTA	13/11/2024 13:14:28	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
55	1521358	GESSIKA RALI BORGES DA SILVA	13/11/2024 13:19:20	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
56	1521379	ELETICIA ELICIA SABINA DOS SANTOS	13/11/2024 13:20:58	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
57	1521414	JAILMA ALANY CAVALCANTE RODRIGUES	13/11/2024 13:25:37	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
58	1521455	ROSIMEIRE DE JESUS OLIVEIRA	13/11/2024 13:30:28	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
59	1521504	JARIS DA SILVA PEREIRA	13/11/2024 13:34:50	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
60	1521515	RAYRA MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA	13/11/2024 13:36:11	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
61	1521531	KELLY SILVA ALMEIDA	13/11/2024 13:37:46	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
62	1521545	THAIS ALVES DE QUEIROZ	13/11/2024 13:38:44	Téc. Enf. - Imunização -

				Matutino
63	1521631	ALINE LEONCIO MATIAS VIEIRA	13/11/2024 13:48:41	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
64	1521648	ANA MARIA AGUIAR ALBUQUERQUE DA SILVA	13/11/2024 13:50:37	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
65	1521658	REGIANE DE JESUS DA SILVA BATISTA	13/11/2024 13:51:53	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
66	1521682	NINIANE DOS SANTOS SOUZA	13/11/2024 13:53:53	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
67	1521700	IZA CRISTINA OLIVEIRA MAGALHAES CORDEIRO	13/11/2024 13:55:24	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
68	1521707	EULINA FERNANDES PEREIRA	13/11/2024 13:56:19	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
69	1521721	RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA	13/11/2024 13:57:10	Téc. Enf. - Imunização - Matutino

Goiânia, data da assinatura eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**,
Secretário Municipal de Saúde, em 02/09/2025, às 11:20, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7864314 e o código CRC **A6D69599**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

DESPACHO Nº 3693/2025

**7º RESULTADO PARCIAL DO CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE,
REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024, DA SMS**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Portaria nº 121/2023, torna público o 7º Resultado Parcial do Credenciamento referente ao Edital de Chamamento Público nº 007/2024, após análise das documentações referentes às condições de habilitação e inabilitação dos seguintes **profissionais**:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA – PERÍODO DE 12/11/2024 - 0:00HS A 12/11/2024 - 23:59HS					
Nº	PROCESSO	PROPONENTE/SOLICITANTE	ABERTURA (DATA/HORÁRIO)	PROFISSÃO	CONDIÇÃO
1	1515745	VANESSA DOS SANTOS SILVA	12/11/2024 14:02:13	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
2	1515794	HOCELIA OLIVEIRA DO BONFIM QUINTINO	12/11/2024 14:07:31	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
3	1515817	SAMARA IZIDIO DE OLIVEIRA	12/11/2024 14:10:01	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
4	1515849	LUCINEIDE GONÇALVES DE OLIVEIRA	12/11/2024 14:16:16	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
5	1515860	APARECIDA DE PAULA SOUSA BRANDAO	12/11/2024 14:17:27	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
6	1515866	MARIA DA PENHA MOREIRA	12/11/2024 14:19:23	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
7	1515889	LORRAINE CALACA RODRIGUES	12/11/2024 14:23:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
8	1515898	JOANA DARC DO NASCIMENTO	12/11/2024 14:25:31	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO

9	1515902	MARIA DOS REIS MOTA DE ARAUJO	12/11/2024 14:26:09	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
10	1515916	CRISTIANE CORDEIRO DE ASSIS	12/11/2024 14:28:18	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
11	1515934	MARIA APARECIDA JESUS SILVA	12/11/2024 14:31:30	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
12	1515972	ELIZANGELA EUFRASIA DE SOUSA SILVA	12/11/2024 14:38:16	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
13	1515999	VIVIANE SILVA OLIVEIRA	12/11/2024 14:41:53	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
14	1516008	ANA PAULA GONÇALVES DA SILVA	12/11/2024 14:43:12	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
15	1516060	PATRICIA JESUS DE OLIVEIRA SANTOS	12/11/2024 14:51:17	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
16	1516062	MARIA APARECIDA RODRIGUES	12/11/2024 14:51:30	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
17	1516176	LUCIENE ALVES DE OLIVEIRA	12/11/2024 15:09:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
18	1516194	SIMONE BRITO ROCHA	12/11/2024 15:12:56	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
19	1516243	IRAENE DOS REIS ALVES	12/11/2024 15:20:46	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
20	1516248	IANKA SAHIRA CORDEIRO DE OLIVEIRA	12/11/2024 15:21:09	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
21	1516259	TALUANA DIAS DA SILVA	12/11/2024 15:21:56	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
22	1516286	REGINA CARVALHO DA SILVA	12/11/2024 15:26:28	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
23	1516292	THAIS DAMACENO ALVES	12/11/2024 15:27:38	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
24	1516303	RENATA SILVA DAS NEVES	12/11/2024 15:28:32	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
25	1516311	JANICE DE JESUS SANTOS	12/11/2024 15:29:39	Téc. Enf. - Atenção	HABILITADO

				Primária	
26	1516330	BEATRIZ PEREIRA LIMA	12/11/2024 15:31:51	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
27	1516354	JUANICE VIEIRA DE ANDRADE	12/11/2024 15:36:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
28	1516391	RAFAELA MOREIRA DE SOUZA LIMA	12/11/2024 15:42:24	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
29	1516415	MARIA DAS MERCES LUIZ DA SILVA	12/11/2024 15:45:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
30	1516430	DIANA BONFIM DA COSTA	12/11/2024 15:48:25	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
31	1516449	PATRICIA GOMES TEIXEIRA	12/11/2024 15:50:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
32	1516453	GESSICA FERREIRA FERNANDES	12/11/2024 15:51:06	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
33	1516463	RONILDA LOPES MENDES	12/11/2024 15:53:31	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
34	1516468	EDNALVA DE SOUZA BATISTA	12/11/2024 15:54:13	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
35	1516477	CRISTIANA PEREIRA SARDEIRO NUNES	12/11/2024 15:55:36	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
36	1516491	ARLEIDE LIMA DUARTE	12/11/2024 15:57:48	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
37	1516503	THAIRYNE FERREIRA FARIAS MONTEIRO	12/11/2024 15:59:09	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
38	1516537	MYCHELE NAYARA FELIX TAVARES	12/11/2024 16:04:55	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
39	1516577	FERNANDA MIRANDA GOMES	12/11/2024 16:11:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
40	1516632	MARIA JOSÉ DA FONSECA	12/11/2024 16:20:29	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
41	1516648	KEILA MARIA CANDIDO DA SILVA	12/11/2024 16:22:45	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO

42	1516666	CLRERIA LUCIA DA SILVA	12/11/2024 16:24:40	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
43	1516674	DILEUSA BONFIM DA COSTA	12/11/2024 16:25:34	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
44	1516716	ILSA SANTOS LIMA	12/11/2024 16:33:47	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
45	1516731	ERIKA WANESSA CARVALHO DOS SANTOS	12/11/2024 16:36:58	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
46	1516780	SELMA VIEIRA FERREIRA	12/11/2024 16:44:41	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
47	1516787	MARIA FRANCISCA PAULINO DA SILVA MOUSINHO	12/11/2024 16:44:57	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
48	1516846	ROSANA DE OLIVEIRA LIMA	12/11/2024 16:53:51	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
49	1516849	LUIS PAULO DA SILVA COELHO	12/11/2024 16:54:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
50	1516882	MARIA JOSÉ FERNANDES	12/11/2024 17:02:04	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
51	1516887	SHEILA MORAES DE BASTOS GARCIA	12/11/2024 17:03:02	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
52	1516898	ANA CAROLINA PEREIRA DE JESUS	12/11/2024 17:06:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
53	1516899	ANDREIA SERAFIM DE ARRUDA	12/11/2024 17:07:06	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
54	1516932	MARIA HELENA DA SILVA SOUSA	12/11/2024 17:12:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
55	1516934	MERINHA PEREIRA SALGADO	12/11/2024 17:12:53	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
56	1516942	ELIEGIDA MOREIRA NUNES	12/11/2024 17:14:19	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
57	1516949	ALENICE LIMA DE ALMEIDA	12/11/2024 17:14:53	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
58	1516959	ADRIANA VIEIRA DA SILVA	12/11/2024 17:16:58	Téc. Enf. - Atenção	INABILITADO

				Primária	
59	1517010	TAYNAH BORGES FERREIRA	12/11/2024 17:27:18	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
60	1517012	CRISTIANE NASCIMENTO DE MEDEIROS	12/11/2024 17:27:27	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
61	1517020	REGINA CELIA CARDOSO DOS SANTOS DE SOUZA	12/11/2024 17:30:45	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
62	1517043	VANDA GONCALVES DA SILVA GOMES	12/11/2024 17:36:51	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
63	1517046	LUCIMEIRE VIEIRA COSTA	12/11/2024 17:38:03	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
64	1517057	MARIA FLAVIA MARTINS SANTOS TAVARES	12/11/2024 17:40:54	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
65	1517078	FERNANDA LOPES DA SILVA	12/11/2024 17:43:44	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
66	1517156	SUDALEIF KAREN CORTE HONORATO	12/11/2024 17:56:41	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
67	1517202	LILIAN MARIA DE JESUS F ADORNO F MOLINER	12/11/2024 18:06:20	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
68	1517259	BRUNNA CRYSTINA CINTRA DE OLIVEIRA VAZ	12/11/2024 18:19:18	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
69	1517265	REJANE AGUIAR DE ALBUQUERQUE	12/11/2024 18:20:26	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
70	1517281	MARISTELA CARVALHO DOS SANTOS	12/11/2024 18:24:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
71	1517286	LEIKO TAMURA HAMACHI	12/11/2024 18:25:50	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
72	1517288	ELIETH APARECIDA DA SILVA SOARES	12/11/2024 18:26:24	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
73	1517303	DALIA LALESKA FILGUEIRA DA SILVA	12/11/2024 18:29:28	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
74	1517322	LUCILIA CAMPOS MACHADO	12/11/2024 18:34:14	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO

75	1517439	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	12/11/2024 19:00:25	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
76	1517448	MARIA JOSE DOMINGOS SOUSA	12/11/2024 19:02:04	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
77	1517471	ANA CLAUDIA DE BRITO PEIXOTO ALBERNAZ	12/11/2024 19:07:08	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
78	1517474	FILIPPE HENRIQUE RIBEIRO FARIA	12/11/2024 19:07:32	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
79	1517522	MARTA ALVES RABELO	12/11/2024 19:18:50	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
80	1517534	ZENILDE ARAUJO NEPUMUCENO BEZERRA	12/11/2024 19:20:47	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
81	1517612	HELENA COSTA TEIXEIRA	12/11/2024 19:35:34	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
82	1517619	RAYANE DE PAULO ALMEIDA	12/11/2024 19:36:32	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
83	1517637	MICHELLE AUGUSTA PEREIRA SALES	12/11/2024 19:40:34	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
84	1517672	KAROLINA HORTENCIA HONORATO DA SILVA	12/11/2024 19:46:37	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
85	1517689	JEIZIELY CRISTINA DA SILVA COSTA	12/11/2024 19:49:09	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
86	1517697	FRANCIELEN DE OLIVEIRA SILVA GUERRA	12/11/2024 19:50:16	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
87	1517717	VANUZA MATIAS DE SOUZA	12/11/2024 19:54:23	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
88	1517730	CLARICE MARTINS CARDOSO	12/11/2024 19:56:07	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
89	1517744	MARCO AURELIO ISAC DA SILVA DURAQ	12/11/2024 19:58:03	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
90	1517795	MARILIA ORTEGAL COSTA	12/11/2024 20:08:48	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
91	1517802	IVONETE TELES DE FRAGA FARIAS	12/11/2024 20:10:36	Téc. Enf. - Atenção	INABILITADO

				Primária	
92	1517861	NEUSA ANTUNES DA SILVA	12/11/2024 20:21:28	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
93	1517869	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS	12/11/2024 20:22:46	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
94	1517872	MARIA BONFIM DA SILVA SANTANA	12/11/2024 20:23:29	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
95	1517898	EVIANE SILVA LEÃO	12/11/2024 20:28:13	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
96	1517910	MARICELIA MARTINS SOARES	12/11/2024 20:30:12	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
97	1517914	VALDETE DIAS LOBO SILVA	12/11/2024 20:31:00	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
98	1517935	PAULA MAYARA DOS ANJOS	12/11/2024 20:35:26	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
99	1517936	ROBSON ANDRE FELICIANO DE LIMA	12/11/2024 20:35:32	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
100	1517938	MIRALVA AQUINO DE MELO	12/11/2024 20:35:47	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
101	1517959	MARINEIDE QUEIROZ DOS SANTOS	12/11/2024 20:37:38	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
102	1517974	JOANA PEREIRA DE SOUZA	12/11/2024 20:40:09	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
103	1518047	GEANE OLIVEIRA FERREIRA	12/11/2024 20:53:15	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
104	1518067	AYLA NICOLE COSTA SANTOS	12/11/2024 20:58:42	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
105	1518094	MARIA EVANGELISTA MIRANDA	12/11/2024 21:03:12	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
106	1518159	FERNANDA RIBEIRO DA SILVA REIS	12/11/2024 21:12:16	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
107	1518182	ELIAS CARDOSO PEREIRA	12/11/2024 21:14:46	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO

108	1518215	LUCAS DARBOUX RIBEIRO	12/11/2024 21:18:26	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
109	1518223	WALQUIRIA AGUIAR DE ALBUQUERQUE SANTANA	12/11/2024 21:19:37	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
110	1518226	ANALIA MARIA DOS SANTOS SILVA	12/11/2024 21:20:08	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
111	1518260	MARCIONILDE DOS SANTOS SILVA FERNANDES	12/11/2024 21:27:27	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
112	1518281	NILVANDA APARECIDA ALVES TAVARES	12/11/2024 21:30:38	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
113	1518296	JHESSER GABRIEL FABINO COELHO VIEIRA	12/11/2024 21:33:48	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
114	1518314	ANDRESSA DA SILVA BERNARDES VIANA	12/11/2024 21:36:26	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
115	1518321	IVONISA SILVA GOMES DE CASTRO	12/11/2024 21:37:50	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
116	1518410	HIGOR VICTOR ALVES SOBRAL	12/11/2024 21:53:40	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
117	1518466	ELZINEA MOREIRA DOS SANTOS ALMEIDA	12/11/2024 22:02:57	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
118	1518504	ANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	12/11/2024 22:10:20	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
119	1518505	PATRICIA BORGES DA SILVA	12/11/2024 22:10:32	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
120	1518596	SIZUÊ BANDEIRA DE ARAÚJO	12/11/2024 22:29:36	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
121	1518629	FERNANDA GONÇALVES DE JESUS	12/11/2024 22:35:35	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO
122	1518795	ELISANGELA FERREIRA DE SOUSA OLIVEIRA	12/11/2024 23:15:49	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
123	1518816	MARIA IRISLENE COSTA TEIXEIRA	12/11/2024 23:21:56	Téc. Enf. - Atenção Primária	INABILITADO
124	1518875	KELLY ADRIELY SILVA	12/11/2024 23:36:39	Téc. Enf. - Atenção	HABILITADO

				Primária	
125	1518931	ANA CAROLINE PEREIRA DUTRA	12/11/2024 23:54:58	Téc. Enf. - Atenção Primária	HABILITADO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO – PERÍODO DE 13/11/2024 - 0:00HS A 13/11/2024 - 13:59HS					
Nº	PROCESSO	PROPONENTE/SOLICITANTE	ABERTURA (DATA/HORÁRIO)	PROFISSÃO	CONDIÇÃO
1	1518981	MARIA CLEOMARA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	13/11/2024 00:11:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
2	1519007	NEUMA TAVARES DE SOUZA	13/11/2024 00:20:33	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
3	1519009	JOSY ELLEN PEIXOTO DE LIMA	13/11/2024 00:20:52	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
4	1519059	AMANDA EVELYN SOUZA ARAUJO	13/11/2024 00:50:18	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
5	1519116	MARIA HELENA DE MORAIS SILVA	13/11/2024 01:33:18	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
6	1519132	OSMIRENE GOMES DA SILVA	13/11/2024 01:50:38	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
7	1519171	PRISCILLA MONT SERRAT PIMENTEL FERNANDES	13/11/2024 03:12:58	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
8	1519199	VIVIANE SOARES VALENTE GUIMARAES	13/11/2024 05:20:14	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
9	1519230	MARIA DELANIA PEREIRA LIBERAL BUENO	13/11/2024 06:13:22	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
10	1519232	KATIUSE ROSA DOS SANTOS	13/11/2024 06:19:03	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
11	1519245	MARIA BOMFIM FERREIRA DOS SANTOS	13/11/2024 06:51:23	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
12	1519384	FRANCIELLY MIRANDA ANDRADE	13/11/2024 07:57:47	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
13	1519408	THAISSA NONATA ALVES DO NASCIMENTO MATIAS	13/11/2024 08:05:50	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
14	1519507	MARIA CAROLINA LOPIS	13/11/2024 08:29:34	Téc. Enf. - Imunização -	INABILITADO

				Matutino	
15	1519527	KEILA FERREIRA DOS SANTOS	13/11/2024 08:33:53	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
16	1519639	ROSEANE ALVES SILVA	13/11/2024 08:56:28	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
17	1519787	ADRIANA ROSA DE OLIVEIRA	13/11/2024 09:21:01	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
18	1519822	ISABELLA CARVALHO DE OLIVEIRA	13/11/2024 09:27:05	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
19	1519842	PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO ROCHA	13/11/2024 09:29:05	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
20	1519849	JHENNYEPHER SOUSA COSTA	13/11/2024 09:29:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
21	1519914	CAROLINE RIBEIRO MOURA	13/11/2024 09:40:58	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
22	1519967	CÉLIA APARECIDA DA SILVA	13/11/2024 09:49:30	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
23	1519980	SARA DAYANE LEITE MANZO	13/11/2024 09:50:41	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
24	1520116	MARIA MADALENA LEAL COSTA	13/11/2024 10:11:21	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
25	1520121	CARLA GRAZIELE SANTOS DA GRAÇA	13/11/2024 10:12:19	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
26	1520164	EURIPEDES JOSE MARTINS	13/11/2024 10:20:20	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
27	1520199	MARCIA ANTONIA DA SERRA	13/11/2024 10:24:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
28	1520204	MARISTELA CARDOSO DOS SANTOS SANTANA	13/11/2024 10:25:16	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
29	1520270	KELLY RODRIGUES RIBEIRO	13/11/2024 10:36:19	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
30	1520283	MARIA PASCOALINA FERREIRA DE MENEZES	13/11/2024 10:37:43	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO

31	1520307	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	13/11/2024 10:41:40	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
32	1520415	JOAO HENRIQUE BARROS DA SILVA	13/11/2024 10:58:30	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
33	1520439	VANIA DOS SANTOS COSTA	13/11/2024 11:00:54	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
34	1520479	BRUNA NABIA ALMEIDA ROCHA	13/11/2024 11:06:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
35	1520484	LUCIMAR ADAO ALVES	13/11/2024 11:07:21	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
36	1520524	GLAUCYENE SILVA ARAÚJO	13/11/2024 11:12:57	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
37	1520554	SOLANGE FERREIRA MACHADO	13/11/2024 11:18:00	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
38	1520615	FLAVIANA RODRIGUES DIMAS MENDONÇA	13/11/2024 11:28:36	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
39	1520627	LUCIENE LUIZA XAVIER DOS SANTOS	13/11/2024 11:30:07	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
40	1520634	SUELY NEVES SILVA	13/11/2024 11:30:42	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
41	1520684	KATHLEEN MIKAELLY MARQUES FERREIRA ARAUJO	13/11/2024 11:36:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
42	1520723	ROBSOM ALVES RAMOS	13/11/2024 11:41:12	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
43	1520730	JOZIELDA CARVALHO DE SÁ SANTOS	13/11/2024 11:42:33	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
44	1520800	NAGELA NAYARA MOTA MENDES	13/11/2024 11:51:55	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
45	1520828	AMANDA CAROLINE MORAES DE SOUZA	13/11/2024 11:55:44	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
46	1520895	RAFAELA MOREIRA DE SOUZA LIMA	13/11/2024 12:07:40	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
47	1520915	GISLANY ALVES SOUZA	13/11/2024 12:12:11	Téc. Enf. - Imunização -	HABILITADO

				Vespertino	
48	1521030	STEFFANY MOREIRA GUEDES SOUSA	13/11/2024 12:29:02	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
49	1521089	FABIANA FLORAMBEL RODRIGUES	13/11/2024 12:37:06	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
50	1521090	KARLA MARIA ETERNA DE MORAES	13/11/2024 12:37:36	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
51	1521169	NAYARA RODRIGUES DOS SANTOS	13/11/2024 12:49:08	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
52	1521291	JANNE CLESSIA MAGALHAES MORAIS GARCIA	13/11/2024 13:09:31	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
53	1521299	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	13/11/2024 13:11:32	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
54	1521319	GISELEA FERREIRA COSTA	13/11/2024 13:14:28	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
55	1521358	GESSIKA RALI BORGES DA SILVA	13/11/2024 13:19:20	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
56	1521379	ELETICIA ELICIA SABINA DOS SANTOS	13/11/2024 13:20:58	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
57	1521414	JAILMA ALANY CAVALCANTE RODRIGUES	13/11/2024 13:25:37	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
58	1521455	ROSIMEIRE DE JESUS OLIVEIRA	13/11/2024 13:30:28	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
59	1521504	JARIS DA SILVA PEREIRA	13/11/2024 13:34:50	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
60	1521515	RAYRA MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA	13/11/2024 13:36:11	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
61	1521531	KELLY SILVA ALMEIDA	13/11/2024 13:37:46	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
62	1521545	THAIS ALVES DE QUEIROZ	13/11/2024 13:38:44	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
63	1521631	ALINE LEONCIO MATIAS VIEIRA	13/11/2024 13:48:41	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO

64	1521648	ANA MARIA AGUIAR ALBUQUERQUE DA SILVA	13/11/2024 13:50:37	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	HABILITADO
65	1521658	REGIANE DE JESUS DA SILVA BATISTA	13/11/2024 13:51:53	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO
66	1521682	NINIANE DOS SANTOS SOUZA	13/11/2024 13:53:53	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	INABILITADO
67	1521700	IZA CRISTINA OLIVEIRA MAGALHAES CORDEIRO	13/11/2024 13:55:24	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
68	1521707	EULINA FERNANDES PEREIRA	13/11/2024 13:56:19	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino	HABILITADO
69	1521721	RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA	13/11/2024 13:57:10	Téc. Enf. - Imunização - Matutino	INABILITADO

Goiânia, data da assinatura eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**,
Secretário Municipal de Saúde, em 02/09/2025, às 11:20, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7864571 e o código CRC **A682FBC0**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000018398-3

SEI Nº 7864571v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Geral

DESPACHO Nº 3694/2025

Processo SEI: 25.29.000018398-3

Assunto: Edital Chamamento Público

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidos pela Portaria nº 121/2023-GS, em atenção ao artigo 2º da referida Portaria, torna público a relação de profissionais habilitados para credenciamento como prestadores de serviço, pessoa física, de forma complementar.

Nº	NOME	CPF	PROCEDIMENTO
1	HOCELIA OLIVEIRA DO BONFIM QUINTINO	895.677.221-53	Téc. Enf. - Atenção Primária
2	SAMARA IZIDIO DE OLIVEIRA	050.703.771-59	Téc. Enf. - Atenção Primária
3	ANA PAULA GONÇALVES DA SILVA	753.712.861-87	Téc. Enf. - Atenção Primária
4	LUCIENE ALVES DE OLIVEIRA	852.861.171-04	Téc. Enf. - Atenção Primária
5	SIMONE BRITO ROCHA	556.956.471-34	Téc. Enf. - Atenção Primária
6	IRAENE DOS REIS ALVES	937.216.761-49	Téc. Enf. - Atenção Primária
7	IANKA SAHIRA CORDEIRO DE OLIVEIRA	074.604.765-79	Téc. Enf. - Atenção Primária
8	REGINA CARVALHO DA SILVA	001.786.253-10	Téc. Enf. - Atenção Primária
9	JANICE DE JESUS SANTOS	004.747.011-90	Téc. Enf. - Atenção Primária
10	GESSICA FERREIRA FERNANDES	024.625.681-82	Téc. Enf. - Atenção Primária
11	THAIRYNE FERREIRA FARIAS MONTEIRO	083.622.291-10	Téc. Enf. - Atenção Primária
12	FERNANDA MIRANDA GOMES	971.600.402-87	Téc. Enf. - Atenção Primária
13	DILEUSA BONFIM DA COSTA	002.009.551-10	Téc. Enf. - Atenção Primária

14	ERIKA WANESSA CARVALHO DOS SANTOS	026.423.161-90	Téc. Enf. - Atenção Primária
15	MARIA FRANCISCA PAULINO DA SILVA MOUSINHO	006.805.491-29	Téc. Enf. - Atenção Primária
16	ANA CAROLINA PEREIRA DE JESUS	404.287.468-10	Téc. Enf. - Atenção Primária
17	MARIA HELENA DA SILVA SOUSA	809.124.431-20	Téc. Enf. - Atenção Primária
18	TAYNAH BORGES FERREIRA	004.341.302-14	Téc. Enf. - Atenção Primária
19	CRISTIANE NASCIMENTO DE MEDEIROS	700.166.981-42	Téc. Enf. - Atenção Primária
20	BRUNNA CRYSTINA CINTRA DE OLIVEIRA VAZ	754.560.601-91	Téc. Enf. - Atenção Primária
21	REJANE AGUIAR DE ALBUQUERQUE	700.422.251-91	Téc. Enf. - Atenção Primária
22	DALIA LALESKA FILGUEIRA DA SILVA	700.428.401-80	Téc. Enf. - Atenção Primária
23	MARTA ALVES RABELO	359.650.101-68	Téc. Enf. - Atenção Primária
24	RAYANE DE PAULO ALMEIDA	011.597.331-12	Téc. Enf. - Atenção Primária
25	FRANCIELEN DE OLIVEIRA SILVA GUERRA	035.942.001-08	Téc. Enf. - Atenção Primária
26	VANUZA MATIAS DE SOUZA	004.198.191-00	Téc. Enf. - Atenção Primária
27	MARIA BONFIM DA SILVA SANTANA	707.742.772-20	Téc. Enf. - Atenção Primária
28	MARICELIA MARTINS SOARES	781.761.403-25	Téc. Enf. - Atenção Primária
29	VALDETE DIAS LOBO SILVA	523.731.851-72	Téc. Enf. - Atenção Primária
30	JOANA PEREIRA DE SOUZA	455.901.501-59	Téc. Enf. - Atenção Primária
31	MARIA EVANGELISTA MIRANDA	936.803.681-00	Téc. Enf. - Atenção Primária
32	FERNANDA RIBEIRO DA SILVA REIS	041.098.311-05	Téc. Enf. - Atenção Primária
33	ELIAS CARDOSO PEREIRA	020.462.121-69	Téc. Enf. - Atenção Primária
34	NILVANDA APARECIDA ALVES TAVARES	787.114.791-91	Téc. Enf. - Atenção Primária
35	IVONISA SILVA GOMES DE CASTRO	037.607.633-08	Téc. Enf. - Atenção Primária
36	ANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	703.240.251-81	Téc. Enf. - Atenção Primária

37	PATRICIA BORGES DA SILVA	002.134.431-04	Téc. Enf. - Atenção Primária
38	FERNANDA GONÇALVES DE JESUS	022.809.021-09	Téc. Enf. - Atenção Primária
39	KELLY ADRIELY SILVA	042.376.441-11	Téc. Enf. - Atenção Primária
40	ANA CAROLINE PEREIRA DUTRA	044.284.091-84	Téc. Enf. - Atenção Primária
41	MARIA CLEOMARA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	708.754.561-20	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
42	NEUMA TAVARES DE SOUZA	802.915.621-91	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
43	JOSY ELLEN PEIXOTO DE LIMA	018.611.801-52	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
44	MARIA HELENA DE MORAIS SILVA	662.139.833-68	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
45	OSMIRENE GOMES DA SILVA	585.413.652-04	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
46	PRISCILLA MONT SERRAT PIMENTEL FERNANDES	034.079.651-09	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
47	VIVIANE SOARES VALENTE GUIMARAES	920.816.811-53	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
48	MARIA DELANIA PEREIRA LIBERAL BUENO	863.925.221-15	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
49	ROSEANE ALVES SILVA	013.024.992-03	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
50	ADRIANA ROSA DE OLIVEIRA	999.628.701-78	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
51	PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO ROCHA	591.869.681-49	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
52	CAROLINE RIBEIRO MOURA	033.921.881-90	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
53	SARA DAYANE LEITE MANZO	026.034.571-79	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
54	MARIA MADALENA LEAL COSTA	792.913.251-04	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino

55	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	018.437.941-52	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
56	LUCIMAR ADAO ALVES	001.573.161-81	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
57	GLAUCYENE SILVA ARAÚJO	738.618.551-00	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
58	SOLANGE FERREIRA MACHADO	533.203.791-00	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
59	FLAVIANA RODRIGUES DIMAS MENDONÇA	015.937.051-58	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
60	KATHLEEN MIKAELLY MARQUES FERREIRA ARAUJO	703.835.741-70	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
61	JOZIELDA CARVALHO DE SÁ SANTOS	011.841.463-14	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
62	AMANDA CAROLINE MORAES DE SOUZA	041.919.151-85	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
63	RAFAELA MOREIRA DE SOUZA LIMA	107.434.776-50	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
64	GISLANY ALVES SOUZA	041.083.041-01	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
65	STEFFANY MOREIRA GUEDES SOUSA	030.466.141-44	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
66	KARLA MARIA ETERNA DE MORAES	038.912.821-09	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
67	JANNE CLESSIA MAGALHAES MORAIS GARCIA	701.329.831-09	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
68	EURIDES NOVAIS DA SILVA CAVALCANTE	018.437.941-52	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
69	ELETICIA ELICIA SABINA DOS SANTOS	694.140.681-04	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
70	JAILMA ALANY CAVALCANTE RODRIGUES	115.590.534-29	Téc. Enf. - Imunização - Matutino

71	RAYRA MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA	095.222.114-43	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
72	ALINE LEONCIO MATIAS VIEIRA	034.522.881-29	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
73	ANA MARIA AGUIAR ALBUQUERQUE DA SILVA	802.166.251-49	Téc. Enf. - Imunização - Matutino
74	IZA CRISTINA OLIVEIRA MAGALHAES CORDEIRO	044.578.393-10	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino
75	EULINA FERNANDES PEREIRA	276.179.391-91	Téc. Enf. - Imunização - Vespertino

OBS: Os profissionais deverão acessar site

<https://agendamento.goiania.go.gov.br/agendamento/#/home>, agendar o atendimento na Agência do Atende Fácil - Paço Municipal para assinatura do contrato, devendo apresentar todas as certidões exigidas no Edital, caso não estejam dentro da validade, bem como Certidão de dados Cadastrais do ISSQN e Comprovante de Conta Corrente no Banco Itaú.

Goiânia, data da assinatura eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, **Secretário Municipal de Saúde**, em 02/09/2025, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7864662** e o código CRC **6B578F2F**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000018398-3

SEI Nº 7864662v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 1538/2025

PROCESSO: 24.29.000042194-3

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Joas De Almeida Leite

FUNDAMENTO: O presente instrumento contratual tem por fundamento o art. 149 da Lei n. 14.133/21, bem como o decidido nos autos do proc. administrativo nº 24.29.000042194-3, conforme as orientações contidas no Parecer Referencial n. 362/2022 - PGM/PEAA e Despacho nº 300/2025.

OBJETO: O objeto negocial recebido pela administração consiste em locação de imóvel no período de **1º de setembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024**.

VALOR: Reconhece a ADMINISTRAÇÃO seu dever de indenizar o CONTRATADO no valor de **R\$ 6.488,04 (seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos)**, devidamente apurado na forma da cláusula anterior, decorrente da utilização do imóvel localizado na Rua Presidente Trujillo, quadra 02, lote 06, Jardim Presidente- Goiânia/GO, inscrição IPTU: 332.106.0052.0008, onde funciona a Residência Terapêutica Beija Flor II

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2025.2150.10.302.0094.2782.33909300.107

DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2025.

Luiz Gaspar Machado Pellizzer
Secretário Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 29/08/2025, às 22:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7833346** e o código CRC **A71FD497**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Cultura
Chefia da Advocacia Setorial

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E PROFISSIONAIS DE ARTE, CULTURA EM TODAS AS SUAS MANIFESTAÇÕES E LINGUAGENS 002/2025

A Secretaria Municipal de Cultura atua em Goiânia desenvolvendo projetos e ações que fortalecem a produção cultural em suas diferentes regiões. Dessa forma, oferece programações pautadas na diversidade de gêneros e estilos. Além disso, a SECULT faz uma transversalidade entre as diversas linhas de atuação no município (educação, lazer, saúde, assistência e etc.) e, nesse diálogo, materializa sua prática por meio da arte e da cultura, aliada ao estímulo da formação de plateia e a participação da população nas manifestações artísticas e culturais da cidade. Em suas atividades socioeducativas, artísticas e culturais realizadas e/ou apoiadas a SECULT busca conhecer as produções locais, incentivando-as por intermédio da contratação de artistas para suas programações.

A Prefeitura de Goiânia, através da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), torna público para conhecimento dos interessados o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para fins de **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA EM TODAS AS SUAS MANIFESTAÇÕES E LINGUAGENS**, a fim de uma possível prestação de serviços para atender a programação dos eventos, projetos e atividades artísticas e culturais realizadas e/ou apoiadas pela SECULT na cidade de Goiânia, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste o Credenciamento para fins de eventual contratação de serviços de artistas e/ou grupos artísticos das linguagens de Teatro, Dança, Circo, Música, Audiovisual, Artes Visuais, Literatura e Expressões Culturais da Tradição, visando a realização da programação dos eventos, artísticos e culturais, realizadas e/ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, conforme edital e seus anexos. A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com o Calendário de Eventos da Secretaria Municipal de Cultura, possibilitando a contratação de profissionais do campo das artes e da cultura de forma democrática, atendendo aos princípios da oportunidade, conveniência, legalidade, impessoalidade, isonomia e economicidade, nas seguintes vertentes.

2. LINGUAGENS

2.1. Artes Cênicas: apresentações de teatro, circo, dança, performances, intervenções, ações formativas, propostas de mediação e outras que se moldem nesse conceito.

2.2. Artes Visuais: ações formativas, propostas de mediação, nas mais diversas linguagens, tais como: pintura, desenho, gravura, fotografia, videoarte, escultura, instalação, arquitetura, web design, moda, arte digital, arte-educação, quadrinhos, cartoons, bordado, tecelagem, cerâmica, cestaria, colagem, azulejaria, animação, modelagem, vitral, xilogravura, tapeçaria, moda, decoração e outras que se moldem nesse conceito.

2.3. Audiovisual: propostas de licenciamento de curta, média e longa metragem, ações formativas e propostas de mediação e outras que se moldem nesse conceito.

2.4. Literatura: contação de histórias, leituras dramatizadas, saraus poéticos, propostas de mediação, performances literárias, recitais, ações formativas em escrita criativa, produção de texto, quadrinhos, rodas de leituras etc. e outras que se moldem nesse conceito.

2.4.1. Propostas para lançamento de livros, revistas, premiações, eventos particulares e afins, não serão contempladas com pagamento de cachê uma vez que se trata de parceria para incentivo artístico.

2.5. Música: concertos, recitais, shows, ações formativas, propostas de mediação e outros formatos de apresentações musicais.

2.5.1. Propostas para lançamento CD, DVD, vídeo clipe, premiações e eventos particulares não serão contempladas com pagamento de cachê uma vez que se trata de parceria para incentivo artístico.

3. EXPRESSÕES DA TRADIÇÃO

3.1. Expressões populares dos grupos de tradição, nas diferentes expressões artísticas: Grupos de Catiras, Quadrilhas Juninas, Congadas, Escolas de Samba, Blocos de carnaval e demais grupos tradicionais.

4. ARTE URBANA

4.1. Arte urbana e todas as manifestações artísticas realizadas nas ruas: grafites, Disk Jockey (DJ's), estátuas vivas, cantor ou grupo de RAP, Breakdance, B-boy e B-Girl.

5. OPERACIONAL E LOGÍSTICA

5.1. Suporte técnico, operacional e de logística aos eventos - espetáculos, shows e exposições, cuja atuação é fundamental para a qualidade estética das obras, tais como: Produtor Geral, Produtor Executivo Auxiliar de Produção, Diretor de Palco, Diretor de Cena, Diretor de Camarim, Curadores, Contrarregistas, Roldies, Cenógrafos, Iluminador Cênico e Sonotécnico.

6. DAS CATEGORIAS

6.1. Ações Formativas: Consiste em propostas que contemplem atividades de caráter arte educativo, que promovam o conhecimento em diferentes campos da arte e da cultura, tais como cursos, oficinas, palestras, workshops, mediações entre outros.

6.1.1. No ato da inscrição, o(a) proponente deverá enviar ementa, plano de aula ou programação da atividade proposta, de acordo com o formato.

6.2. Apresentações: Consiste em propostas de produtos artísticos e culturais, apresentações tais como espetáculos cênicos, shows musicais, exposições, exibições, leituras dramáticas, performances, contação de histórias, declamações, saraus poéticos, entre outros.

6.2.1. No ato da inscrição, o proponente deverá enviar release do espetáculo/apresentação e portfólio artístico do artista/grupo.

7. DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

7.1 Todas as ações inscritas deverão ter classificação indicativa Livre para todos os públicos.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar do Credenciamento profissionais cujo ramo de atividade (código da atividade econômica registrada) seja compatível e pertinente ao objeto da prestação de serviços deste regulamento, que se inscreverem e comprovarem estar habilitadas a prestar os serviços, conforme requisitos exigidos neste instrumento de Chamamento/credenciamento, concordando que os valores propostos neste edital são referenciais de valores máximos, uma vez que deverão ser negociados considerando características e orçamento de cada projeto/ação, e podem ser:

8.1.1. Pessoa Física maior de 18 anos;

8.1.2. Pessoas jurídicas (inclusive MEI e associações), com CNPJ inscritos em Goiânia.

8.2. Não poderão participar do presente credenciamento:

8.2.1. Membros da Comissão de Seleção;

8.2.2. Empregados, terceirizados, ocupantes de cargos comissionados ou estagiários da SECULT;

8.2.3. Cada proponente credenciado poderá se inscrever em diversos eventos de sua área de atuação, no entanto será aceito a inscrição de apenas uma (01) atração/atividade artística e cultural por cada evento.

8.2.4. É assegurado o direito ao pleito das vagas a qualquer interessado que preencha as exigências estabelecidas neste Edital, vedada à cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

8.2.5. Não será admitida a participação de pessoas físicas e jurídicas que estejam suspensas temporariamente de participar ou de licitar com a Administração Pública Municipal.

9. FORMAS DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

9.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetivadas somente pela internet, por meio do preenchimento de formulário on-line, disponível no site: <https://www.goiania.go.gov.br/SECULT/credenciamento/>.

9.2. Ao acessar o site, o interessado encontrará um formulário de inscrição que deverá ser integralmente preenchido, indicando qual (quais) categoria(s) tem interesse em concorrer.

9.3. O proponente pode se inscrever em diferentes categorias, desde que apresente condições técnicas para tais.

9.4. A qualquer tempo, novos artistas interessados, que preencham aos requisitos do edital, poderão participar do Credenciamento e serem contratados pela Administração Pública.

10. DAS INSCRIÇÕES

10.1. Inscrições abertas a partir de **03/09/2025**;

10.2. As inscrições poderão ser realizadas ininterruptamente, enquanto este edital estiver válido;

10.3. O resultado da análise das inscrições do mês vigente será divulgado na página eletrônica da SECULT até o dia 10 (dez) do mês subsequente, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

11. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

11.1. Pessoa Física:

- a. Cópia do RG e CPF (frente e verso) ou CNH;
- b. Portfólio/Currículo artístico;
- c. Clipping (notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação com recortes que comprovem a atuação profissional);
- d. Comprovante de endereço atualizado (90 dias). Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, conforme modelo – Anexo V.

11.2. Pessoa Jurídica:

- a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b. Cópia do CPF do representante legal;
- c. Cópia da cédula de identidade civil do representante legal;
- d. Comprovante de endereço atualizado (90 dias). Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, conforme modelo - Anexo V;
- e. Comprovante de situação cadastral junto a Receita Federal (CNPJ);
- f. Certidão negativa de débitos municipais;
- g. Certidão negativa de tributos estaduais;
- h. Certidão negativa de tributos federais;
- i. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- j. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- k. Declaração de representação – Anexo III (exceto quando o licitante está representando a si próprio como artista individual).
- l. Declaração de não vínculo – Anexo IV;
- m. Termo de adesão ao credenciamento – Anexo II;
- n. Termo de autorização de imagem, vídeo e som - Anexo I.

11.3. Não serão aceitas propostas recebidas via e-mail ou material físico, somente via formulário on- line de credenciamento.

11.4. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas, condições do Edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

11.5. Serão desconsideradas as propostas incompletas.

11.6. As fotos deverão ser disponibilizadas por meio das plataformas de armazenamento, exemplo: *Flickr, Google Photos, OneDrive, Google Drive* ou *Dropbox*. Os vídeos deverão ser disponibilizados por meio do *Youtube* ou *Vimeo*. Todos os arquivos (fotos e vídeos) deverão ser disponibilizados e compartilhados no modo público ou com URL de acesso direto.

11.7. É de responsabilidade do(a) proponente garantir o acesso às pastas compartilhadas, sob pena de desclassificação caso o conteúdo esteja bloqueado para acesso dos avaliadores. Não serão aceitos links de armazenamento temporário (como *Wetransfer, Sendspace* e similares).

12. DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA ARTÍSTICA

12.1. A avaliação da(s) propostas seguirá os seguintes critérios, quando necessário, alternado ou conjuntamente:

- a. Relevância para o segmento contratado: premiações, reconhecimentos e presença cultural na região;
- b. Criatividade e originalidade, tais como produção autoral, inovação técnica e artística;
- c. Clareza na apresentação da proposta;
- d. Coerência e relevância das propostas;
- e. Adequação à identidade institucional: afinidade com os valores, diretrizes e Política Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

12.2. As propostas serão avaliadas e selecionadas pela Comissão de Seleção, composta por membros nomeados por Portaria de designação emitida pelo Secretário Municipal de Cultura e publicada no Diário Oficial do Município – DOM.

12.3. O critério para avaliação dos candidatos a trabalhadores em arte, tais como: produtor geral, produtor executivo, auxiliares de produção, diretor de palco, diretor de cena, diretor de camarim, curadores, contrarregistas, roldies, cenógrafos, iluminador cênico e sonotécnico será restrito a comprovação curricular efetiva no exercício destas funções.

12.4. A Secretaria Municipal de Cultura, somente realizará o cadastro de propostas e/ou proponentes que após a análise técnica, ter comprovado que atenderam os requisitos mínimos.

12.5. Serão credenciados os interessados que se encontrem em situação regular, constatada com a apresentação da documentação exigida, além de atenderem a todas as exigências deste Edital.

12.6. A participação no presente Chamamento/Credenciamento não pressupõe garantia de contratação para as atividades da Secretaria Municipal de Cultura uma vez que o Chamamento/Credenciamento é um banco de propostas para consulta da equipe programática no processo de composição da programação da instituição, ficando esta programação condicionada à conveniência e oportunidade da SECULT, bem como de previsão orçamentária.

12.7. A Vigência do credenciamento será de até 12 meses após a publicação do edital, podendo ser prorrogado por, no máximo igual período, durante o qual os credenciados poderão ser convocados, conforme demanda.

13. DOS RESULTADOS E PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

13.1. Após conferência da documentação, e curadoria das propostas artísticas, será publicado o resultado preliminar com as propostas aprovadas, por meio da página eletrônica oficial da Secretaria Municipal de Cultura.

13.2. O interessado que se julgar prejudicado poderá interpor recursos dirigidos à comissão de avaliação da SECULT, por escrito, conforme modelo no anexo VI, no prazo de (05) cinco dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do resultado, direcionado ao e-mail eventosgyn.SECULT@gmail.com.

13.3. A comissão de avaliação e seleção fará o julgamento dos pedidos de recurso e, em casos que considere procedentes, realizará a reavaliação das propostas.

13.4. O resultado do recurso será divulgado na página eletrônica do SECULT, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

13.5. A gestão do credenciamento, bem como a convocação dos artistas individuais, grupos artísticos e todos aqueles que constam no item 1 que forem selecionados, dar-se-á de acordo com as necessidades, metas, a disponibilidade financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura.

13.6. A contratação dos credenciados será realizada por meio de Instrumento Particular de Prestação de Serviços - Contrato, sem vínculo empregatício.

13.7. O ato de convocação se dará por e-mail ou outro meio que o SECULT entender apto e conterà, resumidamente, o objeto, quantidade de apresentações, local(ais) da(s) prestação(ões) do(s) serviço(s), valor da contratação etc.

13.8. O convocado que não apresentar a documentação equivalente de prestação de serviços no prazo estipulado decairá do direito de prestar o serviço, independentemente de notificação.

13.9. A execução do trabalho somente será autorizada após a emissão do contrato ou documento equivalente em conformidade com suas cláusulas.

13.10. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Contrato de Prestação de Serviço ou documento equivalente.

13.11. As despesas decorrentes da execução do Contrato de Prestação de Serviços ou documento equivalente correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Cultura.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Este Edital poderá ser impugnado em até 2 (dois) dias úteis, a partir da data de publicação.

15. DO VALOR

15.1. O pagamento para as contratações listadas nesse edital, será subsidiado pelo Fundo de Apoio à Cultura, para o exercício de 2025/2026.

15.2. O valor do edital para o exercício de 2025 é de acordo com a seguinte dotação orçamentária:

2025.2050.13.92.0074.2746.33903900.100 585 STN: 1500 0000

15.3. O valor total estimado deste edital é de R\$ 640.840,00 (seiscentos e quarenta mil oitocentos e quarenta reais).

15.4. O valor destinado para o exercício de 2026, ocorrerá de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Para fins deste credenciamento, os valores do serviço/cachê serão baseados de acordo conforme a Tabela de valores (Anexo VII) vigente ao tempo de contratação, considerando o número de integrantes e demais condições.

16.2. As despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação são de inteira responsabilidade do artista contratado.

16.3. As condições de pagamento serão previstas no Contrato de Prestação de Serviços, considerando as especificidades do serviço artístico, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse público.

16.4. Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal e prestação de contas (relatório e registro fotográfico) comprovando o cumprimento do contrato.

16.5. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o mesmo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

16.6. Da remuneração (conforme tabela de valores referenciais máximos) serão deduzidos os impostos devidos legalmente, sendo:

- a. Pagamentos às pessoas físicas sofrerão os descontos previstos na legislação em vigor.
- b. Pagamentos às Pessoas Jurídicas não estão isentos de tributação, devendo ser observados impostos incidentes sobre serviços prestados.

16.7. Os valores estipulados por cachê/prestação de serviços correspondem à realização completa da atividade contratada.

16.8. No caso de não cumprimento das condições estabelecidas no contrato, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o contrato de prestação de serviços será considerado não executado.

16.9. As condições de pagamento serão previstas no Contrato de Prestação de Serviços ou documento equivalente, considerando as especificidades do serviço artístico, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse da SECULT e sua programação/plano de trabalho.

16.10. Os pagamentos serão efetuados somente através de crédito em conta bancária, após a apresentação de todos os documentos solicitados e da realização dos serviços contratados, no prazo estipulado em contrato.

16.11. O pagamento dos Contratados será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrega da Nota Fiscal. Sendo que a nota fiscal deverá ser emitida até o dia 20 do mês da execução da atividade, após esse período poderá ser emitida somente a partir do dia 01 do próximo mês. A emissão da nota fiscal deverá ser feita somente após a realização da ação.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O artista contratado será responsabilizado administrativamente, de acordo com os termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, nos seguintes termos:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções descritas no Art. 156 da Lei 14.133/2021.

18. DA RESCISÃO

18.1. A inexecução do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais consequências previstas no instrumento contratual e na Lei Federal nº. 14.133/2021.

18.2. A rescisão poderá ser determinada, unilateralmente pela Administração Pública nos termos art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. A rescisão do Contrato de Prestação de Serviços ensejará o descredenciamento.

19. DO DESCREDECIMENTO

19.1. Constituem hipóteses de descredenciamento, quando:

- a. Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontam princípios constitucionais;
- b. Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- c. Contratado que der causa à rescisão do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Secretaria da Cultura - SECULT;
- d. Por vontade própria do artista, que deverá solicitar o descredenciamento, devendo, a requisição ser confeccionada a próprio punho e enviada ao e-mail secult@goiania.go.gov.br.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

20.1. Os artistas habilitados e que firmaram contrato de prestação de serviços deverão cumprir rigorosamente, as seguintes normas:

- a. Cumprir rigorosamente os prazos para prestação do serviço;
- b. Apresentar-se de acordo com o estilo e proposta inscrita;
- c. Cumprir na íntegra a proposta artística credenciada e/ou apresentada no ato da contratação, respeitando o enredo, ementa, carga horária, tempo de duração, cenário, *rider* técnico, etc., de acordo com a característica de cada serviço;
- d. Disponibilizar *rider* de som, luz e mapa de palco, quando solicitado pela equipe da SECULT;
- e. Apresentar-se com o número de integrantes informados na proposta credenciada;
- f. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, os documentos apresentados devidamente atualizados;
- g. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar a SECULT ou a terceiros;
- h. Responsabilizar-se pelo deslocamento seu e dos demais membros de sua ficha técnica até o local da apresentação com antecedência necessária para cumprimento do cronograma;
- i. Comparecer no local do evento com antecedência para montagem, ajustes técnicos e passagem de som, conforme definido no Pedido ao Fornecedor;
- j. Garantir que o serviço seja executado sem atrasos e/ou interrupções devido à montagem de cenário, à passagem de som e luz ou a quaisquer outras necessidades técnicas;
- k. Cumprir as regras de ocupação dos espaços (teatro, cinema, camarins, galeria de artes, etc.);
- l. Incluir em suas ações de divulgação, quaisquer que sejam, créditos à SECULT, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas, bem como, citar verbalmente no dia do evento e nas entrevistas à imprensa.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas, condições do Edital e de seus Anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicadas, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

21.2. A Secretaria Municipal de Cultura se reserva ao direito de cancelar, prorrogar, adiar, unilateralmente o presente edital, não cabendo quaisquer direitos, vantagens ou reclamações sejam a que título for independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a assista a quem quer que seja qualquer direito à reclamação ou à indenização.

21.3. Não será permitida a disseminação de conteúdo racista, preconceituoso, homofóbico, misógino, xenofóbico, de natureza pejorativa ou repudiável, ilegal ou de nudez explícita ou erótica, bem como discurso de ódio e discurso político, ou qualquer meio de expressão (visual, verbal, sensorial, literário ou similares) que afetem negativamente a dignidade da pessoa humana, tanto como sociedade como quanto minoria.

21.4. O credenciamento concede a SECULT o direito de utilizar em peças de divulgação dos eventos, as fichas técnicas, fotografias e toda documentação apresentada no ato da inscrição, conforme ANEXO I.

21.5. É facultado a SECULT, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.5.1. As solicitações de esclarecimentos deverão ser atendidas pelo interessado no credenciamento no prazo estabelecido pela SECULT, sob pena de descredenciamento.

21.6. Todas as informações do presente Chamamento, tais como erratas, adendos, julgamentos, recursos, resultados e outros estarão disponíveis na página eletrônica oficial da Secretaria Municipal de Cultura.

21.7. O interessado no Chamamento/Credenciamento, obrigatoriamente, deve acompanhar todas as informações deste, conforme as orientações do item anterior, eximindo-se a Secretaria Municipal de Cultura da responsabilidade de qualquer alegação de desconhecimento.

21.8. Os equipamentos, materiais e instrumentos de uso pessoal serão de responsabilidade dos artistas selecionados. A Secretaria Municipal de Cultura não se responsabilizará em caso de perda, dano ou extravio.

21.9. O Credenciamento Artístico não constitui direito a assinatura do contrato, sendo mera expectativa de direito.

21.10. Ao contratado, o profissional cadastrado, autoriza a Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia a utilizar em peças de divulgação do projeto: fichas técnicas, fotografia e áudio dos materiais de inscrição, sem quaisquer custos adicionais.

21.10.1. Consideram-se peças de divulgação: vídeos, relatórios, catálogos e demais produtos resultantes do projeto.

21.10.2. O material de divulgação produzido ou disponibilizado para os eventos, bem como os registros das apresentações (em foto, vídeo e áudio) ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia como material institucional, sem qualquer custo adicional, por prazo indeterminado.

21.11. O presente Edital e respectivos anexos estará disponível na página da SECULT no site da Prefeitura de Goiânia – www.goiania.go.gov.br/SECULT.

21.12. Este edital possui 08 (oito) anexos:

- a. Anexo I - Termo de Autorização de Imagem, Vídeo e Som;
- b. Anexo II – Requerimento de Inscrição;
- c. Anexo III - Declaração de Representação;
- d. Anexo IV - Declaração de Não Vínculo;
- e. Anexo V - Declaração de Residência;
- f. Anexo VI - Requerimento para Interposição de Recurso;
- g. Anexo VII – Tabela Referencial de Valores;
- h. Anexo VIII – Minuta de Contrato.

21.13. Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Cultura da cidade de Goiânia.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CULTURA, aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2025.

Uugton Batista da Silva
Secretário Municipal de Cultura

ANEXO I
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, VÍDEO E SOM

À Secretaria Municipal de Cultura – SECULT,

Eu, _____, nacionalidade, _____ estado civil, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à _____, AUTORIZO a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Goiânia, a gravar em vídeo, gravar em áudio, fotografar e veicular minha imagem, som e depoimentos em quaisquer mídias que venham a ser produzidas para este projeto sem ônus e restrições.

Esta autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens, vídeos e registros sonoros acima mencionados em todo o território nacional e internacional.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, a cessão dos direitos autorais de veiculação das imagens, vídeos e registros sonoros, sem que haja qualquer tipo de remuneração ou compensação financeira.

Além disso, concedo o direito de utilizar em peças de divulgação dos eventos, as fichas técnicas, fotografias e toda documentação apresentada no ato da inscrição do credenciamento.

Este termo é válido por tempo indeterminado, desde a data de sua assinatura, estando eu ciente de que a revogação da presente autorização deverá ser feita por escrito, não tendo efeitos retroativos sobre usos já realizados.

Goiânia, ____ de _____ de 2025

Assinatura

ANEXO II
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À Secretaria Municipal de Cultura – SECULT,

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, nos termos do Chamamento Público para Credenciamento de Artistas e Profissionais de Arte e Cultura **2025**.

Nome do Profissional/Artista/Grupo:

RG (representante legal):

CPF (representante legal):

Endereço:

CEP:

E-mail:

Telefone (fixo):

Celular (62)

Cidade: Goiânia Estado: Goiás.

Serviço que pretende credenciamento (descrever abaixo ou em relação):

Profissional Responsável

RG: _____ CPF: _____

Declaro estar ciente das condições estabelecidas no Edital, inclusive quanto ao cachê. Declaro ainda, ter conhecimento de que a falta de qualquer documento e/ou preenchimento incorreto da ficha de inscrição resultarão na minha desclassificação do processo seletivo ora inscrito.

Nome legível do requerente

Assinatura do Requerente

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Por este instrumento jurídico:

ARTISTA INDIVIDUAL OU ARTISTA 1.

Nome:	
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone:	
Assinatura:	

ARTISTA INDIVIDUAL OU ARTISTA 2.

Nome:	
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone:	
Assinatura:	

ARTISTA INDIVIDUAL OU ARTISTA 3.

Nome:	
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone:	
Assinatura:	

LISTAS OS DEMAIS ARTISTAS, SE FOR O CASO:

Para todos os fins de direitos e obrigações, concedo a presente **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE à PESSOA JURÍDICA:** (nome da empresa), CNPJ: , cujo Representante Legal é (Nome do Representante da empresa), CPF: para efeito de representação de artista individual ou do grupo artístico perante as condições previstas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Artistas e Profissionais de Arte, Cultura em todas as suas manifestações e linguagens, inexigibilidade nº 0**/2025, Secretaria Municipal de Cultura do Município de Goiânia, podendo o(a) representante aqui constituído(a) apresentar propostas, projetos culturais referentes a espetáculos artísticos, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes à cachês artísticos, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO

Eu, _____ portador do RG: _____, inscrito no CPF sob o nº _____, venho por meio desta, declarar sob pena das sanções previstas em lei, que não sou

vinculado a qualquer Instituição Pública, da Administração Municipal Direta ou Indireta, tanto em atividade, quanto em regime de licença. Não sou servidor(a) ativo da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, bem como empregado de suas subsidiárias e controlada, no âmbito dos projetos de cooperação técnica, conforme o art. 7º do Decreto Federal nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

Goiânia, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Declarante

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, expedido em _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado no seguinte endereço, conforme cópia de comprovante anexo. Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

Goiânia, ____ de ____ de 2025.

<nome completo do declarante>

Favor anexar cópia de algum comprovante do endereço declarado (correspondência bancária, de cartão de crédito, lojas, etc), **preferencialmente** em nome do declarante, cônjuge ou genitores.

ANEXO VI
REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

RECURSO contra resultado do Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Artistas e Profissionais de Arte, Cultura em todas as suas manifestações e linguagens. Inexigibilidade Nº 002/2025, da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Goiânia.

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito (a) no CPF nº _____, candidato (a) regularmente inscrito (a) no Edital De Chamamento Público Para Credenciamento de Artistas e profissionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens. Inexigibilidade Nº 002/2025, venho por meio deste, interpor RECURSO, junto à Comissão de Avaliação de Propostas, em face ao resultado preliminar divulgado. Os argumentos com os quais contesto a (s) referida (s) decisão (ões) são:

Para fundamentar essa contestação, encaminho em anexo os seguintes documentos:

Goiânia, ____ de ____ de 2025.

ASSINATURA

Obs: documento deverá ser assinado pelo representante legal.

ANEXO VII
TABELA REFERENCIAL DE VALORES

A Tabela Referencial de Valores é um instrumento normativo e de consulta que a Secretaria Municipal de Cultura – SECULT utiliza para aumentar a transparência, economicidade e agilidade no processo de contratação de serviços especializados, quando a contratação é feita através da modalidade inexigibilidade de prestadores de serviços do Município de Goiânia.

O documento reforça a importância da instituição para o fomento, a difusão e o respeito à diversidade cultural, assim como considera o trabalho artístico desenvolvido por diversos profissionais de diversas áreas, como: artes cênicas, música, artes visuais, literatura, audiovisual, patrimônio cultural e arte educação.

As contratações artísticas serão direcionadas para o público prioritário: profissionais em Arte e cultura, visando oferecer apresentações artísticas, ações formativas e de fruição cultural em espaços especializados, e em espaços informais e públicos.

O edital de credenciamento artístico e a tabela referencial de valores se aplicam para contratações de profissionais residentes em Goiânia, no caso de contratados de outras localidades, serão utilizados os demais procedimentos legais.

A forma de contratação via credenciamento e os valores praticados foram embasados nas proposições dos documentos institucionais existentes, em destaque o Edital de Credenciamento de Artistas nº 002/2025, tendo como base as experiências das ações já realizadas e a atual conjuntura financeira. A pesquisa foi baseada nos preços praticados no mercado, levando em consideração o nível de formação do profissional ou sua experiência empírica, que deverão sempre ser comprovadas pelos documentos solicitados no edital de credenciamento artístico (Nº014/2024), sendo também usado como referência o número de integrantes no caso de grupos ou coletivos artísticos e o tempo de atuação profissional.

TABELA REFERENCIAL DE CACHÊS

MODALIDADE 1: APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

LINGUAGEM: ARTES CÊNICAS – TEATRO, DANÇA E CIRCO					
Duração	Valor por Espetáculo	+ Acréscimo por pontuação e notoriedade	Tempo de existência do grupo	Valor a ser acrescido no cachê	Valor a ser acrescido no cachê para artista notório
Cena Curta até 15 minutos	R\$ 1.500,00		02 a 05 anos	R\$ 2.000,00	0,00
Espetáculo de 15 a 45 minutos	R\$ 4.000,00		Até 10 anos	R\$ 3.000,00	30%
Espetáculo com mais de 45 minutos	R\$ 7.000,00				
			Acima de 15 anos	R\$ 4.000,00	
Espetáculo solo					
Tempo de Experiência		Valor por espetáculo		Artista notório acréscimo no cachê	
Até 05 anos		R\$ 1.000,00		0	
Até 10 anos		R\$ 1.500,00		30% de acréscimo para o artista notório.	
Até 15 anos		R\$ 2.000,00			
Acima de 15 anos		R\$ 3.000,00			

Linguagem: Literatura		
Descrição:	Número de componentes	Valores Máximos
Contação de histórias, declamação, leitura dramática, sarau poético, performance literária, recital, intervenção, dentre outros.	Até 02 integrantes	R\$ 1.400,00
	03 a 05 integrantes	R\$ 3.200,00
	Acima de 06 integrantes	R\$ 3.800,00

Linguagem: Música					
Grupos e Bandas					
Composição	Valor por show	+ Acréscimo por pontuação e notoriedade	Tempo de existência do grupo	Valor a ser acrescido no cachê	Valor a ser acrescido no cachê para artista notório
Solo/ Dupla Iniciante	R\$ 700,00				
Dupla	R\$ 2.500,00		De 02 a 05 anos: 2 pontos	R\$ 1.000,00	0,00
Trio	R\$ 3.500,00		De 06 a 10 anos : 3 pontos	R\$ 2.500,00	0,00
Quarteto	R\$ 4.500,00		De 11 a 15 anos : 4 pontos	R\$ 3.000,00	0,00
A partir de 5 integrantes	R\$ 6.000,00		Acima de 15 anos : 5 pontos	R\$ 4.000,00	30%
Músico/cantor solo					
Tempo de experiência	Valor por Apresentação	+ Acréscimo por pontuação e notoriedade	Valor a ser acrescido no cachê para artista notório		
De 02 a 05 anos	R\$ 1.000,00		30% de acréscimo para o artista notório.		
De 06 a 10 anos	R\$ 1.500,00				
De 11 a 15 anos	R\$ 2.000,00				
Acima de 15 anos	R\$ 3.000,00				

REMUNERAÇÃO PARA ORQUESTRA (Valor Por Músico)	
Tipo de classificação	Valor do cachê
Regente	R\$ 2.000,00
Solista	R\$ 2.000,00
Spalla	R\$ 700,00
Concertino	R\$ 600,00
Instrumentista	R\$ 550,00
Remuneração por ensaio	R\$ 200,00

MODALIDADE 2: EXPOSIÇÃO/INSTALAÇÃO ARTÍSTICA

Linguagem: Artes Visuais		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Apresentação pública de obras de arte, elementos temáticos e/ou de processos artísticos, que são colocados à mostra para o público, por período determinado e em espaços delimitados. Independentemente de seu suporte, natureza física ou tema. As propostas de exposições/instalações serão desenvolvidas conjuntamente com ações de mediação, debates e visitas mediadas.	Cachê I – Cachê expositivo para artistas iniciantes.	R\$ 1.800,00
	Cachê II – Cachê expositivo para artistas com carreira consolidada na cidade/estado.	R\$ 3.500,00

MODALIDADE 3: ARTE PERFORMÁTICA

Performance		
Descrição:	Características:	Valores Máximos
Tipo de apresentação que pode articular elementos de diversas linguagens artísticas, resguardando, porém,	Cachê I – Cachê para artistas iniciantes.	R\$ 800,00
as características próprias das artes visuais.	Cachê II – Cachê para artistas com carreira consolidada na cidade/estado.	R\$ 1.500,00

Intervenção		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Intervenção em papel, parede, ou outros espaços com material do próprio artista.	Cachê I – Cachê para artistas iniciantes.	R\$ 1.500,00
	Cachê II – Cachê para artistas com carreira consolidada na cidade/estado.	R\$ 3.000,00

MODALIDADE 4: LICENCIAMENTOS DE OBRAS AUDIOVISUAIS

Linguagem: Audiovisual		
Descrição	Características	Valores
Obra audiovisual como curta-metragem (Inferior ou igual à 15min), média-metragem (Superior à 15min ou inferior à 70min), longa-metragem (superior à 70min).	Licenciamento de obras audiovisuais - Curta, Média ou Longa-metragem	De R\$ 500,00 a R\$1.600,00

MODALIDADE 5: ARTE URBANA

ARTISTA OU GRUPO DE RAP					
Composição	Valor por Apresentação	+ Acréscimo por pontuação e notoriedade	Tempo de experiência	Valor a ser acrescido no cachê	Valor a ser acrescido no cachê para artista notório
Solo	R\$ 2.000,00		De 02 a 05 anos : 2 pontos	R\$ 2.000,00	0,00
Dupla	R\$ 3.000,00		De 06 a 10 anos : 3 pontos	R\$ 2.500,00	0,00
Trio	R\$ 4.000,00		De 11 a 15 Anos: 4 pontos	R\$ 3.000,00	0,00
A partir de 4 integrantes	R\$ 5.000,00		Acima de 15 anos: 5 pontos	R\$ 4.000,00	30%

BREAKING					
Integrantes	Valor por Espetáculo	+ Acréscimo por pontuação e notoriedade	Tempo de existência dogrupo	Valor a ser acrescido no cachê	Valor a ser acrescido no cachê para artista notório
De 02 a 04	R\$ 1.500,00		02 a 05 anos	R\$ 2.000,00	0,00
De 05 a 10	R\$ 2.500,00		Até 10 anos	R\$ 3.000,00	30%
Acima de 11	R\$5.000,00		Até 15 anos	R\$ 4.000,00	
Espetáculo solo					
Tempo de Experiência		Valor por espetáculo		Artista notório acrescimo no cachê	
Até 05 anos		R\$ 1.000,00		0	
Até 10 anos		R\$ 1.500,00		30%	
Até 15 anos		R\$ 2.000,00			
Acima de 15 anos		R\$ 3.000,00			

Remuneração para DJ/Grafitte		
Tipo de classificação	Valor do cachê	Valor notório
DJ - entre 01 a 03 horas com pickup mk2	R\$ 1.500,00	30%
DJ - entre 01 a 03 horas com pickup mk2, mix e computador.	R\$ 2.500,00	
Grafitte e outras intervenções urbanas – intervenção em painel mínimo de 2x2, com material próprio do artista.	R\$ 100,00/m²	

MODALIDADE 6: AÇÕES FORMATIVAS

Cursos/oficinas		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Oficina, de ação de interesse para as ações da SECULT. As ações são realizadas por profissionais com experiência na temática ligada à sua área de atuação profissional.	Cachê I – Para profissional com experiência intermediária	R\$ 100,00 (Hora/aula)
	Cachê II – Formação na área ou notório saber	R\$ 150,00 (Hora/aula)
	Cachê III – Formação na área com especialização	R\$ 180,00 (Hora/Aula)
	Cachê IV – Formação na área com Mestrado ou Doutorado.	R\$ 200,00 (Hora/Aula)
Oficina: Carga horária máxima de 20 horas/aula.		
Curso: Carga horária igual ou superior a 21 horas/aula.		

Palestras		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Participação de pesquisadores, artistas ou outros profissionais para exposição oral de conteúdos que apresente informações, teses e conhecimentos práticos e/ou teóricos sobre diferentes temas.	Cachê I – Experiência ou formação intermediária	R\$ 700,00
	Cachê II – Formação nível superior ou especialização	R\$ 1.500,00
	Cachê III – Formação na área com mestrado ou doutorado	R\$ 2.000,00

Debates		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Participação de pesquisadores, artistas ou outros profissionais em interlocuções com o público, tendo o objetivo de promover a reflexão e o acesso a conteúdo, técnicas utilizadas, propostas de pesquisa do tema relacionado, ampliando a possibilidade de fruição e os níveis de entendimento do cliente. Pode ser vinculado a uma apresentação, exposição, exibição ou de modo independente.	Cachê I – Experiência ou formação intermediária	R\$550,00
	Cachê II – Formação nível superior ou especialização	R\$700,00
	Cachê III – Formação na área com mestrado ou doutorado	R\$850,00

Mediação		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Mediação em arte educação, artes visuais, literatura, audiovisual, realizada por	Cachê I – Para profissional com experiência intermediária	R\$ 100,00 (Hora)
profissionais com carreira consolidada comprovada por clipping e/ou publicações, para mediação de obra artística própria, ou de temática ligada à sua área de atuação. Pode ser vinculado a uma apresentação, exposição, exibição ou de modo independente.	Cachê II – Formação na área ou notório saber	R\$ 150,00 (Hora)
	Cachê III – Formação na área com especialização	R\$ 180,00 (Hora)
	Cachê IV – Formação na área com Mestrado ou Doutorado.	R\$ 200,00 (Hora)

MODALIDADE 7: EXPRESSÕES DA TRADIÇÃO

Cultura Popular		
Descrição	Número de componentes	Valores Máximos
Expressões artísticas populares dos grupos de tradição nas diferentes linguagens artísticas: Siririeiros, Cururueiros, Boi à serra, Mascarados, Chorado, Caretas, e demais grupos tradicionais.	Grupo com até 08 integrantes	R\$ 5.000,00
	Grupo de 09 a 15 integrantes	R\$ 7.500,00
	Grupo com 16 ou mais integrantes	R\$10.000,00

MODALIDADE 8: CATEGORIAS DE APOIO

Produção, Apoio Técnico e de Logística		
Descrição:	Características	Valores Máximos
Produção Cultural I	Curadoria, criação, produtor geral, produtor executivo, produtor de cenografia, diretor de logística, diretor de palco, diretor de cena, diretor de camarim, diretor de figurino, diretor de iluminação por hora trabalhada.	R\$ 1.500,00
Produção Cultural II	Auxiliar de produção, contrarregra, roldie, cenógrafo, iluminador cênico, sonotécnico e projetorista, por diária do evento.	R\$ 800,00

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2025

Contratação de profissionais de arte e cultura em todas as suas manifestações e linguagens, com apresentações artísticas culturais e ações de capacitação e qualificação em atividades artístico-culturais, técnicas de gestão, produção cultural, curadoria e sustentabilidade para artistas, produtores, técnicos, gestores e fazedores da Cultura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT e a empresa _____, CNPJ Nº _____, nas cláusulas e condições que se seguem:

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Avenida Parque Atheneu, n.º 1.477 – Setor Parque Atheneu – Goiânia-GO – CEP: 74893-020, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.702.913/0001-76, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário, Sr. Uugton Batista da Silva, brasileiro, e **o artista**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada em Goiânia-GO, CEP _____, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, por _____, brasileiro, solteiro, portador da Identidade RG _____, expedido pelo doravante denominada apenas **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Contratação de profissionais de arte e cultura em todas as suas manifestações e linguagens, para atender a programação sistemática e do calendário de eventos da Secretaria Municipal da Cultura da cidade de Goiânia com apresentações artísticas culturais e ações de capacitação e qualificação em atividades artístico-culturais, técnicas de gestão, produção cultural, curadoria e sustentabilidade para artistas, produtores, técnicos, gestores e fazedores da Cultura.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**2.1. A CONTRATADA obriga-se a:**

2.1.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato;

2.1.2. Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Edital 002/2025 Credenciamento de Artistas e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento independente de transcrições, especificações, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;

2.1.3. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;

2.1.4. Manter, na região metropolitana do Município de Goiânia, estrutura administrativa e operacional que garanta a execução dos serviços em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do órgão.

2.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

2.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

2.1.7. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

2.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no Edital 002/2025 Credenciamento de Artistas;

2.1.9. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com ao serviço fornecido;

2.1.10. Disponibilizar os SERVIÇOS de acordo com as necessidades do Contratante.

2.1.11. A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos SERVIÇOS ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Edital 002/2025 Credenciamento de Artistas.

2.2. A CONTRATANTE se compromete a:

2.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município.

2.2.2. Os representantes da administração acima mencionados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

2.2.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula quarta.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir publicação do seu extrato no Diário Oficial.

3.1.1. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos cópia da publicação do extrato contratual no Diário Oficial.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

4.1. DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor correspondente aos serviços, no valor total de R\$ (.).

4.2. DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente, via Ordem de Pagamento no Banco.

4.2.1. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

4.2.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em virtude de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.3. ATRASO DE PAGAMENTO: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Goiânia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de impugnação por parte do contratado até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365 \text{ EM} = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data de impugnação por parte do contratado e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

4.3.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

4.4. DO REAJUSTE: Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta, nos termos da Lei 10.192/01. O valor contratado será reajustado, caso necessário, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.4.1. Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.

4.4.2. Caso haja uma prorrogação do prazo de entrega e, ultrapassando os 12 (doze) meses, o índice de reajuste já estará previsto no contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As dotações orçamentárias autorizadas para esta contratação são:

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E MULTA

6.1. Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Edital 002/2025 – Credenciamento de Artistas, além das previstas nas legislações pertinentes;

6.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à advertência e multa de mora e/ ou compensatória.

6.2.1 As multas a que se aludem o item 6.2 não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas.

6.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa compensatória, a ser aplicada:

a. Até 20% sobre o valor da prestação não cumprida, no caso de inexecução parcial ou descumprimento de outras cláusulas contratuais;

b. Até 30% no caso de inexecução total, calculado sobre o valor total do Contrato ou houver total descumprimento da obrigação;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observando-se as proporções indicadas no Decreto Municipal n. 2271/2019;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, bem como a constante no item 6.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.4. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Administração Pública Municipal de que trata o Decreto n. 2549/2018, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas

neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

I - 6 (seis) meses, no caso de deixar de entregar documentação exigida para o certame;

II - 12 (doze) meses, no caso de:

- a. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b. não manter a proposta;

III - 24 (vinte e quatro) meses, no caso de:

- a. ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;
- b. falhar na execução do contrato;

IV - 60 (sessenta) meses, no caso de:

- a. fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa;
- b. fraudar o procedimento licitatório ou a execução do contrato;
- c. comportar-se de modo inidôneo; e
- d. cometer fraude fiscal;

6.4.1. As penas estabelecidas neste item aplicam-se em dobro se o licitante ou contratado tiver sofrido quaisquer das penalidades neles previstas ou mencionadas nos incisos III e IV do item 6.3, observado o limite de até 5 (cinco) anos.

6.5. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA ou da garantia contratual (quando houver), de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados, conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no no Edital 002/2025 – Credenciamento de Artistas e das seguintes disposições:

7.1.1. A Comissão de Recebimento de Objeto e, ou Servidor responsável deverá atestar a qualidade do serviço, mediante recibo (§1º do art. 73), devendo rejeitar qualquer serviço que esteja em desacordo com o especificado no Edital.

7.2. A CONTRATADA deverá efetuar a prestação dos serviços, em perfeitas condições conforme a proposta apresentada, dentro do horário estabelecido pela CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto em Lei.

8.2. A rescisão poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c. Judicial, nos termos da legislação.

8.3. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9. CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Caberá a CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– DA APRECIÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

10.1. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela Controladoria Geral do Município e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o artigo 3º da IN nº 012/2018 do TCM, não se responsabilizando o CONTRATANTE, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

11.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, o Termos de Referência e seus Anexos, o Edital 002/2025 – Credenciamento de Artistas, a Proposta da CONTRATADA, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).12.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei

13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.12.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual. 12.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual. 12.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.12.2.3. Os sistemas que servirem de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.12.2.4. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

12.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentais, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA está exposto.12.3.1. A critério do MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

12.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo. 12.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

12.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

12.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, mediante solicitação.

12.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

12.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/ compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

12.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

12.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE GOIÂNIA a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

12.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

12.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE GOIÂNIA para as finalidades pretendidas neste contrato.

12.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. 12.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Goiânia, _____ de _____ de 2025.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA CONTRATANTE

CONTRATADO(A)**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

Goiânia, 02 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Uugton Batista da Silva, Secretário Municipal de Cultura**, em 02/09/2025, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7839974** e o código CRC **F16C3438**.

Avenida Parque Atheneu, 1477
- Bairro Setor Parque Atheneu
CEP 74893-020 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.12.000000965-0

SEI Nº 7839974v1



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 998, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o Art. 127 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 25.24.000000605-8,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar a servidora **WASNI RODRIGUES MARQUES**, matrícula nº 248762-01, inscrita no CPF sob o nº xxx.260.591-xx, no cargo de Analista em Assuntos Sociais, Classe A10, Nível “P”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 7.140,66** (sete mil, cento e quarenta reais e sessenta e seis centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 3.570,33** (três mil, quinhentos e setenta reais e trinta e três centavos) e **Adicional de Titulação, Formação e Aperfeiçoamento (25%): R\$ 1.785,16** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7853664** e o código CRC **93288995**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 999, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, §1º, inciso I, §8º, da Constituição Federal de 1988, e art. 102, §3º, da Lei Complementar nº 312, de 28 de setembro de 2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 25.5.000038092-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar a servidora **JOSIENE BORGES DA SILVA**, no cargo de Agente de Apoio Educacional, Classe T01, Nível “E”, matrícula nº 1080350-01, inscrita no CPF sob o n.º xxx.911.151-xx, por ter implementado os requisitos para aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais à razão de 14,06/30 avos– correspondente ao tempo de contribuição de 14 (quatorze) anos, 00 (zero) mês e 21 (vinte e um) dias, calculados pela média aritmética simples de 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações utilizadas como base de contribuições à Previdência, provento de parcela única no **Valor Total de: R\$ 740,58 (setecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos)** mensais, a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-59) e a serem revistos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, em consonância com o Art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Por força do Art. 1º, § 5º, da Lei Federal nº 10.887/2004, e do Art. 111, § 4º, I, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, os proventos da aposentadoria definida nesta Portaria não poderão ser inferiores ao salário mínimo vigente.

Art. 3º Por força do disposto no Art. 130, caput, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, a aposentada em tela, até que complete os 75 (setenta e cinco) anos de idade, deverá submeter-se anualmente a perícia oficial em saúde a cargo do GOIANIAPREV.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7853739** e o código CRC **684A3031**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1000, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o Art. 127 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 25.24.000003643-7,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar a servidora **SOLANGE CONCEICAO MODESTO**, matrícula nº 376566-01, inscrita no CPF sob o nº xxx.399.721-xx, no cargo de Agente de Apoio Educacional, Classe T04, Nível “G”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **R\$ 1.942,26** (um mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos) e **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 971,13** (novecentos e setenta e um reais e treze centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7853840** e o código CRC **601D66D8**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1001, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos no Art. 128, VI, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 506/2025 da Chefia da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 1328/2025, da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI N.º 25.29.000025305-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Averbar ao tempo de serviço do servidor **EDUARDO RODRIGUES DE QUEIROZ**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Classe SA3, Nível “G”, matrícula nº 1102311-01, CPF nº xxx.357.571-xx, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, os períodos abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	03/08/2009 a 31/12/2010	01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias
02	24/01/2011 a 25/08/2011	00 (zero) ano, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias

§ 1º Os tempos de contribuição acima descritos **de 02 (dois) anos, 00 (zero) meses e 00 (zero) dias**, líquidos de efetivo serviço **público**, serão averbados exclusivamente para os fins de aposentadoria e disponibilidade **(incluído pela Lei Complementar nº 269, de 28/10/2014)**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira**, Presidente do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7853908** e o código CRC **63A23067**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1002, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o Art. 127 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 25.20.000002060-4,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar a servidora **GILVANE ALCANTARA DE JESUS**, matrícula nº 213284-01, inscrita no CPF sob o nº xxx.916.201-xx, no cargo de médico, Classe SA4, Nível “O”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **R\$ 9.768,27** (nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (6): R\$ 5.860,96** (cinco mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos) e **Adicional de Incentivo à Profissionalização (2,5%); R\$ 244,21** (duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7853942** e o código CRC **1772010E**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1003, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, em conformidade com a EC nº 103/2019 previsto no art. 70 do RPS e Nota Técnica SEI nº 792/2021/ME e na forma da tese do STF para o tema 942 de sua Repercussão Geral, no Parecer Jurídico nº 3406/2025, da Procuradoria Especializada Previdenciária-PGM e no Parecer de Verificação Interna nº 1327/2025, da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI Nº 24.29.000024483-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Converter o Tempo de Trabalho Especial da servidora **CARMEN OLGA VALDES CABRERA**, ocupante do cargo de Médico, Classe SA4, Nível “J”, matrícula nº 362263-01, CPF nº xxx.314.461-xx, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em Tempo de Trabalho Comum, conforme abaixo relacionado.

	Período Especial	Tempo a ser convertido - Fator multiplicador de 1,20
01	19/11/2002 a 12/11/2019	17 (dezessete) anos, 00 (zero) mês e 03 (três) dias
	Total Geral a ser convertido	6.203 (seis mil, duzentos e três) dias
	Dias a serem averbados	Acrescidos através da conversão
	1.240 dias	03 (três) anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias.
	Total	03 (três) anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PERERA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 02/09/2025, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7854028** e o código CRC **0BD0B8C4**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1004, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos nos Art. 127, da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 544/2025 da Chefia da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 1341/2025 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI Nº 24.5.000010855-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Averbar ao tempo de serviço da servidora **ELISE MONOELA MOREIRA BARROS SILVA**, ocupante do cargo de Analista em Assuntos Sociais, Classe A10, Nível “A”, matrícula nº 895040-02, CPF nº xxx.496.391-xx, lotada na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, o período de serviço público abaixo relacionado, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto de previdência dos Servidores do Município de Goiânia-GOIANIAPREV.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	31/03/2008 a 16/03/2023	14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) dias

§ 1º O tempo de contribuição acima descrito **de 14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) dias**, líquido de efetivo serviço público prestados ao município de Goiânia, será averbado para os fins de aposentadoria, adicional por tempo de serviço e disponibilidade **(incluído pela Lei Complementar nº 269, de 28/10/2014)**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7854073** e o código CRC **DE665AAE**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1005, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos no Art. 128 IV, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 526/2025 da Chefia da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 1321/2025 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI Nº 25.20.000002998-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Averbar ao tempo de serviço da servidora **DENILZA ADRIANA DE ALENCAR CARNEIRO**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe ACS, Nível “003”, matrícula nº 1199358-01, CPF nº xxx.152.071-xx, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, os períodos de serviço público abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	28/05/1994 a 03/01/2002	07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 06 (seis) dias
02	01/03/2004 a 31/07/2006	02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 00 (zero) dia
03	01/10/2006 a 31/10/2006	00 (zero) ano, 01 (um) mês e 00 (zero) dia
04	01/12/2006 a 30/09/2007	00 (zero) ano, 10 (dez) meses e 00 (zero) dia

§ 1º Os tempos de contribuição acima descritos **de 10 (dez) ano, 11 (onze) meses e 06 (seis) dias**, líquido de efetivo serviço **privado**, serão averbados exclusivamente para os fins de aposentadoria e disponibilidade

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 01 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7854574** e o código CRC **663026CC**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Secretaria Geral

PORTARIA Nº 1006, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos no Art. 128, IV, da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 552/2025 da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 1361/2025, da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI N.º 25.20.000002613-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Averbar ao tempo de serviço do servidor **NEILTON PEREIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, Classe A05, Nível “F”, matrícula nº 408549-01, CPF nº xxx.572.201-xx, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, os períodos abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	03/06/1985 a 28/06/1985	00 (zero) ano, 00 (zero) mês e 26 (vinte e seis) dias
02	16/09/1985 a 01/11/1986	01 (um) ano, 01 (um) mês e 16 (dezesesseis) dias
03	04/11/1986 a 08/05/1988	01 (um) ano, 06 (seis) meses e 05 (cinco) dias
04	24/08/1988 a 16/05/1995	06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias
05	13/11/1995 a 02/04/1998	02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 20 (vinte) dias

§ 1º Os tempos de contribuição acima descritos **de 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 00 (zero) dias**, líquidos de efetivo serviço **privado**, serão averbados exclusivamente para os fins de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 02/09/2025, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7862868** e o código CRC **C11A5BCC**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1007, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no art. 6º-A, § 7º da EC nº 041/2003 com redação dada pela EC. 70/2012 e art. 102, da Lei Complementar nº 312, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 25.5.000039638-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar o servidor **ESTELINO PEREIRA DE SOUSA FILHO**, no cargo de Auditor Fiscal de Posturas, Classe CJ1, Nível “L”, matrícula nº 210307-01, inscrito no CPF sob o nº xxx.829.501-xx, por ter implementado os requisitos para Aposentadoria por Invalidez.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 14.779,54** (quatorze mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos); **Adicional por Tempo de Serviço - Quinquênio (6): R\$ 8.867,72** (oito mil, oitocentos e sessenta sete reais e setenta e dois centavos) e **Adicional de Incentivo à Profissionalização (2,5%): R\$ 369,49** (trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos), mensais, a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Por força do disposto no Art. 130, caput, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, o aposentado em tela, até que complete os 75 (setenta e cinco) anos de idade, deverá submeter-se anualmente a perícia oficial em saúde a cargo do GOIANIAPREV.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7855071** e o código CRC **05FC95A7**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1008, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos no Art. 127 e 128, IV, da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 531/2025 da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 1335/2025 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI N.º 25.20.000002863-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Averbar ao tempo de serviço da servidora **SANDRA REGINA PIMENTA**, ocupante do cargo de Profissional de Educação II, Classe P03, Nível “F”, matrícula nº 510335-06, CPF nº xxx.857.001-xx, lotada na Secretaria Municipal de Educação, os períodos abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	24/12/2004 a 17/04/2005	00 (zero) ano, 03 (três) meses e 24 (vinte e quatro) dias
02	29/10/2005 a 13/03/2007	01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias

§ 1º Os tempos de contribuição acima descritos **de 01 (um) anos, 08 (oito) mês e 09 (nove) dias**, líquido de efetivo serviço **privado**, serão averbados exclusivamente para os fins de aposentadoria e disponibilidade.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	29/01/2001 a 31/12/2001	00 (zero) ano, 11 (onze) meses e 02 (dois) dias
02	28/01/2002 a 30/06/2002	00 (zero) ano, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias
03	02/09/2002 a 11/09/2002	00 (zero) ano, 00 (zero) mês e 10 (dez) dias
04	27/01/2003 a 30/06/2003	00 (zero) ano, 05 (cinco) meses e 04 (quatro) dias
05	04/08/2003 a 31/12/2003	00 (zero) ano, 04 (quatro) meses e 27 (vinte e sete) dias
06	01/12/2004 a 23/12/2004	00 (zero) ano, 00 (zero) mês e 23 (vinte e três) dias
07	18/04/2005 a 30/06/2005	00 (zero) ano, 02 (dois) meses e 13 (treze) dias
08	01/08/2005 a 28/10/2005	00 (zero) ano, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias
09	14/03/2007 a 21/12/2007	00 (zero) ano, 09 (nove) meses e 08 (oito) dias

§ 3º Os tempos de contribuição acima descritos **de 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 28 (vinte e oito) dias**, líquido de efetivo serviço **público prestado ao município de Goiânia**, serão averbados exclusivamente para os fins de aposentadoria e disponibilidade adicional de tempo de serviço **(incluído pela Lei Complementar nº 269, de 28/10/2014)**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 01 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7855336** e o código CRC **6ACAAFD7**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.20.000002863-0

SEI Nº 7855336v1



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1009, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 1º, inciso III, “b”, § 3º, 8º e 17º, da Constituição Federal de 1988, e na Lei Federal nº 10.887/2004 e do artigo 106, da Lei Complementar Municipal n.º 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 25.24.000008377-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar a servidora **MARIA JOSE BORGES DE RESENDE**, matrícula nº 1224867-01, inscrita no CPF sob o n.º xxx.555.656-xx, no cargo de Profissional de Educação II, Classe P03, Nível “A”, por ter implementado os requisitos para Aposentadoria Voluntária por Idade com Proventos Proporcionais.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais à razão de **11,48/30** avos – correspondente ao tempo de contribuição de 11 (onze) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis) dias, calculados pela média aritmética simples de 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações utilizadas como base de contribuições à Previdência, provento de parcela única no **Valor Total de: R\$ 1.680,29 (um mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e nove centavos)** mensais, a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-59) e a serem revistos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, em consonância com o Art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:19, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7855357** e o código CRC **184C9D75**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 1010, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 24.24.000020649-3,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar a servidora **VANIA OLARIA PEREIRA**, matrícula nº 459208-03, inscrita no CPF sob o nº xxx.708.421-xx, no cargo de Profissional de Educação II, Grau P03, Padrão “G”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.570,99** (quatro mil, quinhentos e setenta reais e noventa e nove centavos); **Adicional por Tempo de Serviço - Quinquênio (4): R\$ 1.828,40** (um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) e **Adicional de Titularidade (50%): R\$ 2.285,49** (dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 02 de setembro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 02/09/2025, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7860626** e o código CRC **865155BA**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência de Regulação de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 19, 01 DE SETEMBRO DE 2025

Portaria de Gestor e Fiscal do Contrato

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE GOIÂNIA – AR, nomeado através do Decreto nº 3.823, de 16 de setembro de 2022 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com a Lei nº 9.753 de 12 de fevereiro de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 335/2021. CONSIDERANDO:

I - A necessidade de se nomear servidores para desempenho das atribuições de Gestor e Fiscal do Contrato nº 003/2025, nos termos da Instrução Normativa CGM nº 02/2018. RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor DEUSMARKSON CARVALHO E SILVA, matrícula 951536-01, lotado na Gerência de Apoio Administrativo e Pessoal da Diretoria Administrativa, para o cargo de Gestor e de Fiscal do Contrato nº 003/2025, celebrado entre o Município de Goiânia, por meio da Agência de Regulação de Goiânia - AR, e a empresa Centro de Turismo Agência de Viagens Ltda - ME, CNPJ: 22.027.147/0001-08.

Art. 2º - As atribuições de Gestor Administrativo e de Fiscal são aquelas elencadas respectivamente nos artigos 6º e 7º da Instrução Normativa CGM nº 02/2018.

Art. 3º - As decisões e providências necessárias que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para a adoção das medidas necessárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE GOIÂNIA, ao 1º dia do mês de setembro de 2025.

Goiânia, 01 de setembro de 2025.

HUDSON RODRIGUES DE NOVAIS
PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Rodrigues de Novais, Presidente da Agência de Regulação de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7856951** e o código CRC **11F320E2**.

Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, 2º andar - 3524-3091
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência de Regulação de Goiânia
Secretaria Geral

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 25/2025 - AR

Dispõe sobre a matriz de risco para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Conselho de Gestão e Regulação – CGR da Agência de Regulação de Goiânia – AR, no uso de suas atribuições legais, e dotado de poderes para analisar e aprovar propostas de normas, regulamentos gerais e específicos para a regulação, controle e fiscalização da prestação de serviços, inclusive a fixação das penalidades e valores das multas, conforme o que dispõe o art. 8º, III, da Lei nº 9.753 de 12 de fevereiro de 2016 e art. 30 do Decreto nº 246 de 15 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que o artigo 23 da Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020, confere ao ente regulador competência para editar normas regulatórias de natureza técnica, econômica e social, inclusive de padrões de qualidade na prestação dos serviços e no atendimento público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 178/2024, publicada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que aprovou a Norma de Referência nº 05/2024 sobre matriz de riscos para contratos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 25.23.00000285-3 - AR, bem como o resultado da Consulta Pública Conjunta nº 002/2025, realizada no período de 29 de julho à 12 de agosto de 2025, conforme publicação no DOM Eletrônico Edição nº 8587, de 28 de julho de 2025 e no DOE Edição nº 24.584, de 29 de julho de 2025; por meio da qual foram colhidos subsídios destinados ao aprimoramento desta Resolução;

CONSIDERANDO a uniformidade regulatória prevista na Lei Complementar nº 182/2023;

CONSIDERANDO os objetivos de promover a alocação objetiva de riscos de maneira eficiente e equilibrada e contribuir para o exercício das competências das titularidades;

CONSIDERANDO a decisão uniforme do Conselho de Gestão e Regulação da AR em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2025 às 15h:30min;

RESOLVE, publicar esta resolução com os seguintes termos:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a matriz de riscos de contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, firmados entre o prestador de serviço e o titular do serviço público.

§ 1º Esta resolução aplica-se aos contratos futuros a serem licitados e aos contratos existentes não licitados.

§ 2º A matriz de riscos referida no caput é apresentada no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Para fins desta resolução, considera-se:

I – área de concessão: área geográfica definida em contrato ou outro instrumento legalmente admitido, na qual o prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II – bens reversíveis: bens vinculados à operação e imprescindíveis para a continuidade da prestação de serviço;

III – ciclo tarifário: intervalo de tempo entre as revisões tarifárias periódicas;

IV – contratos existentes: contratos firmados ou cujos editais de licitação tenham sido publicados até a data em que passou a vigorar esta Resolução;

V - contratos futuros: são os contratos firmados após o início de vigência desta Resolução;

VI – fato do príncipe e/ou fato de administração: ação estatal imprevisível que onera excessivamente ou inviabiliza o cumprimento de um contrato, gerando direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

VII – matriz de riscos: cláusula, podendo remeter a anexo do contrato, que define a repartição objetiva de riscos entre as partes, para arcar com as consequências de eventos supervenientes à contratação que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e

VIII – regulador: Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), Agência de Regulação de Goiânia (AR), Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (AMAE) e a Agência Reguladora do Município de Anápolis (ARM).

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Seção I

Da Elaboração da Matriz de Riscos

Art. 3º A matriz de riscos deve ser compatível com as cláusulas de direitos e obrigações das partes e conter a listagem de possíveis eventos posteriores à assinatura do contrato, que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo único. A descrição dos riscos na matriz deve ser objetiva, exata, clara e suficiente para a sua caracterização, não devendo conter disposições que possam ser tratadas em outras cláusulas contratuais, como sanções e penalidades, direitos e obrigações das partes e extinção antecipada do contrato.

Art. 4º Os riscos da prestação devem ser alocados de forma objetiva ao titular do serviço, ao prestador ou devem ser indicados como compartilhados, evitando-se a alocação genérica e indistinta, sendo que, o risco compartilhado deve conter os percentuais, faixas, prazos ou grandezas que definirão a responsabilidade a ser assumida por cada uma das partes, e poderão ser estabelecidos no contrato ou em regulamento do Regulador.

Parágrafo único. Caso haja previsão legal sobre a assunção acerca de determinado risco, a sua alocação deverá observar o previsto na respectiva lei ou regulamento.

Art. 5º A repartição dos riscos previstos na matriz proposta no Anexo I ou dos riscos que vierem a ser acrescentados deve ser realizada com base nas seguintes diretrizes:

I - o risco deve ser alocado, sempre que possível, à parte que tenha melhores condições de:

- a) diminuir, a um custo mais baixo, a probabilidade de sua ocorrência, adotando ações preventivas;
- b) se antecipar à concretização do risco, para controlar os seus impactos;
- c) mitigar os impactos do risco, tornando suas consequências menos danosas; e
- d) gerenciar suas consequências danosas, sem repassá-las a terceiros, caso o evento se materialize.

II - os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao prestador do serviço.

§ 1º É recomendável que as partes desenvolvam mecanismos de prevenção e gestão dos riscos que lhe são alocados e de mitigação de seus impactos, observados os limites das responsabilidades atribuídas contratualmente.

§ 2º Os custos com as apólices poderão ser reconhecidos no cálculo tarifário, quando o modelo de regulação tarifária for discricionário.

§ 3º Para os riscos alocados ao prestador ou compartilhados, o prestador deverá manter Planos de Gestão de Riscos e de Continuidade Operacional, contendo, no mínimo, as medidas de resposta/mitigação previstas, os responsáveis, prazos e procedimentos de acionamento, os quais poderão ser requeridos pelo regulador para verificação e atualização.

Art. 6º A parte sobre quem recai o risco será responsável por arcar com as consequências econômico-financeiras.

Art. 7º Os riscos alocados ao titular do serviço e os compartilhados poderão ensejar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, desde que resultem, comprovadamente, em variação significativa dos custos, despesas, investimentos ou receitas do prestador de serviço, conforme análise conduzida pelo Regulador, devidamente motivada, justificada e conforme a repartição de riscos prevista na matriz anexa ao contrato.

§ 1º Os parâmetros para a definição de variações significativas, que ensejarão processos de reequilíbrio econômico-financeiro, poderão ser previstos em contrato.

§ 2º Os riscos alocados ao prestador de serviço, quando materializados, não ensejarão processo de reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado por qualquer das partes, de forma a restabelecer a equação inicial do contrato, seja para compensar prejuízos, seja para adequar ganhos extraordinários, conforme a repartição de riscos definida na matriz contratual.

Art. 8º Havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, este deverá ser restabelecido pelo titular do serviço concomitantemente à alteração, nos termos do art. 9º, §4º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Seção I

Da Aplicação da Matriz de Riscos

Art. 9º Caso um evento possa ser classificado em mais de um dos riscos listados na matriz, deverá ser considerado o risco de caráter mais específico para fins de alocação.

Seção III

Do Risco Residual

Art. 10. Havendo a concretização de um risco não previsto na matriz de riscos contratual, que não seja inerente a aspectos relacionados à gestão ou prestação do serviço e que resulte em variação significativa dos custos, despesas, investimentos ou receitas de forma a desequilibrar o contrato, poderá ser requerido ao regulador do contrato, de maneira fundamentada, o seu reequilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo único. O regulador decidirá motivadamente sobre a procedência do pedido, com base nas justificativas elaboradas pela parte requerente, nas diretrizes apresentadas nesta Resolução e em seus regulamentos.

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS

Seção I

Dos Contratos Futuros

Art. 11. Os editais e contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverão:

- I - prever a distribuição objetiva dos riscos, devendo a sua alocação observar as diretrizes desta Resolução e em seus regulamentos;
- II - incluir a relação de riscos a serem segurados para fins de elaboração das propostas pelos licitantes; e
- III - prever que os riscos residuais poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 12. A matriz de riscos para contratos futuros deverá, preferencialmente, ser detalhada em Anexo do contrato, com referência nas disposições contratuais.

Parágrafo Único: No detalhamento da matriz a que se refere o caput, as medidas de resposta/mitigação associadas a cada risco serão definidas no edital/contrato e/ou nos planos do prestador, a juízo do titular e do regulador, podendo o regulador requerer sua apresentação e atualização.

Seção II

Dos Contratos Existentes Não Licitados

Art. 13. Para os contratos existentes não licitados que não possuam matriz de riscos, as entidades reguladoras infranacionais deverão editar ato normativo para aplicação a partir do ciclo tarifário subsequente à sua publicação, observados os termos desta Norma de Referência.

§ 1º Para o ato normativo a que se refere o caput, a entidade reguladora deve utilizar como referência a matriz de riscos proposta no Anexo I desta Norma.

§ 2º O regulamento de que trata o caput deste artigo será usado para disciplinar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, no ciclo tarifário seguinte à sua publicação, não havendo necessidade de alteração dos contratos existentes não licitados.

CAPÍTULO IV

DA MATRIZ DE RISCOS PROPOSTA E DOS PROCEDIMENTOS PARA SUA ALTERAÇÃO

Art. 14. O rol de riscos da matriz proposta no Anexo I não é exaustivo, podendo ser ampliado pelo Regulador, mediante ato normativo, bem como pelo titular do serviço, no processo licitatório, desde que os novos riscos não conflitem com os riscos ali propostos.

Parágrafo único. A inserção de novos riscos na matriz proposta pelo titular na fase a que se refere o caput não requer os procedimentos de alteração previstos nesta Resolução.

Art. 15. Os procedimentos para a alteração da matriz de riscos proposta deverão observar as diretrizes previstas nesta Resolução.

Art. 16. A alteração, pelo Regulador, da matriz de riscos proposta no Anexo I, no que se refere à descrição ou alocação ali apresentadas, deverá ser justificada em Análise de Impacto Regulatório ou estudo congênere, no processo administrativo de elaboração do ato normativo.

§ 1º A alteração a que se refere o caput não necessita da aprovação de nenhum órgão ou entidade pública.

§ 2º O processo de justificação deverá observar normas aplicáveis de participação social.

Art. 17. É facultado ao titular do serviço, durante a fase de planejamento da contratação, alterar a descrição ou alocação dos riscos propostas nesta Resolução, devendo, para tanto, solicitar aprovação do Regulador.

§ 1º A solicitação de alteração deverá ser motivada e a manifestação formal da respectiva entidade reguladora deve ser incluída nos autos do processo licitatório.

§ 2º A manifestação a que se refere o caput deve ser conclusiva, deferindo ou indeferindo a alteração proposta, podendo o deferimento ocorrer com ressalvas.

§ 3º A manifestação da entidade reguladora terá caráter vinculante.

Art. 18. O Regulador terá prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, a partir do recebimento do pedido de aprovação, para se manifestar.

Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, não havendo manifestação, será considerado o deferimento tácito do pedido.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. O Regulador poderá, no que couber, utilizar os preceitos desta Resolução na regulação tarifária da prestação direta, a fim de avaliar o repasse de custos imprevistos para a tarifa.

Art. 20. Os contratos existentes licitados deverão observar a alocação de riscos prevista no contrato, podendo esta Resolução ser utilizada como parâmetro.

Parágrafo único. Eventual alteração da alocação de riscos inicialmente prevista nos contratos existentes licitados somente será considerada válida e eficaz após celebração de termo aditivo, mediante comum acordo entre as partes.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor no momento de sua publicação.

ANEXO I – PROPOSTA DE MATRIZ DE RISCO

TIPO	Nº	DESCRIÇÃO	ALOCACÃO	
			TITULAR DO SERVIÇO	PRESTADOR DO SERVIÇO
Riscos governamentais administrativos	1	Inobservância dos prazos previstos para obtenção, renovação de licenças, autorizações ou quaisquer atos públicos de liberação, por parte do órgão ou entidade pública responsável pela emissão do ato.	x	
	2	Atraso na realização das desapropriações, servidões, limitações administrativas, parcelamento e regularização de registro dos imóveis, ou ainda, de autorizações para ocupação temporária dos bens necessários à prestação dos serviços, imputado ao titular do serviço.	x	
Riscos patrimoniais	3	Vícios ocultos nos bens reversíveis, já existentes ou originados em data anterior à assinatura do termo de entrega do respectivo bem, identificados em até 12 meses, após a efetiva transmissão da responsabilidade.	x	
	4	Atraso, imputado ao prestador, na condução dos procedimentos de desapropriação, nos termos do contrato, após a publicação dos respectivos decretos, referente às áreas necessárias à prestação dos serviços que tenham sido disponibilizadas livres e desembaraçadas pelo titular do serviço ao prestador.		x
	5	Roubo, furto, perda ou qualquer tipo de dano causado aos bens vinculados, enquanto estiverem afetados aos serviços ou que, quando desafetados, ainda não tenham sido formalmente devolvidos ao titular do serviço.		x
Riscos de demanda	6	Variação, para mais ou para menos, da demanda pelos serviços prestados, em decorrência do adensamento populacional; da alteração do perfil habitacional ou do padrão de consumo; ou da alteração da composição de usuários, desde que não decorrentes dos riscos previstos como fato do príncipe ou fato da Administração, desta matriz de riscos.		x
	7	Variação, para mais ou para menos, superior a 5% (cinco por cento), na proporção de economias sujeitas ao pagamento de tarifa social e/ou isentas de pagamento, em relação ao total das economias ativas existentes. O percentual de que trata este item poderá ser alterado no edital ou no contrato, mediante justificativa técnica e econômica, observado o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.	x	
Riscos sociais	8	Ocorrência de manifestações sociais ou greves de trabalhadores, independentemente do setor, incluindo os agentes públicos do titular do serviço, que afetem a prestação dos serviços.	x	
	9	Ocorrência de greves, paralisações ou manifestações de trabalhadores ou subcontratados do prestador que afetem a prestação dos serviços, quando tais eventos forem motivados por demandas daqueles direcionadas ao prestador ou às subcontratadas, exceto aquelas consideradas ilegais pelo Poder Judiciário.		x
Risco político	10	Atraso ou supressão do reajuste ou revisão da tarifa, ou da contraprestação na forma estabelecida no contrato, por fatores não imputáveis ao prestador de serviço.	x	
Risco jurídico	11	Atrasos ou suspensões ou outras formas de obstáculo à execução do contrato em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive	x	

		dos órgãos de controle, por fatores não imputáveis ao prestador.		
Riscos econômico-financeiros	12	Variação de custos decorrente de dissídio, acordo ou convenção coletiva, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, incluídas aquelas relacionadas às empresas subcontratadas.		x
	13	Variação da taxa básica de juros que afete a execução do contrato.		x
	14	Variação da taxa de câmbio que afete a execução do contrato.		x
	15	Indisponibilidade de financiamentos ou variação do custo de capital que afete a execução do contrato.		x
Risco arqueológico	16	Descoberta fortuita de elementos de interesse arqueológico, histórico ou artístico que afete a execução do contrato.	x	
Riscos do negócio	17	Não efetivação das receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, esperadas pelo prestador de serviço.		x
	18	Impedimentos ou atrasos à transferência da prestação do serviço para o novo prestador, em razão de fatos não imputados a ele, que afetem a execução do contrato.	x	
	19	Indisponibilidade de energia elétrica que afete a execução dos serviços e que se dê por tempo superior a 24 horas, conforme previsto em contrato.	x	
	20	Impactos sobre a execução do objeto do contrato decorrente de condições geológicas adversas, que causem atrasos no cronograma das obras ou acarretem custos adicionais.		x
	21	Variação dos custos de operação e manutenção do sistema, inclusive em relação a não obtenção do retorno econômico previsto pelo prestador de serviço.		x
Risco climático	22	Situação crítica de escassez de recursos hídricos nos corpos que abastecem a área de concessão, declarada pelo respectivo órgão gestor de recursos hídricos, e que determine redução da vazão captada em percentual superior a 50 % (cinquenta por cento), conforme definido em contrato, após 90 dias da redução.	x	
Responsabilidade por danos ambientais	23	Remediação de passivos ambientais não identificados no edital de licitação ou no contrato existente não lícitado e comprovadamente anteriores ao termo de transferência do sistema.	x	
Responsabilidade civil	24	Danos causados a terceiros pelo prestador ou seus administradores, empregados, subcontratados, prepostos ou prestadores de serviços, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculada, no exercício das atividades abrangidas pelo contrato.		x
Fato do príncipe ou fato da Administração	25	Mudanças, após a publicação do edital ou celebração do contrato existente não lícitado, nas legislações e regulamentos ou no entendimento de autoridades públicas, desde que consolidado por tribunais superiores, portarias, pareceres e demais documentos aplicáveis, que afetem diretamente os encargos, tributos, custos e receitas da prestação do serviço, ressalvados os impostos sobre a renda.	x	
	26	Alteração contratual imposta pelo titular do serviço ou pela entidade reguladora infranacional, por decisão judicial ou dos órgãos de controle transitadas em julgado que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	x	
	27	Alterações urbanísticas que alterem o escopo do contrato.	x	
	28	Alteração da área de concessão em razão da transformação de áreas rurais em urbanas ou de áreas urbanas em rurais, da inclusão de áreas de expansão, da incorporação de novos municípios ou exclusão de municípios originais, estes dois últimos no caso de prestação regionalizada instituída conforme inciso VI do art. 3º da Lei 11.445/2007.	x	
	29	Alteração no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico que gere a necessidade de investimentos e custos não previstos em contrato e/ou impacte nas receitas decorrentes da prestação do serviço.	x	
Riscos de Força Maior e Caso fortuito	30	Ocorrência de circunstâncias imprevisíveis e supervenientes, ou de consequências incalculáveis, em razão de caso fortuito ou força maior, que: (i) não esteja compreendida em nenhum outro risco dessa matriz de riscos; (ii) cujos efeitos não poderiam ser prevenidos ou mitigados pelo prestador de serviços; e (iii) não esteja coberta pelos seguros exigidos ou indicados no edital ou contrato.	x	
	31	Ocorrência de circunstâncias imprevisíveis e supervenientes, ou de consequências incalculáveis, em razão de caso fortuito ou força maior, que sejam objeto de cobertura de seguros exigidos no contrato, até o limite da cobertura contratada.		x

Goiânia, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Rodrigues de Novais, Presidente da Agência de Regulação de Goiânia**, em 01/09/2025, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7837682** e o código CRC **02D3A928**.

Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, 2º andar - 3524-3091
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.23.000000285-3

SEI Nº 7837682v1



Prefeitura de Goiânia
Agência de Regulação de Goiânia
Secretaria Geral

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2025

PROCESSO: 25.23.000000327-2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE GOIANIA - AR.

CONTRATADA: CENTRO TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - ME.

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de serviços de agenciamento para fornecimento de bilhetes de passagens em transportes terrestres, aquaviários ou aéreos, nacionais e internacionais, assim como, operacionalização de reservas, marcação/remarcação/alteração de bilhetes, emissão de vouchers para trechos diversos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

VALOR: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor correspondente aos serviços quando prestados, no valor máximo estimado de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2025.6801.04.122.0028.2451.33903300.206.626

HUDSON RODRIGUES DE NOVAIS
PRESIDENTE

Goiânia, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Rodrigues de Novais, Presidente da Agência de Regulação de Goiânia**, em 01/09/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7856577** e o código CRC **FEB481AE**.

Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, 2º andar - 3524-3091
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1341/2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA – IMAS, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelos Decretos nºs 447 de 21/01/2021 e Decreto de Pessoal Edição Nº 8596 de 08/08/2025, e à vista do contido nos autos do processo SEI nº 25.14.000004573-1, em especial os procedimentos auxiliares de Habilitação/Convocação, ora publicados na imprensa oficial, decorrentes do Edital de Chamamento Público nº 001/2024, cujo objeto é credenciar pessoas jurídicas na condição de entidades hospitalares e as demais mencionados no preâmbulo do instrumento convocatório, englobando todas as áreas de saúde nos procedimentos de baixa, média e alta complexidade, habilitados e interessados em firmar contrato com o IMAS, visando a prestação de serviços de saúde e tenham interesse em realizar atendimentos na promoção, proteção e recuperação da saúde aos usuários do sistema assistencial, em conformidade com as tabelas referenciais estabelecidas pelo Instituto para remuneração de serviços e dos parâmetros, relativos aos procedimentos integrantes do rol de cobertura do IMAS,

RESOLVE:

AUTORIZAR a contratação do(a) proponente **CLÍNICA SÃO JERONIMO LTDA (CLÍNICA BRASIL)**, inscrito(a) no CNPJ nº **37.666.450/0001-28**, no valor estimado de **R\$ 14.538.572,56 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, pelo prazo de 05(cinco) anos, mediante Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2024 e seus Anexos, bem como no art. 37 da Constituição Federal e nos artigos 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis ao caso.

Publique-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA – IMAS, ao 1º dia do mês de setembro de 2025.

GARDENE FERNANDES MOREIRA

Presidente – IMAS



Documento assinado eletronicamente por **Gardene Fernandes Moreira, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 02/09/2025, às 08:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7858445** e o código CRC **9CDC81AB**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Gerência da Corregedoria Geral da AGCM

PORTARIA Nº 47, 01 DE SETEMBRO DE 2025

O CORREGEDOR-GERAL DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e ainda as contidas na Lei Complementar nº 180/08, tendo em vista o disposto no art. 57, inciso VI do Decreto nº 360, de 20 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo nominados, para atuarem como membros da **Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar**:

1. **Flavio Pereira Gonçalves**, matrícula nº 803855-01, Presidente;
2. **Alessandra Pereira Santos de Moraes**, matrícula nº 800392-01, Vogal;
3. **Ronaldo José de Matos**, matrícula nº 789410-01, Secretário.

Art. 2º - Os membros da Comissão observarão, para o desempenho das suas atribuições, as normas legais e regulamentares, dentre elas o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia (Lei Complementar nº 011/1992), Lei Complementar nº 180/2008, Regimento Interno da Agência da Guarda Municipal de Goiânia (Decreto nº 360/2021) e Código de Ética da Guarda Municipal de Goiânia (Decreto nº 2.588/2016).

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 06/2024 de 09 de janeiro de 2024—GERCOR/AGCMG.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.M.

Art. 5º - Registre-se. Anote-se. Publique-se.

DIEGO PEREIRA GODOI
Corregedor Geral - AGCMG

Data e assinatura eletrônicos.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Pereira Godoi, Gerente da Corregedoria Geral da AGCM**, em 01/09/2025, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7854292** e o código CRC **1D92CEC2**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.16.000006104-9

SEI Nº 7854292v1

**Prefeitura de Goiânia**

Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Gerência da Corregedoria Geral da AGCM

PORTARIA Nº 48, 01 DE SETEMBRO DE 2025

O CORREGEDOR-GERAL DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e ainda as contidas na Lei Complementar nº 180/08, tendo em vista o disposto no art. 57, inciso VI do Decreto nº 360, de 20 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo nominados, para atuarem como membros da **Comissão Permanente de Sindicância**:

1. **Ivanildes Pereira da Silva**, matrícula nº 789127-01, Presidente;
2. **Eudes Queiroz Rodrigues**, matrícula nº 789186-01, Vogal;
3. **Kley Rogério dos Santos**, matrícula nº 787701-01, Secretário.

Art. 2º - Os membros da Comissão observarão, para o desempenho das suas atribuições, as normas legais e regulamentares, dentre elas o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia (Lei Complementar nº 11/1992), Lei Complementar nº 180/2008, Regimento Interno da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (Decreto nº 360/2021) e Código de Ética da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (Decreto nº 2.588/2016).

Art. 3º - Ficam revogadas a Portaria nº 08 de 09 de janeiro de 2024 – GERCOR/AGCMG e a Portaria nº 80 de 25 de junho de 2024 – GERCOR/AGCMG.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.M.

Art. 5º - Registre-se. Anote-se. Publique-se.

DIEGO PEREIRA GODOI
Corregedor Geral - AGCMG

Data e assinatura eletrônicos.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Pereira Godoi, Gerente da Corregedoria Geral da AGCM**, em 01/09/2025, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7854568 e o código CRC **0FD925AD**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.16.000006104-9

SEI Nº 7854568v1

**Prefeitura de Goiânia**

Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Gerência da Corregedoria Geral da AGCM

PORTARIA Nº 49, 01 DE SETEMBRO DE 2025

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 180, de 16 de setembro de 2008, o Decreto Municipal nº 360/2021, a Lei Complementar Municipal nº 11, de 11 de maio de 1.992, Estatuto do Servidor Público Municipal, o Decreto nº 2.588, de setembro de 2016, Código de Ética.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 342/2023 - AGCMG e nomear o servidor **WAGNER MENDES DIAS**, matrícula 790834-01, CPF XXX.923.401-XX, para exercer a função de Defensor Dativo junto aos procedimentos administrativos disciplinares com trâmite na Corregedoria Geral da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se em DOM. Registre-se. Anote-se.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA.

GUSTAVO TOLEDO DA SILVA LIMA
Presidente-Comandante da AGCMG

Data e assinatura eletrônicos.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Pereira Godoi, Gerente da Corregedoria Geral da AGCM**, em 01/09/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
7854895 e o código CRC **C6D727F8**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.16.000006104-9

SEI Nº 7854895v1

**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.
CNPJ nº 00.418.160/0001-55.**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES E PUBLICAÇÕES.**

A Comissão Permanente de Licitação da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, torna público que foi **SUSPENSA SINE DIE**, as licitações referentes aos processos nº 25.30.000010524-0, 25.30.000010520-7 e 25.30.000010516-9, listadas abaixo:

- 1- **Pregão Eletrônico nº 025/2025 SRP** - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação mensal de máquinas novas, com ou sem mão de obra e rádios de comunicação, mediante contrato por demanda, para atender às atividades da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.
- 2- **Pregão Eletrônico nº 026/2025 SRP** - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação mensal de caminhões novos, com ou sem mão de obra e rádios de comunicação, mediante contrato por demanda, para atender às atividades da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.
- 3- **Pregão Eletrônico nº 027/2025 SRP** - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação mensal de veículos leves novos, com ou sem mão de obra e rádios de comunicação, mediante contrato por demanda, para atender às atividades da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.

A suspensão se dá em virtude de revisão dos atos administrativos, **ficam suspensas as publicações dos certames indicados na plataforma eletrônica <https://bllcompras.com/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP <https://pncp.gov.br> e no site da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG <https://comurg.com.br/>.**

Novas datas, assim como Editais e Anexos Retificados, serão publicadas nos meios de divulgação oficial utilizados anteriormente.

Goiânia, 02 de agosto de 2025.

Vilmar Divino da Silva.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Portaria nº 667/2025 – PR/DIRAF.

Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.

Página / 1

Avenida Nazareno Roriz, nº1122, Vila Aurora, Goiânia/GO, CEP: 74.405-010.

Site: www.comurg.com.br

E-mail: gerliconcomurg@gmail.com.

EDITAIS DE COMUNICAÇÃO**AMMA**

CRUZ GUARNIERI ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ nº 41.159.882/0001-10, torna público que irá requerer da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação**, para a(s) seguinte(s) atividade(s): CNAE 86.30-5-04 - Atividade Odontológica; CNAE 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; desenvolvida à Av. Gercina Borges Teixeira, nº 2942, Qd.QC50, Lt.09, Conj. Vera Cruz, Goiânia-GO, CEP: 74.493-060.

A **LANCHE E RESTAURANTE PANELA MAGICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 02.308.948/0003-04, torna público que requereu a Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA de Goiânia, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação – LI e LO**, para Atividade 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda, 10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente, 56.11-2-01 - Restaurantes e similares, 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, 56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento, 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, localizada na Rua 26, nº 121, Quadra G13, Lote 15, Setor Marista, em Goiânia-Goiás.

NEO EXCELENCIA EM ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ nº 36.918.869/0001-67, torna público que irá requerer da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação**, para a(s) seguinte(s) atividade(s): CNAE 86.30-5-04 - Atividade Odontológica; CNAE 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia, desenvolvida à Rua 144, Nº. 155, QD.63, LT. 11, ST. Marista, Goiânia-GO, CEP: 74.170-030.

RECICLE MAIS DESMONTE DE SUCATAS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 51.814.668/0001-03, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, as **Licenças Ambientais de Instalação e de Operação** para a seguinte atividade: Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores, desenvolvida na Av. Mangabeira, Quadra QC-4, Lote 03, nº 861, Parque Santa Rita, Goiânia-GO.